

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LAURA EMÍLIA DE CARVALHO MEIRELES

**O CONTROLE SOCIAL DO FUNDEF EM MUNICÍPIOS RECÉM-
EMANCIPADOS DO PIAUÍ**

Linha de Pesquisa: Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERESINA

2005

LAURA EMÍLIA DE CARVALHO MEIRELES

**O CONTROLE SOCIAL DO FUNDEF EM MUNICÍPIOS RECÉM-
EMANCIPADOS DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Luís Carlos Sales.

TERESINA

2005

Meireles, Laura Emília de Carvalho

M514c

O Controle social do FUNDEF em municípios recém-emancipados do Piauí/. Laura Emília de Carvalho Meireles. Orientador; Luis Carlos Sales – Teresina: 2005.

206 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI. 2005.

1. Educação – Financiamento – Brasil. 2 – Educação – Controle Social. I. Título

C.D.D. – 371.909.81

LAURA EMÍLIA DE CARVALHO MEIRELES

**O CONTROLE SOCIAL DO FUNDEF EM MUNICÍPIOS RECÉM-
EMANCIPADOS DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Luís Carlos Sales.

Aprovada em: 23/09/2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Carlos Sales
Orientador

Prof. Dr. Washington Luís de Sousa Bonfim
Examinador

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes
Examinador

A

Ana Maria, João Vítor,

Maria Clara,

Natacha Letícia

João Pedro,

Marieta,

flores do campo,

que floriram meu caminho.

AGRADECIMENTOS

No primeiro momento do Mestrado, quando iniciávamos a primeira disciplina, olhando para mim mesma, naquele espaço, tive uma enorme vontade de rezar. Hoje, olhando para mim mesma repito a oração que escrevi àquela época.

Obrigada Senhor!

É por tua graça que estou aqui. Dá-me força, conduz-me. Pois sei que sou tua filha e suplico tua ajuda. Ergue minhas forças, faz que a cada dia eu possa perceber minhas limitações e que por tua permissão, eu possa superá-las.

Obrigada Senhor!

Sinto infinitamente tua presença em minha vida. Dirige meus passos para teus projetos e, quando perceberes que eu desvio ou fraquejo, cobre-me de carinho e me conduz.

Obrigada Senhor!

Mesmo me reconhecendo pecadora não me deixou desesperar. E como tens sido complacente e bom para comigo... Sustenta-me, Senhor. Aumenta minha Fé. Faz que eu cresça na humildade e no reconhecimento de que tudo que faço por tua permissão.

Obrigada Senhor!

Pela certeza que carrego de que em todos os dias é de Ti que necessito.

Agradeço muito especialmente ao Prof. Dr. Luís Carlos que, pela grandeza da pessoa que é, em momentos decisivos, me fez concluir este trabalho.

A minha mãe, Corina, a minhas irmãs Lílian e Liz, ao irmão Ulisses.

A meu pai, Manoel Meireles e também a meus irmãos Kennedy, Plinho, Hélio, Flávio.

Ao Cruz, o companheiro.

Ao Marcos, Jaudimar, José Furtado com quem divido dádivas.

A Conceição e minha tia Maria do Carmo pelas insistentes cobranças, que, na verdade, são estímulos.

Ao Jânio, Cláudia e Marcelo, pérolas...

RESUMO

O financiamento da educação pública no Brasil constituiu-se em tema de bastante interesse para todos os segmentos sociais, principalmente os que têm a escola pública, como única possibilidade de acesso aos conhecimentos acumulados. Por ser um país onde as desigualdades sociais são marcantes, financiar a educação, representa uma pauta incorporada a agenda política à bem pouco tempo. Parte considerável do esforço político de conquistas e avanços nas políticas públicas na área da educação deveu-se aos movimentos sociais, que pela pressão em torno da universalização do ingresso e qualidade do ensino tem garantido às camadas populares a possibilidade de enfrentar a exclusão pelo acesso aos conhecimentos historicamente acumulados. A ação dos movimentos, bem como a incorporação de suas reivindicações na gestão do Estado, liga-se a outro aspecto abordado nesta pesquisa, que é a consolidação do regime democrático. A preocupação da sociedade civil brasileira no sentido de garantir espaços para a manifestação de suas vontades; bem como, fomentar a repartição do poder de decisão é tema que emerge com impetuosa força no período relativo à elaboração da Constituição de 1988 e resulta na criação dos conselhos de gestão, que como instância de Estado, elas guardam em si a novidade em torno da forma de representação da sociedade civil e suas organizações. Em 1996, como parte do processo descrito anteriormente é regulamentada a política de financiamento do Ensino Fundamental pela constituição do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério que, no bojo da Lei, foi instituída a criação dos conselhos de controle e acompanhamento social, com a responsabilidade de contribuir na gestão dos recursos que se destinam a educação fundamental. A análise aqui realizada quer perceber até que ponto a democracia participativa tem conseguido ser referência na condução da gestão pública em pequenos municípios, onde o controle político, a fragilidade dos movimentos sociais e a dureza da ação patrimonialista do executivo local têm comprometido a vitalidade política da prática conselhistas.

PALAVRAS CHAVE: Controle Social. Educação. Conselhos. FUNDEF.

ABSTRACT

The financing of the public education in Brazil constituted itself a theme of great interest to all segments of society, especially those who have the public school as the only possible access to the accumulated knowledge. Being a country where the social inequalities are prominent, finance the education, represents an embedded to the political agenda for a short time. Considerable part of the political effort of achievements and progress in public policies in education was made possible by social movements that the pressure around the universalization of the ingress and quality of education has guaranteed the lower classes to the possibility of facing exclusion for access to historically accumulated knowledge. The action of the movements, and the incorporation of their claims in State administration, binds to another aspect treated in this research, which is the consolidation of the democratic regime. The concern of the Brazilian civil society to ensure opportunities for the expression of their will; as well, as foster the sharing of decision-making power is theme that emerges with impetuous force in the period on the preparation of the 1988 Constitution and results in the creation of management councils, which as an instance of State, guard itself the news around the way of representing civil society and its organizations. In 1996, as part of the process described above is regulated the elementary school funding policy by the constitution of FUNDEF - the Fund for the Development of Basic Education and Teaching Enhancement, which, in the midst of Law, establishing the creation of control and advice social support, with a responsibility to contribute to the management of resources designed to primary education. The analysis carried out want to realize the extent to which participatory democracy has achieved be a reference in the conduct of public management in small municipalities, where political control of the municipalities, the fragility of social movements and the hardness of the patrimonial action of the local government have committed to vitality policy councilist practice.

KEY WORDS: Financing . Social Control. Education . Councils. Fundef.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEPAC	Centro Piauiense de Ação Cultural
CF	Constituição Federal
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FPE	Fundo de Participação do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEB	Movimento de Educação de Base
MPE	Ministério Público Estadual
SINDSERM	Sindicato Servidores Municipais de Teresina
SINTE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 O CENÁRIO DA TRAMA: FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ERA DO FUNDEF E SEU CONTROLE SOCIAL.....	13
2.1 Sobre o controle social.....	15
2.2 Controle social e educação no Piauí.....	18
2.3 Sobre as atividades do Conselho.....	23
3 PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEMOCRATIZAÇÃO E CONTROLE DO ESTADO.....	26
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4.1 Instrumentais para a pesquisa de campo.....	34
4.2 Caracterização da Amostra.....	34
4.3 Definição de problemas.....	36
5 A PRÁTICA DO CONTROLE SOCIAL PELA AÇÃO DOS CONSELHOS DO FUNDEF EM MUNICÍPIOS RECÉM-EMANCIPADOS.....	40
5.1 A formação do Conselho.....	45
5.2 A ação dos movimentos sociais pela via de representação.....	48
5.2.1 O processo de escolha dos conselheiros.....	49
5.2.2 O reconhecimento da representação.....	52
5.2.3 Condições de ser conselheiros.....	54
5.2.4 O acompanhamento das ações do conselho e dos conselheiros por parte das entidades/segmentos representados.....	60
5.3 As principais dificuldades.....	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERENCIAS.....	72
APÊNDICES.....	76
ANEXOS.....	148

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui-se em tema que suscita muitas reflexões e debates entre os que analisam o desenvolvimento das sociedades, especialmente no que se refere a sua relação com as mais variadas formas de poder. Tem sido inegável a existência de uma estreita relação entre a apropriação dos conhecimentos e as maneiras como os diversos grupos sociais se organizam para o exercício do poder, da gestão.

O propósito do estudo, que aqui se apresenta, é investigar como tem ocorrido no Piauí, por iniciativa dos movimentos sociais populares e organizações da sociedade civil, o controle social da política pública de financiamento da educação no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, no quadriênio de 1998 a 2001.

Para ser alcançado, este objetivo foi detalhado da seguinte forma: inicialmente, foi realizado um apanhado geral de informações sobre como ocorreu o processo de formação dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEF, delimitando três municípios recém-emancipados; Depois, a análise toma como referência a atuação dos movimentos sociais populares, no controle social da política pública de financiamento da educação fundamental efetivado pelos conselhos do FUNDEF, querendo constatar se estes conselhos de fato têm constituindo-se em espaço efetivo de participação e como o controle social é realizado; Também se quer perceber se há no exercício da representação das categorias que possuem assento no conselho a presença do segmento como ator político manifestando apoio a sua representação ou a um campo político específico; ainda é propósito perceber a correlação de força que se estabelece no interior dos conselhos do FUNDEF.

Cabe considerar que, a existência da democracia no Brasil e da consolidação dos espaços de gestão pública, como os conselhos, são antecidos por um longo período de lutas sociais que buscaram superar a ideia dominante de que o povo brasileiro é incapaz de tomar para si a responsabilidade do exercício do poder de decisão:

A tese da imaturidade política e do despreparo das camadas populares para a participação e para a cidadania é uma constante na história do pensamento e na prática política. Os longos períodos de negação da participação são justificados por que o povo brasileiro não está, ainda educado para a cidadania responsável (ARROYO, 1995, p 33).

Portanto, é salutar perceber que houve todo um processo de efetiva construção das transformações políticas na prática da democracia no Brasil e que os movimentos sociais são atores principais neste processo.

O que é enunciado no parágrafo anterior constitui-se em afirmação fundamental para as ideias aqui desenvolvidas, visto que o tema central é o controle social das políticas públicas de financiamento do ensino fundamental. O que pressupõe sujeitos históricos, agindo e sendo capazes de transformar, reordenar a realidade social que vivem.

Dentre os muitos aspectos que são tomados como suporte para a construção do referencial teórico, os conceitos de participação e de controle social, devem ser destacados. A participação – como o exercício da cidadania efetiva de indivíduos ou grupos sociais que, propondo, deliberando e fiscalizando, se voltam para a ampliação da democracia, no sentido da democracia participativa e da cultura da participação.

O Controle social constitui-se em outra face da participação, pois ele não é senão a possibilidade de os cidadãos definirem critérios e parâmetros para orientar a ação pública. O controle social, como nos identifica Texeira, possui duas dimensões básicas:

A primeira corresponde à *accountability*, a prestação de contas conforme parâmetros estabelecidos socialmente em espaços públicos. A segunda, decorrente da primeira, consiste na responsabilização dos agentes políticos pelos atos praticados em nome da sociedade, conforme os procedimentos estabelecidos nas leis e padrões éticos vigentes (TEXEIRA, 2001, p 39).

Sintetizando, a preocupação que move este trabalho toma como ponto de partida a prática política do controle social da gestão pública no que se refere ao financiamento do ensino fundamental e ainda a capacidade da sociedade empreender o controle social da aplicação destes recursos, garantindo assim atendimento à demanda por acesso a educação básica e

assegurando a consolidação da democracia pelo exercício compartilhado de poder entre a sociedade e o estado.

A pesquisa foi documentada no decorrer de quatro capítulos que em si asseguram o decifrar dos objetivos aqui propostos. Tais capítulos podem ser assim descritos:

Reconstituindo o cenário do financiamento da educação no Brasil, para registrar a caminhada que culminou com a regulamentação do FUNDEF, constitui a segunda parte da pesquisa. Neste ponto, são enfocados problemas bastante conhecidos na gestão das políticas públicas brasileira, um dos quais a enorme quantia de recursos envolvidos nas atividades meio, deixando a finalidade última financeiramente debilitada; também é abordada a mudança ocorrida desde a promulgação da constituição de 1988 no tocante ao processo de descentralização das políticas sociais e a responsabilização da sociedade na definição, acompanhamento e fiscalização destas políticas. No âmbito da educação, é colocado como foram criados os conselhos do FUNDEF, bem como suas competências e forma de funcionamento.

No capítulo três, o foco é a ação política e educativa dos movimentos sociais na construção e consolidação da democracia no Brasil e como o aprimoramento da democracia representativa para a democracia participativa tem ampliado os desafios no sentido da exigência de superação dos marcos de origem destes movimentos que foi a contestação ao estado, que representava exclusivamente os interesses da elite, para o entendimento da necessidade de intervir no estado, dominando as esferas de poder que gerem especialmente as políticas públicas. Esta posição como fica claro no decorrer deste ponto, passa a exigir dos movimentos, além de força política, capacidade técnica de propor e também acompanhar a implantação do que é definido.

Revela qual o sentido adotado na metodologia de pesquisa é o sentido da quarta parte. Sabe-se que a opção metodológica constitui-se em aspecto de peso na construção dos resultados de uma pesquisa, portanto a opção foi de deixar claro qual o pensamento da pesquisadora quanto ao referencial adotado. Além do posicionamento sobre metodologia da pesquisa, tratou-se também de estabelecer os limites da pesquisa, apontando critérios para definir a amostra, caracterizando a área definida e a própria amostra. Portanto, saindo deste primeiro momento é possível ter um panorama do que será detalhado

nas partes subsequentes.

A análise dos dados constitui o cerne do que é apresentado na quinta parte da pesquisa. Nela está detalhada a análise das entrevistas realizadas com vinte e três conselheiros, dos municípios selecionados para a pesquisa. A reflexão é iniciada com uma narrativa de como ocorreu a formação dos conselhos; de como tem ocorrido a ação dos movimentos sociais pela vivência da representação. Neste capítulo, a pesquisa se aprofunda sendo necessário um detalhamento que destacou os seguintes pontos a) o processo de escolha dos conselheiros, b) o reconhecimento da representação, c) a condição de ser conselheiro e o d) acompanhamento das ações do conselho e dos conselheiros por parte das entidades/segmentos representados; a última do estudo identifica as principais dificuldades no exercício de representação institucional na gestão do FUNDEF;

2 O CENÁRIO DA TRAMA: FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ERA DO FUNDEF E SEU CONTROLE SOCIAL

O dever do Estado para com a educação é inócuo se não for acompanhado de respectiva provisão de recursos públicos para sua efetivação. Uma premissa para a existência de uma política pública é, sem dúvida, a destinação de recursos no orçamento dos governos. Dependendo da conformação política que rege o Estado e da atuação de Sociedade Civil enquanto sujeito político, a forma de o governo administrar o dinheiro público pode ser mais ou menos transparente, melhor dizendo, mais susceptível a controle.

Portanto, para analisar a participação da sociedade civil na gestão e fiscalização dos recursos destinados ao Estado do Piauí para o Ensino Fundamental desde a implantação da Lei nº 9424/96, lei que cria o FUNDEF, constitui em necessidade o entendimento mínimo de como essa política de financiamento foi sendo gestada.

O financiamento da educação no Brasil tem apresentado, ao longo do tempo, uma enorme variação, tanto no que diz respeito à expressa destinação de recursos nos marcos legais, quanto às fontes ou à prática da vinculação.

A atual política de custeio da educação, no tocante ao sistema de vinculação, tem sua origem na emenda nº 24, de dezembro de 1983, conhecida como Emenda João Calmon, que foi incorporada ao art.176,§4º da CF de 1967 e estabelecia a vinculação constitucional de recursos, com alíquotas de 13% para a União e 25% para estados, municípios e Distrito Federal. Àquela época, o país vivia um processo de intensificação do regime autoritário, em que pela repressão não se falava em controle social e a democracia ou os instrumentos de sua prática não existiam, sendo que a gestão pública dizia respeito exclusivo aos gestores da máquina estatal.

Mesmo com as limitações apontadas, não se pode deixar de considerar que, nos dispositivos legais anteriores, havia algum tipo de prescrição sobre como proceder ao lidar com os recursos públicos. Considerando como ocorreu a vinculação no financiamento da educação, Oliveira (1998) desenvolve uma

argumentação e revela o antigo problema do controle de gastos e a dificuldade da sociedade em desenvolver algum tipo de acompanhamento.

Não podemos desconsiderar a hipótese de que, em tempos de vinculação, nossos governantes aprendem a 'prestar contas' de acordo com as normas, sem alterar substantivamente as aplicações de recursos. Nesse caso, deveríamos aperfeiçoar os mecanismos de controle da sociedade sobre a aplicação dos recursos públicos (OLIVEIRA, 1998, p. 126).

Na Constituição Federal (CF) de 1988, ficou estabelecido que o financiamento da educação aconteceria pela vinculação de 18% dos recursos arrecadados pela União e 25% dos recursos arrecadados dos impostos especificados dos estados e municípios. A CF declarou a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, inclusive nos de ensino superior, sendo que à época já se faziam obrigatórios os oito anos de escolaridade do ensino fundamental e que, este nível de ensino, de 1989 a 1993, consegue uma taxa de matrícula de 90% na faixa etária de 7 a 14 anos.

Alguns fatos têm influência significativa no financiamento da educação no Brasil, podendo ser destacados: o processo de elaboração do Plano Decenal – como resposta aos compromissos assumidos pelo Brasil na conferência de Jomtien, na qual o foco do debate ocorreu em torno da qualidade do ensino público, da valorização do magistério e da erradicação do analfabetismo em 10 anos.

Outro destaque foi a constituição do Fórum Permanente de Valorização do Magistério e da Qualidade da Educação Básica que reuniu amplos setores ligados à educação inclusive os diversos níveis de governo, e que, em 19/10/94, firmaram o Pacto pela Valorização do Magistério e da Qualidade do Ensino que, dentre outros aspectos, definia o piso salarial nacional de trezentos reais para os professores de nível médio, em regime de quarenta horas semanais; tal acordo forçava o governo federal a pôr em prática o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que propiciaria mais de três bilhões de reais como reforço ao financiamento da educação básica.

Com a posse de Fernando Henrique na Presidência da República e de Paulo Renato no Ministério da Educação, em janeiro de 1995, foi dado início a um silencioso processo de reforma na educação, mas o que até ali havia sido pactuado, não foi considerado na reforma em curso; ao contrário disso, a

reforma se materializou como base: a emenda constitucional nº14 (12.09.96) que modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 ADCT e cria o FUNDEF; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.393, de 20/12/96) e a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e Valorização do Magistério (Lei do FUNDEF – nº 9.424, de 24/12/96).

Na véspera do natal de 1996, é instituída a Lei nº 9.424, que regulamenta o FUNDEF e entra em vigor, obrigatoriamente, em janeiro de 1998, quando é formado um fundo contábil, para cada estado e município, composto por 15% das receitas estaduais e municipais provenientes das seguintes fontes: Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS), Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e desoneração das exportações. Sendo estabelecido nacionalmente um custo médio por aluno e fixado que, caso o valor *per capita* fosse inferior ao valor estabelecido nacionalmente, caberia à União fazer a complementação.

No bojo da Lei, fica estabelecida a exigência de funcionamento dos conselhos de acompanhamento e controle social para gerir os recursos destinados para o fundo. Nesse sentido, os vários níveis de governo devem instituir obrigatoriamente os conselhos. Nos Estados com, no mínimo sete membros, (executivos estaduais e municipais, conselho estadual de educação, pais e professores, UNDIME, seccional da CNTE e Delegacia do Ministério da Educação); e nos municípios por no mínimo quatro (pais, professores, servidores e secretaria municipal). Como se percebe, o conselho é um espaço que teoricamente comporta uma variedade de forças e interesses políticos. Além dos conselhos, deve-se considerar que os Tribunais de Contas e o Ministério Público têm, por força de suas atribuições, a corresponsabilidade na fiscalização da aplicação desses recursos.

2.1 Sobre o Controle Social

Em uma sociedade profundamente marcada pela concentração de poder, pelo autoritarismo, clientelismo e desigualdades sociais, não se estranha dificuldades de adotar práticas políticas que contradigam tal contexto,

formando valores como: democracia, participação, direito e cidadania. Por se verificar a existência de cenários reais desta contradição, a análise sobre o controle social das políticas públicas no Brasil assume significativa importância.

Um aspecto a ser considerado como relevante no tocante ao controle social das políticas públicas tem ocorrido por decisão do estado brasileiro em favorecer formas compartilhadas de poder quando instituiu no âmbito da efetiva implantação destas políticas os conselhos. Tal decisão ocorreu no bojo de um processo em que o Estado passou por redefinições embaladas quer pela opção política das elites dominantes em implantar o estado mínimo transferindo parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada, mas também pela necessidade de consolidação da ordem democrática.

Nos casos apontados acima a consequência imediata induziu a reformulação das tradicionais formas federativas de distribuição de poder político e financeiro, redefinindo a atribuição de cada nível de governo no pacto federativo. No Brasil, o processo de descentralização neoliberal tem adotado a estratégia de fortalecimento do poder local a partir da municipalização das políticas sociais.

Assim engendrado o termo controle social, como afirma CORREIA (2004) se tornou sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, com a perspectiva de garantir a participação dos setores organizados da sociedade na formulação, gestão e controle das políticas públicas, ou mesmo na definição de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade.

Neste contexto de redefinições dos papéis do estado, o controle social torna-se vital no sentido de ampliar os processos de tomada de decisão envolvendo a sociedade civil; e legitimar o fato da obrigatoriedade da existência dos conselhos como instrumento que asseguram espaços de debate, planejamento, implementação das ações de acompanhamento, fiscalização, avaliação das condições de gestão, e aplicação dos recursos financeiros destinados as políticas públicas.

A aplicação dos recursos financeiros do Estado é um assunto de relevante importância para as políticas públicas e, invariavelmente, precisa ser discutido. Entretanto, devido a precariedade dos meios disponíveis e a falta de preparação, tanto a sociedade como suas organizações percebem que este

debate é incipiente.

Portanto, fato que também desperta atenção é que o controle social possibilita que a sociedade mostre seu protagonismo e sua capacidade de intervir nas políticas públicas ocupando espaços como conferências e comissões de elaboração de planos de ação para a gestão pública.

Neste sentido a criação de conselhos é notável no âmbito das políticas pública, especialmente as da área social. Entretanto, é necessário se considerar que:

É unânime entre os que têm se dedicado a estudar o Brasil, a constatação, de que um dos principais problemas, no que diz respeito ao desenvolvimento democrático, é o fato de não termos uma tradição cívica da população que compõe o país, ou seja, as questões públicas estão longe das preocupações da maior parte da população. Por outro lado, está se tornando unânime, também a identificação das razões do desinteresse em participar das decisões políticas e, estas, estão associadas à formação histórica do país e ao seu recorte institucional (LIMANA, 1999, p.21).

A reflexão acima externada tem sido o argumento que contesta a efetividade e qualidade de representação da sociedade civil na gestão das políticas públicas do Estado. No entanto, analisando melhor a questão, pode-se ter uma visão ampliada no sentido de melhor identificar que o problema da participação popular não se resume exclusivamente em a população não possuir uma tradição cívica, ou ao não domínio dos conhecimentos técnicos (contábeis e normativos) que possibilitem intervenção mais qualitativa nos conselhos, mas o exíguo reconhecimento do espaço dos conselhos como o novo locus de representação política, como espaço de exercício do poder local.

O que se afirma é como se faltasse cidadania, pois durante muito tempo, o modelo de gestão adotado pelo Estado brasileiro matou a cidadania no sentido de afastar a possibilidade e os instrumentos que possibilitassem a fiscalização e julgamento dos atos da administração pública. Necessário se faz afirmar que o preço dessa exclusão é a prática corriqueira da corrupção, chegando a ponto de ser legitimada pelo tal 'jeitinho brasileiro'.

Tal fato, cultura da ausência do cidadão, tem estreita relação com o tipo de democracia praticada no Brasil, que está restrita ao direito de eleger representantes, fragilizando, assim, a ideia de sociedade civil como ator político

efetivamente atuante que interfere de maneira organizada no Estado, mas dele se diferencia.

A construção de uma nova forma de gerir e interferir no Estado foram uma luta de grande envergadura que teve como cume a Constituição de 1988, marco no processo de reconstrução da cidadania ativa no Brasil, por consolidar a democracia representativa e garantir o arcabouço e os instrumentos, que fazem alavancar a democracia participativa.

Para que se perceba a importância desse fato, é vital que se possa vislumbrar as exigências do que seja participação social. Ela se interliga a pelo menos duas condições imprescindíveis: a primeira do lado da sociedade, indica ser necessário o surgimento de cidadãos conscientes e organizados em torno de seus direitos e de pautas que signifiquem melhoria das condições de vida da coletividade; a segunda, do lado do Estado pelo compromisso com o estado de direito.

Os aspectos elencados acima só ocorrem quando, é estabelecido, *a priori*, que o relacionamento entre sociedade e estado é de complementariedade e não de enfrentamento, quando o estado reconhece a força positiva da sociedade e esta por sua vez se estabelece como poder coletivo.

Mas no Brasil a prática política acima descrita é pouco frequente, pois aqui quase nunca se sabe qual gestor público não omite informações significativas para a atuação da sociedade civil.

Entretanto para firmar o entendimento da prática do controle social, como afirma Oliveira (2002, p 159) ela se caracteriza e é considerada a forma mais democrática de acompanhamento da administração pública, pois se constitui em poder legítimo utilizado pela população para fiscalizar as ações dos governantes, indicar soluções e criar planos e políticas em todas as áreas de interesse social.

2.2 O Controle Social e Educação no Piauí

Sendo considerado um dos Estados mais pobres do Brasil, o Piauí, tem recebido um aporte significativo de verbas para desenvolver sua política

pública de ensino fundamental, tais aportes tomam por base a premissa de que investimento em educação é fator de desenvolvimento social.

Em recente estudo Boakari e Rocha (1999), apresenta análises detalhada sobre as condições do sistema escolar público do Piauí; a ênfase da pesquisa recai sobre dois aspectos: a relação entre a realidade sócio-econômica e educacional do estado e sobre os dados estatísticos do desempenho do sistema. Ainda contempla uma reflexão sobre a organização da educação nos municípios, a relação destes com o Estado, incluindo uma discussão sobre financiamento da educação, entre outros aspectos. Quando se referem a realidade sócio-econômica afirmam que:

As informações sobre as condições sociais e econômicas do estado apresentam uma realidade com problemas reais e concretos, que são superáveis quando existem políticas visando mudanças, com recursos bem aplicados, participação popular, compromisso com os mais necessitados e bom senso político administrativo (BOAKARI; ROCHA, 1999, p13).

Entretanto de maneira geral a educação no Piauí vem carecendo de processos de tomada de decisões elementares; a pesquisa acima referida, quando menciona que cada sistema municipal de ensino deve funcionar com a direção de suas ações definidas no Plano Municipal de Educação, documento que referencia as decisões para o setor, constata claramente que:

[...] as informações obtidas apontam para a existência deste instrumental administrativo-pedagógico somente nos municípios de Teresina, Barras e Floriano. Observa-se que, das 221 redes municipais de ensino, existem Planos Municipais de Educação em menos de 2%.dos municípios (BOAKARI; ROCHA, 1999, p. 37).

A falta dos planos deixa na gestão pública um vazio no sentido de um planejamento que enfrente no médio e longo prazo as fragilidades, também propiciam ações fragmentadas e por vezes desnecessárias, além de significar improvisação na aplicação dos recursos públicos.

Mesmo com essa situação, poucas foram as interferências e cobranças das entidades e dos movimentos sociais e populares.

Do ponto de vista da sociedade civil, constata-se que ela tem negligenciado seu potencial político e propositivo quando por diversas incapacidades deixa de ocupar espaços de representação nos conselhos gestores. Para ilustrar esse fato, o estudo de Boakari e Rocha revela que “o

levantamento feito indica a não existência de conselhos municipais de Educação nos municípios piauienses” (1999, p. 37); entretanto quando a legislação vigente condiciona o repasse de recursos financeiros, todos os municípios “contam com os Conselhos de Merenda Escolar e com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF”.

Quando das afirmações anteriores, não se está utilizando do argumento capitaneado pelos neoliberais para legitimar a construção do discurso da competência em detrimento da militância política.

Pelo contrário, a argumentação apresentada considera que, no Brasil, a luta pela democratização do Estado tem passado pela ação política efetiva da sociedade civil e dos movimentos sociais e graças a esta intervenção tornou-se norma constitucional a criação de Conselhos que estão presentes na nossa realidade social não por iniciativa exclusiva do estado, mas por meio da mobilização dos movimentos em torno da construção da democracia e transparência na gestão pública; por esse motivo, afirma Bava (2000, p.68): “nos dias atuais é imperativa a retomada da capacidade de ação política no campo da sociedade civil, porque o Estado não se auto reforma”; ou seja, o estado só se modifica por pressão da sociedade.

No entanto é forçoso reconhecer que a afirmativa de Bava merece alguma relativização, visto que, na experiência de construção da democracia no Brasil, considerável parte das alterações nas estruturas estatais, especialmente quando se fala de gestão de políticas públicas sociais em nível municipal, o Estado tem sido o responsável pela indução, mesmo que formal, de instrumentos de controle social.

Considerando todo o peso político que tem a sociedade civil organizada, afirma-se que espaços de poder como os conselhos têm sido relegados. No entanto, essa afirmação requer análise dos cenários em que isso ocorre.

Os movimentos sociais populares, especialmente em realidades políticas bastante atrasadas, como o Piauí, vivenciam um processo contínuo, desenvolvido pelas elites, de dificultar a participação, quer pela deslegitimação dos conselhos, como instância de poder, quer pela desqualificação das representações da sociedade, quer pelo processo de cooptação, versão moderna da política de troca de favores.

Alguns fatos são ilustrativos da realidade apontada acima. No tocante a

deslegitimação - Teresina ficou, em 2001, seis meses sem conselho municipal de saúde, o que não significou qualquer impossibilidade de os gestores públicos levarem a cabo a gestão da saúde municipal. Quanto à desqualificação das representações da sociedade, ela ocorre pelo fato de os representantes da sociedade civil muitas vezes possuírem baixo nível de instrução, dificultando uma melhor intervenção, quando exigido conhecimentos especializados. Outro exemplo diz respeito às dificuldades econômicas que chegam a inviabilizar a participação em reuniões por falta de recursos para pagamento de transporte coletivo.

Ainda com referencia a dificuldade dos movimentos em exercer o controle social do estado, outro limite se denomina disponibilidade de quadros, ou seja, se pensarmos apenas no Piauí com seus 221 municípios é bastante significativo o número de organizações, entidades e movimentos que ocupam assento em conselhos; refletindo apenas o caso do FUNDEF, isso representa um universo de, no mínimo, 442 pessoas, considerando o segmento não governamental. Quando falamos em controle social, a premissa é a existência de organizações da sociedade civil, entretanto a dificuldade maior de implementação dessa forma de participação está em pequenos municípios onde muitas organizações se encontram confinadas ao controle dos chefes políticos locais, portanto é difícil encontrar pessoas que discutam ou estejam informadas a respeito de políticas públicas.

Para além desses cenários, ainda existem as imprecisões de cunho jurídico e normativo na instituição dos conselhos. No caso do FUNDEF, a lei estabelece as representações dos segmentos, mas, como não é especificada a representação sindical dos servidores municipais, muitos gestores têm apenas indicado representação funcional desta categoria sem que isso possa ser questionado.

Outra imprecisão se refere ao exercício da transparência na administração pública. É habitual na gestão pública a falta de prestação de contas dos recursos, entretanto, mesmo que o gestor estadual ou municipal esteja ou não em dias com o fisco, os recursos são repassados mensalmente, criando situações ambíguas, como a que ocorreu no Piauí; no ano 2000, quarenta municípios não prestaram contas dos recursos recebidos em seus municípios, destes, vinte e seis estavam com atraso em mais de seis meses;

no ano de 2001, cinquenta e dois municípios colocaram-se na mesma condição, sendo que doze estavam inadimplentes há mais de seis meses. Sendo que, seis dessas cidades estavam em débito nos dois anos¹ e que, mesmo havendo denúncias de desvio ou inadequação de aplicação não existiu qualquer modificação na rotina dos repasses financeiros ou de sanções imediatas aos gestores.

A situação acima ilustra o que Bava (2000) aponta, quando afirma:

Parece central pensar hoje em dia é que as políticas sociais dependem da mobilização. Não adianta pensar que o representante faz sozinho um belo papel. O canal do Conselho é importante enquanto ele opera. Se o conselho estiver fragilizado do ponto de vista da defesa dos interesses coletivos, é responsabilidade das entidades da sociedade civil se manifestem, cobrando que o Conselho readquira seu caráter decisório (BAVA, 2000, p.27).

O que também emerge da citação anterior é a exigência do exercício do papel político dos movimentos, sua capacidade de gerar críticas, proposições, exercendo pressão que democratize o estado.

No debate político em torno da resignificação do papel dos conselhos, cabe aos movimentos sociais reestabelecerem a luta em favor da transparência, participação e controle externo das políticas públicas; assim fortalecendo o papel dos conselhos como um novo espaço para o exercício da democracia representativa. Sendo significativo atentar-se para o que afirma Teixeira:

No sentido da democratização, um papel político crucial dos Conselhos é o controle social e público sobre as políticas públicas, ou seja, o monitoramento do uso dos recursos públicos. O papel do Conselho não se restringe à fiscalização ou ao mero acompanhamento das atividades do poder público, referendando decisões já tomadas, mas envolve uma avaliação dos seus atos e decisões em comparação com parâmetros estabelecidos (TEIXEIRA, 2000, p.108).

São esses os possíveis cenários que fazem da atuação popular, nos conselhos de gestão, algo com tão pouca repercussão no interior dos próprios movimentos. Mesmo quando se trata de políticas públicas como a educação que, historicamente, tem-se constituído em reivindicação não só de categorias ligadas ao setor como também ligados a amplos sujeitos políticos.

¹TCE Piauí, dados disponíveis na página www.tce.pi.gov.br, atualizada 13/12/01, às 11:30.

2.3 Sobre as atividades dos Conselhos

Apontar o cenário da trama onde é desenvolvido o controle social dos recursos para a educação fundamental, também pode ser visualizado no sentido de como ampliar a capacidade de intervenção da sociedade civil nesses cenários.

Os conselhos gestores foram instituídos nos anos noventa, criados nos três níveis de governo, têm papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado e constituídos como órgão onde as decisões precedidas de análise e debates com a sociedade civil são tomadas a partir do diálogo e do entendimento; espaços onde a sociedade civil sendo capaz de interferir nas decisões políticas fazendo com que as suas demandas sejam inscritas nas agendas governamentais locais.

Este entendimento, pilar do controle social encontra apoio na formulação de Bobbio quando (1987, p.155) argumenta que o alargamento da democracia “ocorre, sobretudo a partir da instituição e do exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo, diferentes daqueles propriamente políticos” (BOBBIO, 1987, p. 156).

Entretanto como lembra Gohn:

a participação da sociedade civil não pode, nunca, se resumir à participação nos espaços dos conselhos ou outros criados na esfera pública. Até para que essa participação seja qualificada - no sentido exposto acima - ela deverá advir de estruturas participativas organizadas autonomamente na sociedade civil. O chamado trabalho de base é fundamental para alimentar e fortalecer a representação coletiva nos colegiados da esfera pública (GOHN, 2001, p.83).

Para que os interesses da população sejam ouvidos no processo decisório, os conselheiros precisam participar ter densidade política comunitária, isto é, se organizar e pressionar o poder público para garantia de direitos. Além disso, os conselheiros devem ter formação e consciência crítica, e como meta o entendimento do processo onde se inserem; entenderem, por exemplo, as condições para serem aplicados recursos públicos e os critérios que deveriam pautar seu uso para o atendimento das necessidades da população.

Por reagirem as premissas democráticas da participação são

corriqueiros os que entendem tratar-se de uma função muito polêmica e complexa, a representação da sociedade civil nos conselhos, pois retiram do executivo municipal atribuições que historicamente estiveram exclusivamente sob sua responsabilidade. Ou seja, os Conselhos Municipais constituem-se como ameaça ao poder do prefeito e atentam contra práticas políticas tradicionais nocivas à democracia. Esta presença da sociedade significa tirar dos governantes e dos técnicos da prefeitura o monopólio de determinar os rumos das políticas públicas no município.

Mesmo com todos os aspectos que contribuem para a intensificação do controle social das políticas públicas, na realidade, como veremos na última parte dessa investigação, existem muitas dificuldades, entretanto muitas experiências indicam algumas práticas que funcionam como propugnadoras da ampliação da capacidade de intervenção da sociedade civil nesses cenários, as quais passamos a apontar algumas.

Como os conselhos se constituem em instrumento para a efetivação do controle social, pela participação da sociedade civil uma condição para motivar a efetiva participação nos conselhos é o compromisso político dos entes federados em fortalecer a democracia pela participação da sociedade civil em todo o processo de constituição das políticas públicas desde o planejamento a avaliação, assim favorecendo a superação da fragmentação do controle, propiciando a multiplicação das responsabilidades na gestão.

Tomando com referência os municípios, também se constitui em motivação em participar a definição dos planos municipais das políticas sociais, pacto que estabelece o desejo para onde devem ser direcionadas as ações dos diversos níveis do estado. *Pari passo* a definição das ações em cada política deverá ser feito um grande esforço para tornar público o que foi pactuado e posteriormente os resultados obtidos.

Assim crescerá na comunidade local o anseio por participar e por exercer o poder tomando parte ativa naquela história; já os representantes da sociedade civil não podem se isolar constitui-se em luta constante a articulação de influências com outros atores, o desenvolvimento de um processo contínuo de formação dos conselheiros, para que aprofundem seus conhecimentos sobre a realidade local e sobre os mecanismos que devem ser utilizados ou não na gestão pública. Além disso, os conselheiros não devem dispensar que

na estruturação dos conselhos haja sempre espaços para a existência de assessoria ou consultorias especializadas, institutos que devem ser tratados com cuidado no sentido de não haver em nome do conhecimento especializado, uma legitimação das iniciativas dos gestores.

O que se espera de conselheiros e conselheiras é o que se denomina comportamento proativo, que é definido como um conjunto de iniciativas que extrapolam a mera responsabilidade pela clareza política, busca espontaneamente favorecer as mudanças, soluciona e antecipa-se aos problemas, visando benefícios comunitários.

3 PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEMOCRATIZAÇÃO E CONTROLE DO ESTADO BRASILEIRO

É ampla a literatura disponível que analisa profundamente a trajetória dos movimentos sociais, na pesquisa aqui desenvolvida. Não é objetivo a exaustão do tema, mas para que se possa entender o atual estágio de intervenção da sociedade civil no controle social do estado, é importante situá-los até para que se possa fazer o registro histórico da força de atuação destes movimentos, em virtude da pouca memória que, no Brasil, é responsável por tornar naturais as conquistas que grupos sociais, de pouca expressão na arena política tradicional, acumularam como fruto das lutas que travaram.

Um dos traços da organização societária no Brasil tem sido a reprodução das desigualdades e isto se introjeta na cultura e na vida do povo de tal forma e com tal força que, em muitos casos, a desigualdade é legitimada e aceita como natural. Claro que isto acontece pelo poder dos mecanismos ideológicos, que legitimam a ordem dominante. Porém, como afirmava Gramsci (1981) quando teorizou sobre a hegemonia, também ocorre registro de contestação a ideias estabelecidas, pela compreensão de si mesmo como agente político fomentando posições diferentes do que hegemonicamente é aceito.

É nesse contexto de discordância, de contestação da ordem dominante, num processo dialético, entre a intervenção direta na realidade social, a ação política e a prática educativa de construção de uma nova cultura, que se estabelecem os movimentos sociais; e assim se processa a construção de novos parâmetros de intervenção, fato que, nas palavras de Gramsci, possibilita a transformação das estruturas sociais,

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto através da luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência do fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política). [...] É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político-prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo

que dentro de limites ainda restrito (GRAMSCI, 1981, p 21).

Tomando como referencia a arena em que se desenvolve a ação política brasileira, profundamente marcada pelo atraso das elites, pela concentração de poder, pela privatização do público, a importância de se situar a intervenção dos movimentos sociais ocorre exatamente pelo fato de elas serem responsáveis por sua construção e consolidação, no âmbito das experiências democráticas e da ideia de direito. Entretanto, o cenário constituído não possui, exclusivamente, em si a força de realizar a radicalização da democracia, superando o terreno inicial das desigualdades, isto porque a cultura política brasileira ainda continua calcada em ambiguidade, como afirma Oliveira:

Os costumes, atitudes e comportamentos, forjados na cultura política tradicional, se apresentam como limites para a construção de uma política forjada na participação dos cidadãos e movimentos sociais nos espaços de proposições, fiscalizações e deliberações políticas (OLIVEIRA, 2003, p 18).

Para identificar com alguma precisão em que consiste a prática dos movimentos sociais, pode-se afirmar que eles se envolvem em lutas: de ampliação de direitos políticos, civis, econômicos, sociais e ambientais; de transformação da prática da cultura política dominante; pelo ampliação da cidadania e inserção na política de atores sociais excluídos. Ou seja, o cotidiano dos movimentos sociais liga-se à trama social de construção e reconstrução dos novos significados culturais que sejam capazes de questionar a prática dominante e, nela intervindo, construir um novo modelo de convivência social.

Por toda significação que possuem os movimentos sociais na construção da democracia, faz-se importante a análise de suas trajetórias; aqui se tomará como referencia a elaboração feita por Cardoso (1994), quando identifica, no percurso das organizações da sociedade civil, duas fases: a da emergência heroica dos movimentos sociais e a da institucionalização. Para que melhor se compreenda o que representa cada uma destas fases, a seguir será apresentada a caracterização de cada um deles.

A primeira fase – a emergência heroica dos movimentos, situada temporalmente na década de setenta e início dos anos oitenta, caracteriza-se

pelo espontaneísmo dos movimentos, pela construção de rupturas do sistema político; ocorre pela novidade, no sentido de substituir as conhecidas formas de participação (partidos, associações, sindicatos, etc.), ocupando espaços vazios deixados pela ditadura. As organizações tinham como objetivo construir uma nova cultura política, sendo os principais conceitos os de cidadania, participação e autonomia, conjunto que marca a forma como se relacionam os movimentos e o estado.

No Brasil, as lutas pela democratização do estado tiveram início com os “novos movimentos sociais”, a partir do fim dos anos 1970. Lutaram pelo fim da ditadura militar brasileira (1964-1985) com greves, passeatas, caminhadas e mobilizações de rua em praticamente todo o Brasil, com o propósito de instituir a democracia política (OLIVEIRA, 2003, p.23).

A segunda fase – da institucionalização – desenvolveu-se por toda década de oitenta e nela a tônica foi a participação e a construção da ideia de intervenção no gerenciamento do estado para que seja garantida a universalização dos direitos. Esta fase representa um novo contexto político, sinaliza novos canais de comunicação e participação, além de delinear uma nova relação entre os movimentos sociais, os partidos políticos e as agências públicas (estatais). Este processo foi fragmentado, ou seja, ficou restrito a algumas áreas e, por tal motivo, não é próprio generalizar, no sentido de ter existido esse tipo de relação com o estado. A superação desta situação inicial de mudança toma como:

[...] marco principal de transição entre a era da ditadura e a democracia política a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988. Ela reestabeleceu e ampliou os direitos políticos, o pluripartidarismo, os direitos sociais, direitos e deveres individuais e coletivos e as eleições diretas para os cargos do poder executivo: prefeitos, governadores e presidente (OLIVEIRA, 2003, p 23).

A análise da passagem de uma fase para outra é marcada por um recorte explicativo que retrata um momento político de privação de direitos, fato que deixa transparecer, inicialmente, que a segunda fase constitui-se em refluxo, visto que os movimentos deixam de operar de forma espontaneista, passando a intervir diretamente como ator no âmbito do controle social do estado.

É precisamente a fase dita da institucionalização que estabelece forte ligação com o tema analisado nesta pesquisa: o controle social do FUNDEF em municípios recém-emancipado. Isto por que é a fase em que a intervenção desses movimentos toma como alvo o estado, ou melhor, as políticas públicas desenvolvidas pelo estado que, até aquele momento, eram implementadas como caridade das elites. Este pensamento também é partilhado por Gohn quando afirma que:

Nos municípios, os conselhos municipais temáticos são analisados como um dos principais resultados das recentes reformas políticas; eles têm buscado instalar um regime de ação política do tipo novo, com uma maior interação entre o governo e a sociedade (GOHN, 2001, p.83).

Entre os elementos que consolidam a intervenção organizada da sociedade civil, deve-se referenciar a prática educativa desenvolvida pelos movimentos sociais que, por seu direcionamento teórico, tem contribuído para a construção de novos valores que alicerçaram uma nova prática social e política, além de ajudar a desconstruir a ideia de que não existe cidadania por que o povo não está preparado para exercer o poder de decisão. É por esse motivo que a seguir se discorrerá sobre o significado dessa ação educativa.

O resgate da prática educativa dos movimentos sociais reflete a tipificação das fases apontadas anteriormente, portanto uma primeira afirmação remete ao reconhecimento do privilégio da prática sobre a teoria, fato que explica a pouca importância dada ao conhecimento científico neste momento, reflete uma fase do movimento em que havia uma necessidade de autoafirmação, a forma encontrada para isto foi exatamente uma imersão na realidade vivida numa tentativa de compreender para intervir, num movimento dialético entre teoria e realidade vivenciada.

Nesse ponto, o entendimento da realidade se relaciona visceralmente com a utopia. Utopia revela o sentido de mística, de meta, de plano, de algo que se concretiza a cada passo dado no sentido da realização do objetivo – transformação e construção de uma sociedade mais justa – num contínuo processo de conscientização, por que não dizer de aprendizado, de politização. Nesse momento inicial de apropriação, um dos principais instrumentos metodológicos que possibilitou o acesso ao conhecimento foram as chamadas análises de conjuntura, apoiadas no método Ver-Julgar-Agir, elas constituíram-

se em espaços de formação em que, por meio da intervenção de um assessor (o intelectual orgânico de Gramsci), um grupo aprofundava aspectos da trama social vivida.

Outro aspecto que marcou a prática educativa dos movimentos sociais, foram as referências teóricas baseadas em conceitos como os de: participação, autonomia, cidadania, ética, justiça, democracia, solidariedade, direito que deram forma ao marco analítico e impulsionavam a prática e o pensamento dos movimentos. Pela enorme quantidade de produções sobre estes conceitos e suas implicações, aqui não serão detalhados comentários a respeito deles, apenas se quer expressar que eles constituem a base que sustentou a explicação, ou melhor, a leitura da realidade vivida e refletida pelos movimentos. Por isso é significativo o pensamento de Santos sobre a importância dos movimentos sociais;

Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação da política, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos (SANTOS, 2002, p. 53).

No momento em que é efetivada a modificação no cenário político brasileiro, com a chamada abertura, todos os movimentos sociais populares passam a posicionar-se de outra forma com relação ao estado; a posição inicial de hostilidade, depois de um intenso processo de reflexão, questionamentos revela a necessidade de propor, de intervir, sendo que, para que isto ocorresse, foi preciso haver uma aproximação do estado, fato que exigiu dos movimentos sociais amadurecimento político, no sentido de preservar identidade e autonomia, além de uma revisão na prática e no discurso, entendido como marco explicativo.

De muitas formas, essa passagem foi marcada por tensões e intensas disputas. Neste sentido, afirma-se um outro espaço de aprendizado que conduziu os militantes a consolidar, na vida cotidiana dos movimentos, um estilo de convivência em que as disputas de ideias e de espaços possibilitaram apreender, por exemplo, o valor do diálogo, do compromisso, da negociação, da argumentação, ou seja, a ação constituindo-se em *lócus* de aprendizado.

Agindo em um novo cenário, os movimentos assumem outro desafio na interação com o estado: o aprendizado de um novo tipo de conhecimento. Um

conhecimento mais específico, especializado, técnico, com conteúdos até aqui não pautados na agenda dos processos de formação. Também figura a necessidade de manutenção e intensificação da mobilização política, fato que aproxima os movimentos ao campo de esquerda da política partidária.

A forma acima descrita fez com que o movimento social avançasse bastante na interlocução entre a sociedade civil com o estado, especialmente nas ações de proposição, controle e fiscalização das políticas públicas, ampliando o aprendizado em torno de conceitos já conhecidos como: participação, ética e democracia e de novos como: gestão participativa, orçamento público, entre outros.

No tempo presente é fácil encontrar, nas plataformas dos sociais, como esta da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) diretrizes que orientam a ação visando:

A valorização do espaço público como lócus de construção d uma cultura cívica e de afirmação da cidadania [...] somos um ator coletivo de um campo político com um determinado projeto de sociedade. Neste sentido, nossa ação pauta-se pela construção: (i) da radicalização da democracia; (ii) da efetivação de direitos por meio de políticas públicas geradoras de justiça, democracia e sustentabilidade social; (iii) da defesa da gestão pública e universal (ABONG, 2004, p. 1).

Tais orientações propõem-se a conferir reconhecimento e organicidade à ação política, contribuindo para o enfrentamento de dilemas como: o da representação e o da legitimidade. Outro ponto que tem se constituído em fonte de produção de posições políticas ocorre quando o tema se faz relativo à radicalização da democracia que deve ser aprofundada, conjugando: democracia participativa e representativa. As orientações destacam a posição de não ser conveniente a banalização e o enfraquecimento dos espaços de participação, como afirma a ABONG;

Que participar signifique o diálogo entre diferentes com autonomia e alteridade, sem perder de vista a disputa de projetos [...] e, claramente, que a participação representativa, para além de meros espaços de interlocução com os governos, materializa as agendas dos movimentos que representamos, assegurando a cidadania ativa, os direitos universais e a justiça social (ABONG, 2004, p 1).

Com esse panorama geral é necessário um retorno ao objeto desta produção no sentido de fazer algumas afirmações. Pode parecer romantismo o

que até aqui foi frisado, sabe-se, entretanto, e isto fica evidente nos capítulos posteriores desta produção que, com afirma Teles:

É preciso que se esclareça que não se está tomando a sociedade como polo da virtude política. Ao contrário disso, é uma sociedade extremamente complexa, contraditória e atravessada por ambivalências de todos os tipos [...] essa é uma sociedade em que a defesa dos interesses se faz em um terreno muito ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estreito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo convivência com práticas as mais autoritárias; em que a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários (TELES, 1994, p. 93).

É por ser a sociedade complexa que a reflexão acerca do controle social das políticas públicas em municípios recém-emancipados carece de análise mais profunda, especialmente quando é fácil detectar como possibilidade a afirmação sobre a conveniência de experiências de gestão participativa com práticas autoritárias.

O custo, para a sociedade brasileira, do não envolvimento de expressiva parcela no processo educativo de tomada de consciência, fez com que, institucionalmente, se avançasse na construção de espaços de gestão participativa, mas tais espaços, como se verá quando da análise dos depoimentos dos partícipes desta investigação, se esvaziam pela falta de ação política da sociedade civil.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a metodologia como o caminho que se percorre em muitas direções, o conjunto de técnicas que possibilitam a reconstrução da realidade e as concepções teóricas de abordagem desta realidade, faz-se necessário defini-la no âmbito do problema aqui proposto.

Produzir ciências sociais não se constitui em algo fácil especialmente quando sempre foi colocado para este tipo de produção científica o dilema quanto ao método. Considerando este dilema como um alerta e encarando “a ciência como o devenir da própria ciência”, esta pesquisa optou por realizar um estudo de caso, em uma abordagem qualitativa. A coleta de dados utilizou os seguintes instrumentos: entrevistas, observações e levantamento de material escrito. Quanto às entrevistas, foram ouvidos vinte e um conselheiros do FUNDEF que atuaram nos municípios de Lagoinha do Piauí, Olho D’água do Piauí e Lagoa do Piauí, com mandatos no período entre 1998 a 2001 e uma conselheira do conselho estadual do FUNDEF.

Para construir o conhecimento aqui expresso, foram percorridos os seguintes passos:

- a. Levantamento de material escrito. A legislação nacional e municipal que regulamenta a criação dos conselhos do FUNDEF, documentos que definem os segmentos que têm assento nos conselhos e seus representantes; coleta virtual de repasses dos recursos do tesouro nacional para os municípios estudados; atas de reuniões dos conselhos e seus regimentos internos.
- b. Entrevista semiestruturadas, gravada e transcrita com conselheiros/as, lideranças dos movimentos sociais e membros do poder público que possuem lugar nos conselhos.

A última fase foi o tratamento dos dados obtidos e se constituiu na análise, propriamente dita, do que foi colhido nos documentos e no campo, nesse sentido, como afirma Minayo (1994, p. 26), “esta é a etapa que, nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a abordagem de campo aporta de singular como contribuição”.

Além das entrevistas, objetivando melhor fundamentar o estudo aqui

realizado, foi constituído um acervo documental acerca do FUNDEF o que possibilitou a coleta de informações necessárias à operacionalização das análises aqui apresentadas nos municípios priorizados.

4.1 Instrumentais para a pesquisa de campo

O principal instrumento utilizado para coletar dados no campo foi a entrevista, que objetivou ter dados primários, na temporalidade definida na pesquisa, sobre como ocorreu a formação e o funcionamento do conselho do FUNDEF, a visão que norteia o financiamento do ensino fundamental, a percepção do exercício de um novo modo de representação política na gestão pública, partindo do depoimento dos próprios conselheiros.

O controle social, por se tratar de um assunto bastante complexo para a administração pública, ainda é visto como algo de que nem todos podem falar, ou, do qual nem todos têm o que falar. Talvez por esse motivo, no processo de coleta de dados, foi percebido que parte dos entrevistados ficavam constrangidos para manifestar sua opinião. Note-se também que, para realizar as entrevistas a pesquisadora foi a todos os municípios, em um deles ciceroneada por um conselheiro indicado para tal tarefa. Nesse sentido, mesmo com a garantia do sigilo, a pesquisa ficou prejudicada, pois poucos entrevistados puderam ou quiseram aprofundar seu pensamento. Nesse ponto, cabe uma ressalva, pois também pode ter ocorrido que a amostra realmente tinha pouco o que expressar, refletindo a situação de não possuírem a exata noção do que significa ser conselheiro.

4.2 Caracterizações da Amostra

O Brasil conta hoje com 5.506 municípios. Destes, cerca de metade tem população inferior a 10 mil habitantes e parte deles foram criados a partir de 1988, estimulados pelas regras redefinidas na constituição, promulgada naquele ano. Considerando esses dados, os municípios foram selecionados para a pesquisa com base nos seguintes critérios: a) terem população inferior a 8.000 habitantes; b) terem sido emancipados há, no máximo, 12 anos; c) serem

municípios próximos a Teresina. Atendendo a esses critérios, foram escolhidos os seguintes municípios: Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí e Olho D'água do Piauí. Todos Elevados à categoria de município pela Lei Estadual nº 4.810, de 14/12/1995 e instalados em 01/01/1997.

A respeito dos conselhos pesquisados, pode-se assim descrevê-los: o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério de Lagoa do Piauí foi criado por Lei Municipal Nº 015/97², de 30 de junho de 1997 estabelecendo que deve ser constituído de cinco (05) membros representando a Secretaria Municipal de Educação, os professores e diretores, pais de alunos, servidores municipais da educação e o Conselho de Alimentação Escolar. O primeiro mandato foi instituído em 05 de janeiro de 1998 e dele foram entrevistados quatro (04) conselheiros/as; do segundo mandato, foram entrevistados também quatro conselheiros/as, enfatiza-se que, no segundo mandato, foram incluídos na composição do Conselho, à revelia da lei Municipal, um representante do Legislativo Municipal e um representante de ONG's o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Este fato foi corrigido no terceiro mandato quando houve apenas a nomeação dos conselheiros/as que a lei estabelecia.

Em Lagoinha do Piauí o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério foi criado por Lei Municipal nº 18/97³, de 23/03/1998, estabelecendo que o Conselho deva ser constituído de quatro (04) membros, representando a Secretaria Municipal de Educação, os professores e diretores, pais de alunos, servidores municipais da educação e o Conselho de Alimentação Escolar. Foram entrevistados três conselheiros do primeiro mandato e três do segundo.

Já em Olho D'água do Piauí o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério foi criado por Lei Municipal nº 012/97⁴, de 30 de maio de 1997, estabelecendo que o Conselho deva ser

² Anexo A

³ Anexo B

⁴ Anexo C

constituído de quatro (04) membros representando a Secretaria Municipal de Educação, os professores e diretores, pais de alunos, servidores municipais da educação. O primeiro mandato foi instituído em junho de 1997.

O instrumento utilizado para colher, dos conselheiros e conselheiras, informações que são objeto desta pesquisa foi uma entrevista baseada em um questionário com vinte e duas perguntas, sendo que foram realizadas vinte e duas entrevistas.

Os que participaram com o relato de suas vivências e informações sobre o cotidiano de suas atuações nos conselhos puderam ser caracterizados num perfil assim descrito:

1. Quanto ao sexo: 13 Mulheres, 09 Homens
2. Quanto à formação:
 - a. Ensino Fundamental – 07 (03,02,02)⁵. Todos representantes da Sociedade Civil;
 - b. Ensino Médio – 04 – (01,02,02),
 - c. Superior – 10 – (02,03,05), dos quais 06 são representantes do Poder Público.
3. Quanto à representação:
 - a. Governamental – 06 – 27,27%;
 - b. Não-Governamental – 16 - 72,72%
4. Quanto a ligações dos conselheiros/as com o setor educação:
 - a. Estabelecem diretamente ligação com a educação – 20 (90 %)
 - b. Outras situações – 02 (10 %)

4.3 Definição de Problemas

A produção de conhecimento é marca fundamental do tempo presente, às vezes nos deparamos com situações comuns que dão margem ao surgimento de contribuições essenciais à melhoria da vida dos grupos humanos. Nesse sentido, lembro-me de Rubem Alves, quando, no texto, “Ciência: Coisa Boa”, afirma que é a partir de problemas que os

⁵Os números entre parênteses quantificam as representações por município na seguinte ordem Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Olho D'Água do Piauí.

acontecimentos ou coisas são percebidas e daí estarmos a um passo do conhecer.

O que é apresentado a seguir como problema, talvez seja algo habitual, afinal estamos cansados de ouvir ou ler denúncias que dão conta de irregularidades no tocante à administração da coisa pública, em alguns casos houve a indignação, entretanto, esbarramos no velho dilema: o que fazer?

Em tempos de reforma do Estado, o papel da participação popular nem sempre é efetivamente favorecido e mesmo grupos organizados encontram dificuldades de exercer a participação cidadã.

Na gestão das políticas públicas, desde a Constituição de 1988, ficou determinada a existência dos conselhos de gestão como espaço democrático de participação, bem como, aparato de controle e fiscalização das iniciativas do Estado. Os conselhos possuem, em sua composição, parcela significativa de representantes da sociedade civil; em outras palavras, os beneficiários da ação do Estado são formalmente corresponsáveis pela gestão pública.

A partir desse quadro, vem a pergunta: por que tantos desvios? O que ocorre com a participação da população, se ela própria, tendo a responsabilidade efetiva nos processo de gestão, não qualifica positivamente ações do Estado? Melhor formulando, o que impede a representação da sociedade civil de intervir efetivamente nas ações de proposição, controle e fiscalização das políticas públicas?

O foco deste estudo se concentra nas iniciativas da sociedade civil, suas organizações e movimentos, para garantir o controle social dos recursos da política pública de financiamento da educação no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, destinados ao Estado do Piauí, no quadriênio 1998 a 2001, sendo destacados os seguintes aspectos:

- ◆ A construção de um novo espaço de representação política e de decisão sobre a gestão do FUNDEF no Estado – os conselhos;
- ◆ A política pública de financiamento do Ensino Fundamental a partir da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF;
- ◆ A identificação dos instrumentos políticos e normativos que propiciam o efetivo controle do FUNDEF por parte da sociedade civil.

- ◆ A política de composição dos conselhos do FUNDEF, os vínculos políticos estabelecidos entre os seus conselheiros;
- ◆ A atuação dos representantes da sociedade civil e sua vinculação com o segmento que representa.

Produzir conhecimento é algo sensacional, especialmente quando o que é produzido tem a possibilidade de tornar-se ferramenta para ser manuseada por pessoas e grupos no sentido de uma participação efetiva: é esse o motivo dessa busca, motivo este considerado primordial no caminho incessante do ser humano na busca do conhecimento.

Tendo em vista que a participação cidadã pode ser considerada uma estratégia para a efetivação de um longo processo de interação entre Estado e população civil, para entendê-la, é necessário entender qual o papel dessa participação e como ela pode ser compreendida num processo democrático.

A principal questão é a definição de quem toma as decisões que dizem respeito ao Estado (sujeito) e de que maneira isso ocorre (processo decisório). Em relação ao sujeito, geralmente são pessoas que fazem parte de um grupo elitizado, preparado e selecionado, que pode ser definido por processos eleitorais. No tocante ao processo decisório, que são definidos pelos sujeitos, essas mesmas pessoas possuem liberdade de ação, mas quando se trata de decisões mais complexas, que envolvam determinados critérios e elementos de decisão há a possibilidade de ser revisados por uma porcentagem da população. Na “democracia participativa”, o processo decisório é tido como o elemento central da teoria democrática.

Dessa maneira, a participação cidadã pode ser percebida como algo que não se restringe a uma escolha de governantes por tempo determinado, nem também algo que consegue ser relevante a ponto de substituir representantes políticos capacitados para a tomada de decisão.

Ainda sobre o papel ativo do cidadão, de acordo com Cole (1992), é destacado na teoria da democracia participativa, como um papel mais acentuado da educação intermediada por experiência política. Para tanto, o cidadão deve aprender a tolerar a diversidade, a desenvolver a virtude cívica, a temperar o fundamentalismo e o egoísmo. Entretanto, é necessário se considerar a complexidade de cada sociedade e a sua lógica estrutural, principalmente em tempos atuais, que muito se diverge das antigas.

Vários questionamentos podem ser feitos sobre como viabilizar essa participação dos cidadãos, como torna-la de fato, efetiva, visto que se trata de uma tarefa não muito convencional. Essa é uma busca constante, que se torna um desafio na tentativa de adequar mecanismo que possam ser administrados combinados com a participação, que inclui diferenças, identidades e aspirações de grupos sociais distintos; sobre este assunto tratamos dele no item sobre as atividades dos conselhos.

Embora no Brasil seja ainda considerado um processo lento e que por falta de incentivo por parte dos governantes, essa tão questionada participação cidadã demore a se realizar, ela pode ser vista como uma esperança de um país melhor. Mas para que se torne concreta, é preciso que haja não apenas a iniciativa dos governos, mas também que os próprios cidadãos se coloquem em estado de atenção no que diz respeito ao seus direitos e deveres sociais para que possam saber como e quando cobrar e garantir uma ação digna e efetiva dos representantes dos poderes políticos para com a sociedade.

5 A PRÁTICA DO CONTROLE SOCIAL PELA AÇÃO DOS CONSELHOS DO FUNDEF EM MUNICÍPIOS RECÉM-EMANCIPADOS

A Constituição Federal de 1988 determina que Estados e Municípios brasileiros destinem, no mínimo, 25% do orçamento anual para a educação. No Piauí, como parte da luta popular no processo constituinte, foi definido que 30% dos recursos arrecadados seriam aplicados em educação; entretanto pouco ou nada foi definido, de forma específica, quanto ao controle social e fiscalização desses recursos no âmbito da sociedade civil.

Com a implantação do FUNDEF, uma subvinculação, que destina 15% do total de impostos vinculados à educação, para o Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries), somente esse percentual tem sido foco de algum controle, o que, sem dúvida, indica uma brecha que pode estar facilitando os desvios financeiros comuns na administração estatal, tornando menos eficiente a situação da rede pública de ensino.

Por força do Art. 4º da Lei 9.424, de 24/12/96, que regulamenta o FUNDEF, é uma exigência o funcionamento dos conselhos de acompanhamento e controle social para gerir os recursos destinados ao financiamento do Ensino Fundamental. Nesse sentido, as várias esferas de governo devem compor os conselhos e, além do controle social, os Tribunais de Contas e o Ministério Público, por suas atribuições, assumem a corresponsabilidade na fiscalização desses recursos.

O Estado do Piauí conta com 221 municípios, que desde a implantação do FUNDEF, em janeiro/98, têm recebido regularmente recursos financeiros para que a rede pública de Ensino Fundamental funcione, mesmo percebendo-se que falta aos governos, em suas esferas estadual e municipal, um plano que estabeleça metas e consolide os objetivos do FUNDEF.

Por outro lado, a sociedade civil, representada pelas entidades e organizações dos movimentos sociais populares, tem negligenciado seu potencial político e propositivo quando ocupa espaços de representação nos conselhos de acompanhamento e controle social.

O cenário apontado ilustra aspectos que motivam este estudo, entretanto é necessário que ele seja aprofundado, identificando, no contexto

piauiense, as causas que fragilizam a atuação da sociedade civil no exercício do controle das políticas públicas.

Para fins de registro, o controle social do FUNDEF no Piauí, no campo da sociedade civil teve como primeira experiência a iniciativa denominada:

“Comissão de Acompanhamento ao FUNDEF [...] que é composta por diversas entidades como o CEPAC, CUT, SINTE, FAMCC, MEB e o SINDSERM” [...].

A Comissão teve como objetivos desenvolver o acompanhamento ao FUNDEF se posicionando sobre seus méritos, seu real impacto na qualidade do ensino e sobre a efetiva valorização do magistério (informação verbal)⁶.

Uma das ações realizadas pela Comissão de Acompanhamento foi um debate realizado em 01/12/2000.

Este debate em especial está voltado para as denúncias de irregularidades na aplicação dos recursos no Piauí. Segundo foi divulgado pela imprensa, cerca de 15% dos recursos liberados em 1999 foram desviados, há uma série de inquéritos e investigações feitas tanto pela Polícia Federal como pelo Ministério Público. O objetivo deste debate é de colocar mais próximo da sociedade [...] as informações a respeito destes processos [...] (informação verbal)⁷.

A iniciativa contava, na condição de expositores, com a presença de representantes do Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual, da Secretaria de Segurança e do Conselho Estadual do FUNDEF além de reunir várias lideranças especialmente do movimento de professores do interior do estado do Piauí. No documento de registro do evento também foram convidados a participar a Polícia Federal, que justificou ausência, Secretaria Estadual de Educação e Assembleia Legislativa que não compareceram.

Feito este resgate, o foco da atenção aqui delimitado passa a ser a fala dos expositores, pois elas possibilitaram visualizar o cenário no qual está inserido o controle social dos recursos do FUNDEF no Piauí, elas também, serão utilizadas com base para fundamentação dos argumentos que se passara a discorrer.

A respeito da aplicação dos recursos do FUNDEF, o representante do Tribunal de Contas do Estado (TCE) fez a seguinte declaração: “o Tribunal de Contas está se aperfeiçoando e recentemente no caso das prestações de

⁶ Documento de transcrição das gravações do debate sobre o FUNDEF realizado pelo CEPAC em Dezembro de 2000. p.2.

contas em atraso, foi encaminhada ao Ministério Público uma relação de 129 municípios” (informação verbal)⁸.

Como os conselhos do FUNDEF se destinam ao “acompanhamento e o controle social sobre a repartição, a transferência e aplicação dos recursos do fundo” (art. 4º da Lei 9.424), supõe-se que as irregularidades encaminhadas às várias instituições de fiscalização do Estado – Tribunais de Contas, Ministério Público, etc. - tenham partido dos conselhos. A esse respeito, afirma Neponuceno Filho que:

[...] se constata é a falta de atuação dos conselhos municipais que tem a responsabilidade de acompanhar estas prestações de conta. As denúncias quando são protocoladas no Tribunal, [...], na maioria das vezes, não são realizadas pelos conselhos, o que vemos são cidadãos que buscam no tribunal os balancetes e encaminham denúncias sem nenhuma comprovação, sem documentos que venham ajudar na hora da análise. (Informação verbal)⁹

Para enfatizar o cenário do problema que justifica a realização desta pesquisa, cita-se o depoimento de Costa Barros (2000, p.10), representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação - SINTE: “os conselhos têm um papel muito importante, se estivessem funcionando, além disso, foram compostos por indicação [...]” (informação verbal)¹⁰. Além disso, ela afirmou que:

A sociedade civil não está conseguindo fiscalizar por que quem controla os recursos, tem dificultado esta ação. Foi dito aqui que qualquer pessoa pode solicitar os extratos nos Banco do Brasil, isto não é verdade, por que eu enquanto conselheira já tentei e não consegui (informação verbal)¹¹.

A análise do que foi apresentado indica que, na ótica do processo de controle das ações do Estado pela sociedade civil, no Piauí, mesmo com uma necessidade enorme de investimentos nas políticas sociais e várias denúncias

⁷ Ibid.p.2.

⁸ FILHO, Geraldo S. Neponuceno. Debate sobre o FUNDEF realizado pela Comissão de Acompanhamento ao FUNDEF no Piauí em Dezembro de 2000. p 5

⁹ Ibid. p 3.

¹⁰ BARROS, Ana Rejane da Costa - Vice-presidente do SINTE- Pi. Debate sobre o FUNDEF realizado pela Comissão de Acompanhamento ao FUNDEF no Piauí em Dezembro de 2000. p p.9.

¹¹ BARROS, Ana Rejane da Costa - Vice-presidente do SINTE- Pi. Debate sobre o FUNDEF realizado pela Comissão de Acompanhamento ao FUNDEF no Piauí. Dezembro de 2000. p.10.

de fraudes no uso dos recursos públicos destinados a educação, as forças políticas e instituições do próprio estado, que assumem como missão este controle, não têm encontrado instrumentos efetivos para fazer avançar ações de contraposição ao clientelismo e a improbidade administrativa, duas variáveis que inviabilizam qualquer iniciativa de Política Pública Social.

Tomando por base a caracterização do grupo pesquisado, apresentado no capítulo relativo à metodologia, a análise dos dados coletados constitui um trabalho de composição e categorização no sentido de facilitar a compreensão da situação analisada. Aqui, a categorização adotará como referência os objetivos específicos propostos pela pesquisa, que são: a maneira como ocorreu a formação dos conselhos, o modo como os movimentos sociais agem no interior dos conselhos, forjando um efetivo controle social das políticas públicas.

Os conselhos de políticas, segundo Tatagiba (2002, p 49), “são ligados às políticas públicas mais estruturadas ou caracterizadas em sistemas nacionais. São, em geral, previstos em legislação nacional, tendo ou não caráter obrigatório...”. Nesse sentido, os conselhos de controle social do FUNDEF foram instituídos como parte da política nacional de financiamento do ensino fundamental. O FUNDEF constitui um fundo contábil que envolve recursos vinculados dos três níveis federados de governo - União, Estados e Municípios, sendo expressa, na lei que o criou, a obrigatoriedade da formação do conselho.

À primeira vista, por se tratar de uma política pública que é demanda de toda sociedade brasileira, parece ter havido, por parte do executivo nacional, de onde ocorreu a iniciativa de criação do FUNDEF, uma preocupação em garantir a transparência na aplicação dos recursos quando determina a obrigatoriedade da existência do controle social por meio do conselho, bem como a necessária participação da sociedade. Entretanto é importante considerar que em muitos estados, como o Piauí, as verbas destinada a educação fundamental significam somente 50% dos recursos desta área; como a obrigatoriedade de controle social só recai sobre o FUNDEF a outra metade dos recursos ficou como que desobrigada, além do foco da fiscalização.

Analisando de forma mais detalhada, pode-se perceber alguns transtornos no tocante ao controle desta política social. Sobre o caráter do

conselho do FUNDEF, um ponto a ser percebido é que o colegiado atua no “acompanhamento, controle da repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo” (Lei 9424/96), ou seja, ele não delibera a respeito do destino dos recursos, portanto não se há de falar em conselho gestor, e sim em conselho de fiscalização, o que limita sobremaneira a atuação, que se obriga a agir sobre o já ocorrido.

Outro aspecto a ser enfatizado, diz respeito à formação do conselho; a composição prevista fugiu à regra da paridade, praxe em outros conselhos de políticas nacionais e fato que dá, *a priori*, aos governos, em nível nacional e estadual, posição de maioria. Nesse aspecto, como observa Carvalho (2003, p 26), “excetuando-se a esfera municipal, que tem maior abertura para constituí-lo de natureza mais social...”.

No entanto, é possível questionar essa “maior abertura” referida no parágrafo anterior, visto que a cultura da centralização das decisões ainda é muito forte na gestão estatal brasileira principalmente quando se fala de municípios, onde a cidadania está mais susceptível ao controle político e onde, por falta de uma sociedade civil virtuosa, subjugada pela desigualdade social, as mudanças políticas e a reforma do Estado ocorrem por decreto, ou seja os espaços políticos de atuação pública acontecem não por um processo participativo gerado no seio da sociedade, mas em grande parte pela percepção do próprio Estado nas suas esferas superiores, em assegurar maneiras que possibilitem o enfrentamento de situação, que dificultem sua ação como gestor e executor das políticas sociais. Essa atitude dá espaço a uma dicotomia claramente percebida na fala de gestores municipais, quando se refere à criação do conselho do FUNDEF,

[...] nosso FUNDEF foi criado em noventa e oito, mas foi tipo assim, uma prensa. Uma lei determinava que: cria ou não vem verba. E nós não podíamos trabalhar sem verba, então sinceramente foi extremamente difícil, nós criamos porque a lei determinava assim, mas não tínhamos tanta consciência do que era... (informação verbal)¹².

¹² 4, Secretário. **Secretário AGO 4**: entrevista nº12 [25/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

Na época, pelo que eu me lembro, ele (*o Prefeito*) não se preocupava assim muito com o Conselho. Eu acho que nesse período, se formava porque tinha que se formar, porque senão ele ia ter prejuízo em alguma coisa, porque era obrigatório. (informação verbal)¹³.

Percebe-se que o Conselho não é visto como um espaço em que o poder público ganha pela coparticipação da sociedade nos processos de tomada de decisões, ao contrário, é um peso ou simplesmente um instrumento obrigatório para que ocorra repasse de recursos financeiros, perdendo, desta forma, o foco, participação efetiva da cidadania, na construção do processo de descentralização e democratização das políticas sociais.

Os pontos anteriormente citados, a forma da composição, o caráter dos conselhos do FUNDEF e a posição do Estado, perante a fragilidade da sociedade civil, são aspectos gerais do que se quer examinar. Por isso, é necessário adentrar na análise aqui proposta: a ação de controle de políticas públicas pelos movimentos sociais no conselho do FUNDEF, em municípios recém-emancipados. Para que o detalhamento possa ser didático, tornaram-se como referência os quatro pontos, a seguir detalhados:

5.1 A formação do Conselho

Os conselhos dos três municípios pesquisados foram praticamente formados da mesma maneira: por lei de iniciativa do poder público municipal, com a convocação de reunião de vários segmentos sociais, quando foram aclamados os integrantes dos conselhos, exceto o representante do executivo municipal, cuja escolha se dá por indicação deste poder.

O quadro abaixo apresenta a síntese das leis de criação dos Conselhos Municipais do FUNDEF (anexo A,B,C); observando tais texto foi possível perceber similaridades entre eles, o que indica que são compilação de uma única redação fruto de 'modelos', com variações mínimas, fato que também revela ter havido pouca ou nenhuma interferência dos segmentos da sociedade no debate dos termos dessas normas legais.

¹³ 6, Secretária. **Secretária LP 6**: entrevista nº18 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B e

Quadro resumo das leis municipais de criação do conselho do FUNDEF

MUNICÍPIO INDICADOR	Olho D'água	Lagoa do Piauí	Lagoinha
Lei que cria	012 de 30/05/1997	015 de 30/06/1997	018 de 23/03/1998
Nº de artigos	8	6	6
Constituição do conselho	4 membros (Sec. Municipal de Educação; Professores/Diretores; Pais/Alunos.)	5 membros (Sec. Municipal de Educação; Professores/Diretores; Pais/Alunos; Conselho de Alimentação Escolar)	4 membros (Sec. Municipal de Educação; Professores/Diretores; Pais/Alunos.)
Duração do mandato	2 anos	2 anos	2 anos
Escolha dos conselheiros	Indicação por seus pares/nomeados pelo prefeito	Indicação por seus pares/nomeados pelo prefeito	Indicação por seus pares/nomeados pelo prefeito
Periodicidade das reuniões	Mensais	Mensais	Mensais
Quem preside as reuniões	Prefeito/representante, na ausência qualquer conselheiro.	Prefeito/representante, na ausência qualquer conselheiro.	Prefeito/representante, na ausência qualquer conselheiro.
Remuneração	Vedada	Vedada	Vedada
Competências	Três incisos definidos conforme nota 1.	Três incisos definidos conforme nota 1.	Três incisos definidos conforme nota 1.
Autonomia	Não consta	Prevista art. 5º	Prevista art. 5º
Vigência	Data da publicação	Data da publicação	Essa lei retroage seus efeitos a 01/01/1998

Nota 1: I – Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo;
 II – Supervisionar a realização do Censo Escolar;
 III – Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do fundo.

As narrativas apresentadas a diante, deixam claro que, no processo de composição dos conselhos, não existia qualquer posicionamento anterior dos segmentos envolvidos pais de alunos, professores/diretores e servidores.

Em geral, a menção a outros atores sociais, que possam interagir com as políticas públicas municipais, é feita por generalizações (as pessoas, a sociedade em geral, todo mundo), ou seja, na falta de organizações específicas que possam fazer a representação da sociedade civil o ente que recebe esta incumbência é a própria sociedade.

[...] A minha parte foi por indicação, a secretária me indicou, mas aí os outros, como os dos pais, os representantes de diretores, professores foi escolha dos pais, foram feita reunião com as pessoas [...] (informação verbal)¹⁴.

04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

¹⁴ 1, Secretária. **Secretária OD 1**: entrevista nº3 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado

Foi através de uma reunião, através de uma assembleia geral, no qual foi reunida a sociedade em geral, foram reunidas todas as entidades da sociedade (informação verbal)¹⁵.

Foi mandada uma convocação pra todo mundo mobilizar os representantes de cada entidade, aí foi feita uma reunião, na época, foi na escola estadual Francisco Luís de Moraes, aí foi feita a votação, cada entidade escolheu seu representante para participar do conselho (informação verbal)¹⁶.

Quando se trata da composição dos conselhos, pela prática clientelista que perpassa muitas das relações políticas, típicas do Brasil, é revelador que na amostra somente um entrevistado declarou ser o representante de um segmento que não o executivo municipal, mas que foi ‘escalado’ para ocupar tal representação. Isto demonstra o que Bobbio e Matteucci (1993, p 177) tratam quando definem clientelismo, ao afirmarem ser essa prática característica de sociedades tradicionais, mas que, mesmo com o modo capitalista e a organização política moderna, ela (a prática) tende a sobreviver ou a adaptar-se.

Prá começar, alguém que não lembro, me disse que meu nome estava escalado pra participar do conselho, quer dizer, eu não tive nem assim uma opção de dizer não. Meu nome já estava escalado e pronto (informação verbal)¹⁷.

O fato de ser apenas uma referência à prática da intervenção, não despreza a importância da afirmação, de se analisar que as reuniões ocorridas são de caráter formal, ou seja, elas apenas ratificam os nomes já “escalados” pelas forças políticas dominantes no município. É um processo de adaptação, como afirma Bobbio e Matteucci, que tem como consequência a manutenção da ordem política local em uma nova embalagem, a democracia das

A/B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

¹⁵ 2, Secretário. **Secretário AGO 2**: entrevista nº10 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

¹⁶ 6, Secretária. **Secretária LP 6**: entrevista nº18 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B e 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

¹⁷ 4, Mãe. **Mãe LP 4**: entrevista nº20 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

representações, não alterando as relações políticas entre governo e sociedade, nem possibilitando o exercício de controle do primeiro pelo segundo.

Quando se afirma que os conselhos pouco têm contribuído para alterar qualitativamente a relação entre a sociedade civil e o Estado, toma-se por base o fato percebido de que somente foi feita uma referência à entidades dos trabalhadores da educação e uma outras espécies de organizações. O que indica ou a inexistência deste tipo de organização ou o não reconhecimento delas como espaço de poder da sociedade civil local.

O Conselho não foi feito por eleições. Cada segmento indicava o seu representante, o segmento de pais de alunos, o de trabalhadores na educação, de entidades não governamentais, cada um fazia uma indicação e esse nome, como já havia sido feita uma, tipo uma votação interna, ele já vinha com um certo referendo, então, acatado no próprio Conselho esse representante (informação verbal)¹⁸.

Para além da forma de composição dos conselhos, é necessário perceber que na composição destes é conservada a tendência de controle por parte do executivo local, algo reconhecido quando se analisa a paridade, por exemplo, que é mantida artificialmente, ou seja, como os setores a serem representados não possuem uma ação política participativa de envolvimento de seus pares no processo de tomada de decisão, há simplesmente o atendimento formal do que é prescrito em lei, sendo que de fato pais, servidores, professores e diretores são “indicados”, num claro exercício de legitimação de um projeto político que não contempla a diversidade de visões necessárias para o exercício de uma política participativa de gestão dos espaços públicos de decisão.

5.2 A ação dos movimentos sociais pela via da representação

Da análise percebida acima, uma situação se faz revelar: a ação dos movimentos sociais é essencial para o efetivo funcionamento de um novo modelo de gestão das políticas públicas, especialmente no que se refere à construção de uma relação autônoma entre a sociedade civil e o Estado. Disto,

¹⁸ 5, Secretário. **Secretário LP 5**: entrevista nº16 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B.

surge a inquietação em perceber como a sociedade civil, no interior das entidades que lhe são representativas, está agindo para formatar esta nova relação.

Voltar o olhar para os movimentos sociais é, sobretudo, reconhecer a sua dimensão educativa e transformadora, no sentido da construção do real significado e da radicalidade da palavra direito, como afirma Telles (1994, p. 91): “tomar a sociedade como foco de discussão significa um modo determinado de problematizar as questões dos direitos”.

Portanto, a construção de uma relação mais autônoma entre sociedade civil e estado só ocorre, quando há, por parte dessa sociedade, um acúmulo de forças gestadas pelo: acesso à informação, percepção dos interesses que circundam o espaço ou o tema em questão, capacidade de crítica, proposição e articulação dos atores de um mesmo campo político. Forjando uma prática que se refaz pelo reconhecimento do outro como sujeito e a partir disso as relações sociais se refazem.

Tomando como norte a reflexão externada acima, pode-se passar a análise das entrevistas realizadas nos três municípios, que foram estruturadas levando em consideração quatro aspectos apresentados a seguir:

5.2.1 O processo de escolha dos conselheiros

Reconhecendo-se que os direitos não dizem respeito apenas ao estabelecido em leis, mas ao exercício de relações autônomas entre diversos atores sociais, percebe-se que a ocupação dos espaços de gestão das políticas públicas também tenham sido invadidos por práticas que reproduzem: a desigualdade na sociedade brasileira, a naturalização do preconceito contra o pobre e o estabelecimento de uma relação mantenedora de uma ordem política que obsta a possibilidade de acesso a bens ou serviços que podem constituir-se em medidas importantes na diminuição das diferenças sociais reproduzidas no seio da sociedade.

Ante a realidade acima referida, nem sempre a prática dos movimentos sociais tem correspondido às necessidades de enfrentamento da situação, às

vezes as legitimam. Nessa direção é que se percebe nos depoimento de vários conselheiros que por não possuírem exercícios profícuos de participação política, tornam-se peças de um tabuleiro que atende a formalidades da legislação vigente sobre a participação e o controle das políticas sociais, mas que sequer desperta a preocupação em bem aplicar os recursos públicos. Tal fato é claramente percebido na postura dos segmentos sociais quando da escolha de seus representantes para o conselho do FUNDEF. Feita a deriva e sem critério, essa escolha é válida para todos os segmentos, mesmo o dos trabalhadores em educação, uma das categorias de servidores públicos de maior tradição de organização no Estado do Piauí, mas que não tem elaborado ações que possibilitem um exercício de controle social mais comprometido com a sociedade civil ou mesmo com a categoria da qual participam.

No depoimento colhido dos conselheiros ouvidos pela pesquisa, chega a ser corriqueira a situação mencionada:

[...] Por participarmos da igreja, aí escolheram agente por indicação do pessoal que trabalhava na Igreja. (informação verbal)¹⁹.

[...] Reuniu-se os professores e foi feito por aclamação. (informação verbal)²⁰.

[...] Me convocaram lá, e eu nem sabia pra que, aí perguntaram se eu aceitava entrar no conselho representando pais e alunos, eu também não tava muito informado sobre, mas eu aceitei assim mesmo. (informação verbal)²¹.

A minha indicação foi o seguinte, primeiro porque sou pai e estou atento com meus filhos, a gente tem que participar, só ser pai não adianta tem que participar e por isso eu fui convidado e estou presente. (informação verbal)²².

¹⁹ 1, Sociedade Civil. **Sociedade Civil OD 1**: entrevista nº2 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²⁰ 1, Professora. **Professora OD 1**: entrevista nº4 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²¹ 2, Pai OD. **Pai OD 2**: entrevista nº6 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²² 4, Pai. **Pai AGO 4**: entrevista nº7 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado A. Entrevista

Não foi assim totalmente uma escolha. Eles só chegaram e colocaram meu nome e disseram que eu ia fazer parte do FUNDEF (informação verbal)²³.

Foi através de votação, numa reunião que houve na escola, aí houve a eleição (informação verbal)²⁴.

A legislação que determina a criação dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEF não estabelece nenhum parâmetro de como cada segmento deve proceder para escolha dos seus representantes; por outro lado, como nos municípios, há um grande controle político e os segmentos representados se resumem ao da esfera governamental, então fica fácil manter a hegemonia política de apoio a quem governa.

Como consequência, nos conselhos pesquisados, pode-se facilmente perceber que o efetivo controle da administração pública não existe.

Eu não tinha conhecimento do que era isso, aí eu achei dificuldade por causa disso. A gente ia para as reuniões, o presidente apresentava todas as coisas, tudo OK, tudo nos conformes, não achava que era nada irregular, estavam fazendo as coisas tudo direito (informação verbal)²⁵.

Na época, a gente não fez o acompanhamento legalmente. O legal seria pegar os balancetes e fiscalizar, mas isso não aconteceu com a gente, exatamente pela falta de conhecimento e informação. [...] no primeiro mandato as coisas não funcionaram direito porque a gente não tinha conhecimento, prá nós era novidade (informação verbal)²⁶.

concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²³ 2, Servidora. **Servidora LP 2**: entrevista nº15 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí

²⁴ 3, Mãe. **Mãe LP 3**: entrevista nº17 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²⁵ 1, Servidora OD. **Servidora OD 1**: entrevista nº1 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²⁶ 2, Secretário. **Secretário AGO 2**: entrevista nº10 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado

Portanto, mesmo quando o próprio Estado institui um instrumento que facilita a participação da sociedade, as diferenças sociais trazem consigo a limitação do ato de participar, participar sem saber para que, nem por quê. O compromisso é firmado implicitamente como favor, como legitimação da força do poder público municipal.

5.2.2 O reconhecimento da representação

Pela maneira aleatória como são escolhidas as representações dos segmentos no conselho, era de se esperar que poucos se identificariam com o papel de conselheiros, no entanto, da amostra, quando perguntados sobre qual segmento representam, 63,6%, declaram-se sabedores de sua representação.

Eram os servidores públicos (informação verbal)²⁷.

Eu representava a Secretaria de Educação. Eu era Presidente do Conselho, mas era representante da Secretaria de Educação (informação verbal)²⁸.

Representava os pais. (informação verbal)²⁹.

Professores do Ensino Fundamenta (informação verbal)³⁰.

Ao serem indagados quantos representam o governo municipal, buscando perceber como se identificam numa visão mais ampla de campo político, 13,6% respondem que o executivo municipal possui um representante

B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²⁷ 2, Servidora. **Servidora LP 2**: entrevista nº15 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²⁸ 5, Secretário. **Secretário LP 5**: entrevista nº16 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

²⁹ 2, Mãe. **Mãe AGO 2**: entrevista nº9 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

³⁰ 6, Professora. **Professora AGO 6**: entrevista nº8 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

no conselho, sendo que 40,9% afirmam que o gestor do município possui mais de uma representação. Isso confirma que a grande parte dos entrevistados identifica a maioria das representações como governamentais, o que, em última instância, se constitui em verdade, observando que, pelos vínculos trabalhistas, tanto Diretores/Professores/Funcionários são servidores públicos, do que decorre um tipo de relação bastante estreita considerando-se que ainda é recente a prática do concurso público para ingresso como servidor. Desse fato, origina-se um acentuado controle por parte do executivo municipal sobre a indicação dos componentes dos conselhos, recaindo a escolha sempre em nomes de confiança do grupo político que administra o município.

Outro aspecto que se relaciona à identidade da representação é o fato de 18% afirmarem que o conselho completo é representação governamental. Isso poderia ser o demonstrativo de que há uma percepção da manipulação existente quando da formação do conselho. Percebe-se, entretanto, haver um desconhecimento, por parte dos conselheiros, a respeito dos diversos segmentos representados no conselho, o que pode ser verificado no momento em que os conselheiros são provocados sobre o conhecimento do que estabelece a lei municipal que institui o conselho do FUNDEF, quanto a sua composição.

É tranquila a afirmação de que o controle social, como exercício da cidadania, exige não só o reconhecimento de uma identidade, no sentido da percepção de quem se representa no espaço de gestão pública, mas também a capacidade de articulação política no sentido de estar identificado com as demandas do segmento representado.

A identidade, referida, tem como consequência a ampliação da capacidade de pressão, levando o debate e decisões do interior dos conselhos para o campo da disputa política.

O que se constata, é a apropriação dos espaços de gestão como mecanismos de cooptação e de controle político pelos setores conservadores, possibilitando a estes setores a imagem de governo democrático/moderno pelo fato da existência dos conselhos.

A consequência disso é a desaceleração de um possível movimento de tomada de posição por segmentos da sociedade civil, que desestimulados e perseguidos politicamente, não conseguem formar a base de sustentação de

uma gestão local participativa. Fato que condena a gestão pública de pequenos municípios ao atraso também nas relações relativas às modernas formas de inserção da sociedade civil na cogestão do patrimônio público. A situação indicada encontra uma explicação quando recorremos a Bobbio, quando, referindo-se à teoria política, diz que ela reconhece duas formas de controle social,

A influência e o *poder* (entendendo-se por 'influência' o modo de controle que determina a ação do outro incidindo sobre sua escolha, e por 'poder' o modo de controle que determina o comportamento do outro o pondo na impossibilidade de agir diferentemente) (BOBBIO,1992, p. 39).

Infere-se que o uso dos mecanismos de poder (coação, favorecimento, proteção, etc.), como forma de controle, impossibilita que haja uma tomada de posição diferente da externada ou praticada pelo grupo que detém a hegemonia política do governo local.

5.2.3 Condições de ser conselheiros

A efetiva participação inaugura um campo em que experiências apontam para a possibilidade de solução de problemas, mediadas por uma nova cultura política democrática e uma nova relação entre o poder público e a sociedade organizada. Percebe-se claramente que em municípios pequenos há uma enorme dependência das iniciativas do executivo municipal, pois, como foi constatado anteriormente, a participação é incipiente e restrita, não se registrando, de fato, processos conscientes de tomada de decisão, por parte da população beneficiada/envolvida, com as políticas públicas sociais.

Parte dessa dependência se relaciona, como afirma Bava (2002),

[...] em primeiro lugar, a cultura política privatista, clientelista, hierárquica e autoritária enraizada em nossa sociedade, especialmente em nossas elites; e em segundo lugar, o desenho das instituições de governo, que permanecem inalteradas no tempo (BAVA, 2002, p 78).

Aspecto que também não se pode deixar de mencionar são as dificuldades encontradas pelas organizações populares para, numa estrutura de estado arcaica e privatista, acumular condição efetiva de intervir na definição de políticas, na qualidade dos conselheiros. A análise, olhando a

amostra aqui trabalhada, levou em consideração condições essenciais para garantir alguma qualidade na atuação do conselheiro/a, como: que, no mínimo, fosse conhecido o papel a ser desenvolvido no colegiado, o conhecimento da legislação (lei de criação do conselho municipal e federal, o que é o FUNDEF) e a percepção sobre o funcionamento do Conselho.

Olhando para o que foi afirmado pelos conselheiros/as, de maneira geral, os entrevistados afirmam saber o que é o FUNDEF (12 = 54%), entretanto quando se pede que seja dito o significado da sigla, as afirmações denunciam o não saber, somente 36% arriscam afirmar que é um fundo: para o desenvolvimento da educação nacional de dinheiro na escola; manutenção do ensino fundamental que representa aluno.

É um fundo que vem para as escolas que representam aos alunos (informação verbal)³¹.

Um fundo reservado para o pagamento de professores (informação verbal)³².

Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. (informação verbal)³³.

É um órgão, que trabalha para ver como está funcionando os recursos que vem para os municípios, no caso da escola, da educação. Eu acho que o FUNDEF é isso, é um órgão que trabalha para vigiar, [...] as coisas que vem, os recursos, para o município. (informação verbal)³⁴.

Não sei te dizer cada sigla, só sei que é um recurso que vem para ajudar no salário dos professores. (informação verbal)³⁵.

³¹ 4, Pai. **Pai AGO 4**: entrevista nº7 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

³² 2, Mãe. **Mãe AGO 2**: entrevista nº9 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

³³ 1, Sociedade Civil. **Sociedade Civil OD 1**: entrevista nº2 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

³⁴ 1, Servidora OD. **Servidora OD 1**: entrevista nº1 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

³⁵ 1, Secretária. **Secretária OD 1**: entrevista nº3 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A/B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí

Ele preza pelo desenvolvimento e a manutenção do ensino fundamental. Onde nós temos 60% pra ser gasto com professores, E o restante pra ser gasto com capacitação, manutenção e essas outras coisas (informação verbal)³⁶.

Fundação Nacional de Direitos da Escola, de Dinheiro na Escola (informação verbal)³⁷

É o Fundo de Desenvolvimento Escolar. O próprio nome já está dizendo, é pra desenvolver a escola (informação verbal)³⁸.

É significativo perceber que, quando se analisa o posicionamento da amostra por segmento, quando se quer saber o que é o FUNDEF, o resultado é: 100% dos secretários/secretárias afirma saber o que é o FUNDEF e nas suas respostas demonstram coerência de saber; 66,66% dos representantes dos servidores afirmam não saber o que o FUNDEF; entre os professores, o quadro é mais gritante, visto tratar-se do grupo esclarecido, com acesso à leitura, além de tradição de organização sindical, no entanto, 80% dos entrevistados, desta categoria, afirmam não saber o que é o fundo, sendo que 50% dos representantes dos pais/mães dizem não ter informação sobre o assunto.

Os dados acima relatados e a reflexão feita sobre a importância da informação no exercício do controle social, como resultado da participação cidadã, estão em posições opostas, visto que o único segmento que dispõe de elementos para exercer algum tipo de intervenção qualitativa nas decisões do conselho é o dos representantes do poder municipal. De fato, essa situação é proposital, pois, como visto, os setores conservadores têm sistematicamente ocupado os espaços dos conselhos e transformado o exercício da gestão participativa em massa de manobra, sendo que para manobrar é preciso saber dirigir.

³⁶ 6, Secretária. **Secretária LP 6**: entrevista nº18 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B e 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

³⁷ 4, Professora. **Professora LP 4**: entrevista nº19 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

³⁸ 4, Mãe. **Mãe LP 4**: entrevista nº20 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

Sobre o objetivo do FUNDEF, o que se configura nas respostas é bastante limitado, visto que somente 18% afirmam ser um recurso (fundo) destinado à manutenção do Ensino Fundamental, sendo as intervenções dos conselheiros transcritas nas citações imediatamente anteriores.

Quanto ao papel dos conselheiros, 54% dos entrevistados têm uma clara visão de que a principal ação é a fiscalização dos recursos:

Fiscalizar o recurso direitinho na hora das compras e tudo, e como deve ser aplicado (informação verbal)³⁹.

É de fiscalizar, saber como é que está sendo esse pagamento, como esse dinheiro está sendo utilizado, né? É fiscalizar o dinheiro (informação verbal)⁴⁰.

Ele analisa na reunião e ver todos os gastos e tem que aprovar ou não. Ver se tem restrições ou não nos gastos feitos naquele período (informação verbal)⁴¹.

Ao serem questionados sobre a efetividade da ação de fiscalizar, os conselheiros não demonstram possuir alguma informação sobre como isso se processa, quando muito se limitam ao acompanhamento da prática de tomada de preço para a aquisição de produtos pelo menor preço, sendo que em nenhum caso houve a expressão de alguma interferência dos conselhos no planejamento do uso dos recursos.

Fiscalizar verbas que entram no município. (informação verbal)⁴².

É fiscalizar os balancetes da conta do que se refere ao FUNDEF. Tanto o referente ao dinheiro que vem como também

³⁹ 1, Sociedade Civil. **Sociedade Civil OD 1**: entrevista nº2 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴⁰ 2, Mãe. **Mãe AGO 2**: entrevista nº9 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴¹ 6, Secretária. **Secretária LP 6**: entrevista nº18 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B e 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴² 2, Pai **OD. Pai OD 2**: entrevista nº6 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

a alguns programas que relacionam-se à escola. (informação verbal)⁴³.

É de repassar o dinheiro pra escola, não é? Pra comprar o material para os próprios alunos. (informação verbal)⁴⁴.

Um aspecto a ser visto quando se refere à atitude efetiva de fiscalização, diz respeito à relação do conselho e dos conselheiros com a instituição financeira que faz o repasse dos recursos do fundo – Banco do Brasil – não raros depoimentos relatam dificuldade em ter acesso aos extratos relativos às movimentações das contas bancárias específicas, o que fragiliza ainda mais o controle dos repasses, deixando os conselheiros num círculo fechado, em que todas as informações estão em poder do executivo municipal.

O maior nível de informação do executivo, ente que deve ser controlado pelo conselho, é claramente percebido. Nas entrevistas, é visível que os conselheiros representantes do Poder Municipal são aqueles que apresentam as respostas mais bem esboçadas sobre os trâmites do funcionamento do conselho do FUNDEF, são eles também os únicos que relatam como ocorreu a formação do conselho, os representantes governamentais e não os representantes da sociedade civil é que fazem referência ao controle social dos recursos públicos:

Foi através de uma reunião, através de uma assembleia geral, no qual foi reunida a sociedade em geral, foram reunidas todas as entidades da sociedade (informação verbal)⁴⁵.

Como a gente trabalha na área de educação, a gente conhece essas leis e a LDB. Também, como a gente exerceu o cargo por muito tempo, a gente também recebeu um treinamento, participamos de encontros em Teresina, então a gente tem a noção da criação dessas leis (informação verbal)⁴⁶.

⁴³ 3, Secretário. **Secretário AGO 3**: entrevista nº11 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B e 03 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴⁴ 4, Professora. **Professora LP 4**: entrevista nº19 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴⁵ 2, Secretária. **Secretária AGO 2**: entrevista nº10 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴⁶ 5, Secretário. **Secretário LP 5**: entrevista nº16 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B.

Além disso, há entre os representantes dos outros segmentos a clareza de que:

Tinha segmentos de dentro da Secretaria de Educação que dificultavam as informações e ficava muito difícil da gente ficar fazendo o controle, porque o controle é feito quando ele tem transparência na aplicação dos recursos (informação verbal)⁴⁷

A maioria dos seus representantes, não representava de fato o social, a sociedade, geralmente, por exemplo, elas eram institucionais, governamentais que estavam presentes ou então aliados bem próximos (informação verbal)⁴⁸.

Os representantes do executivo municipal são, na amostra, os que detêm os mais altos índices de acesso ao ensino formal, em nível superior, 100% dos entrevistados. Por outro lado, é entre os representantes dos pais de alunos que se encontra o maior número de não alfabetizados.

Não é desprezível o fato de 100% da amostra afirmar que os conselhos não possuem um plano de trabalho, além do que, somente 9% declaram que o serviço de assessoria se restringe ao repasse de informações por parte das Secretárias das Finanças Municipais. Ou seja, possíveis mecanismos que contribuiriam, com os conselhos no processo de tomada de decisão, não são acessados, por desconhecimento da possibilidade de haver um corpo técnico que, consultado, seja capaz de dirimir dúvidas.

Visualizando ainda um último aspecto relacionado à condição de ser conselheiro, pedimos que fosse respondido sobre a periodicidade das reuniões dos conselhos. Nesse ponto, mais uma vez houve uma grande variedade nas respostas, entretanto, os representantes do poder público municipal são aqueles que geralmente afirmam que 'é para ser mensal' (31%) numa clara expressão de dúvida quanto a periodicidade real do acontecimento das reuniões, outros 31% também afirmam que é bimestral; o fato é que os conselhos não exercitam a regularidade das reuniões, reúnem-se desprezando o que é estabelecido em Lei, adequando-se apenas à conveniência de demandas do executivo.

Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴⁷ 5, Professora. **Professora 5:** entrevista nº23 [22/05/2003]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁴⁸ Ibid., p135

De três em três meses. Agora mesmo está com seis meses que não se reúne (informação verbal)⁴⁹.

O conselho aqui se reunia, às vezes, de 30 em 30 dias, 60 dias, dependendo da necessidade (informação verbal).

A gente procurava se reunir quase sempre, de dois em dois meses, mas as reuniões ficavam mais espaçadas. Se você fosse fazer uma convocação, a maioria dos membros não participava, não compareciam (informação verbal)⁵⁰.

No cotidiano da administração pública, os conselhos se constituem em mera representação. É fácil confirmar nos depoimentos que a prática de assinar documento, comprovando ter havido deliberação de plenárias do conselho, sem que isto seja fato. É comum:

Eles não comunicam nada com a gente não. Sempre quando eles se encontram assim, eu mesmo não fico sabendo de nada. Quando vem é assim um papel pra gente assinar. Lá já tem resolvido tudo. Agente não sabe de nada (informação verbal)⁵¹.

“Normalmente como manda o regimento é um mês, digo, (a reunião) é mensal. Mas... Mas... devido, às vezes, até a pauta de algumas reuniões ser uma coisa repetitiva, a gente fazia de acordo com as atas como está assinado. De dois em dois meses e assim sucessivamente (informação verbal)⁵².

5.2.4 O acompanhamento das ações do conselho e dos conselheiros por parte das entidades/segmentos representados

Como afirmamos anteriormente, os conselhos do FUNDEF constituem um em espaço de gestão participativa, entretanto essa afirmação só tem

⁴⁹ 1, Sociedade Civil. **Sociedade Civil OD 1**: entrevista nº2 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí

⁵⁰ 3, Mãe. **Mãe LP 3**: entrevista nº17 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁵¹ 3, Professora. **Professora LP 3**: entrevista nº14 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁵² 3, Secretário. **Secretário AGO 3**: entrevista nº11 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B e 03 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

solidez quando ocorre uma série de ações que legitimam este caráter, entre elas podemos citar a capacidade de intervenção na definição da política pública e a autonomia nos processos de tomada de decisão. Os dois aspectos apontados remetem para características que constituem a própria essência dos movimentos sociais.

Assim é difícil poder negar a importância das organizações populares no processo que cumulou com a criação ou aperfeiçoamento de mecanismos de controle social do estado, especialmente no âmbito das políticas sociais; no caso da educação, tem sido fundamental a intervenção das organizações de trabalhadores (as) na educação (federações e sindicatos). No entanto, o que se percebe é que, na medida em que há uma aproximação com o local, o movimento perde força, restringindo-se, na esfera municipal, as letras mortas no corpo das leis que asseguram a existência dos conselhos.

A situação apontada torna-se óbvia pelo fato de não haver uma prática de ampliação do sentido da existência dos conselhos como lócus de disputa política, mas, sobretudo por não haver se consolidado, na base, a ação efetiva dos movimentos sociais que não conseguem vicejar frente a práticas políticas que centralizam, não só a gestão pública, mas também o exercício político. É que, como afirma Francisco de Oliveira, está havendo um sequestro da política, e o resultado limita o sentido da democracia a formalidade e aprofunda a crise do estado que não consegue se quer dialogar com a diversidade.

Trazendo ainda mais para o campo da análise, a composição do conselho do FUNDEF, em nível municipal, esvazia-se quando se dá conta de que dos quatro segmentos neles representados, além do aspecto já analisado da ligação dos servidores, professores e diretores com o poder público, a organização de pais não se verifica na ação política da sociedade piauiense. Desta forma, as representações de pais não chegam a constituir-se, sequer, em articulação capaz de montar uma estratégia coletiva de intervenção, fato percebido nas falas selecionadas abaixo:

A gente formava as reuniões. Não era sempre perto uma da outra. Aqui e acolá a gente se encontrava e se comunicava um ao outro (informação verbal)⁵³.

⁵³ 3, Pai. **Pai AGO 4**: entrevista nº13 [25/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado A. Entrevista

A forma é através de reunião, que tem sempre aí [...] a gente participa o que está acontecendo para os pais (informação verbal)⁵⁴.

A gente se reunia quando era pra fazer alguma reunião sobre a escola⁵⁵.

O testemunho anunciado pelos conselheiros transparece a falta de compreensão e o tamanho esvaziamento que o exercício da prática conselheirista sofre pela pouca significação de sua existência. Com isto, se quer afirmar que a existência legal dos conselhos não garante, por si só, a transparência e a democratização na tomada de decisão sobre as políticas públicas, requerendo um vigoroso exercício de atuação política.

O sentido da luta pela ampliação da democracia e do controle do estado se firma no processo de construção que tem como alvo a minimização das desigualdades sociais, é por esse interesse que existe a intervenção dos movimentos sociais, que pela pressão política, mobilizam camadas expressivas da população em torno de propostas, que ao longo de suas intervenções, vão ajudando ao Estado modificar os rumos das políticas de assistência. Estas modificações ampliam a responsabilidade por porvir a população carente, empobrecida, a ter alguma proteção do Estado como provedor do bem comum.

5.3 As principais dificuldades

A produção do conhecimento científico tem seu significado quando o conhecimento produzido possibilita luzes sobre determinadas aspectos da vida social. Neste sentido, serão detalhadas, as principais dificuldades enfrentadas no exercício da representação societária nos conselhos do FUNDEF; para que se possa entender, serão considerados e agrupados alguns aspectos tomando como referência à narrativa dos conselheiros.

concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁵⁴ 3, Mãe. **Mãe LP 3**: entrevista nº17 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁵⁵ 4, Mãe. **Mãe LP 4**: entrevista nº20 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- Capacitação

Eu não tinha conhecimento do que era isso, aí eu achei dificuldade por causa disso. A gente ia para as reuniões, o presidente apresentava todas as coisas, tudo OK, tudo nos conformes, não achava que era nada irregular, estavam fazendo as coisas tudo direito. (informação verbal)⁵⁶ (Servidora 1 p. 2, OD).

Primeiro porque é muito difícil a gente ficar fazendo... Discutindo essas coisas, porque, às vezes, a gente se perde (informação verbal)⁵⁷ (Professora 5, p.22, AGO).

- O fato de ser município recém-emancipado – tudo para construir

Aqui, por a cidade ser recém-emancipada, as pessoas que participam, mas para exercer uma função que a pessoa desconhece, fica difícil (informação verbal).

Como é... Tudo no início, quando tá se iniciando num programa novo, existiram algumas dificuldades. Como tomar alguma decisões, como empregar realmente o FUNDEF, então são algumas dúvidas que a parte de assessoria nos ajudou a resolver (informação verbal)⁵⁸.

É, dificuldade a gente encontra. É pela primeira vez trabalhando. Como por exemplo... Primeiro nessas cidades pequenas assim, por mais que agente queira fiscalizar sempre fica alguma coisa a desejar. Eu acho que isso (informação verbal)⁵⁹.

A grande dificuldade da gente é a gente repassar as informações, nós somos uma cidade nova com um nível baixo

⁵⁶ 1, Servidora OD. **Servidora OD 1**: entrevista nº1 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁵⁷ 5, Professora. **Professora 5**: entrevista nº23 [22/05/2003]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁵⁸ 1, Secretária. **Secretária OD 1**: entrevista nº3 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A/B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁵⁹ 2, Mãe. **Mãe AGO 2**: entrevista nº9 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

de instrução que tem uma grande dificuldade no repasse dessas informações (informação verbal)⁶⁰.

Tem por que o seguinte: enquanto você não encontra umas pessoas que tentam entender a gente encontra dificuldade. Principalmente num lugar como esse aqui, criado próximo, é uma cidade nova... É difícil. (informação verbal)⁶¹.

- Falta de Participação

Porque sempre tem algumas cobranças e algumas pessoas não querem participar, eles preferem ouvir da rua, conversa de um e de outro, mas na hora que a gente convoca um e outro para a reunião, não aparece quase ninguém (informação verbal)⁶².

Aqui no nosso município é exatamente conscientizar, é a gente ser consciente mesmo e tentar conscientizar a população (informação verbal)⁶³.

Praticamente nem existia essa função. Era só prá ocupar o cargo mesmo (informação verbal)⁶⁴.

- Medo de assumir a responsabilidade

Porque ser Conselheiro do FUNDEF é uma responsabilidade muito grande. Era a primeira vez que eu participava, então era

⁶⁰ 2, Secretária. **Secretária AGO 2**: entrevista nº10 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁶¹ 2, Sociedade Civil. **Sociedade Civil LP 2**: entrevista nº22 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A/B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁶² 1, Professora. **Professora OD 1**: entrevista nº4 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁶³ 2, Secretária. **Secretária AGO 2**: entrevista nº10 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

⁶⁴ 2, Pai OD. **Pai OD 2**: entrevista nº6 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

novidade, além de ser uma grande responsabilidade (informação verbal)⁶⁵.

- Falta de interlocução com a sociedade

E principalmente pra... Repassar a sociedade, a população a informação fica... Às vezes, bem difícil, fica fora da competência de cada um (informação verbal).

Os representantes da população, que fizeram parte da entrevista, descreveram claramente as dificuldades encontradas na atribuição que lhes fora imposta. Esses relatos corroboram com a real situação das pessoas tidas como membros participantes dos Conselhos. Dessa forma, ficou ainda mais evidente o fato de que tais pessoas, por não possuírem um grau de instrução maior, não conseguem executar tarefas que poderiam ser consideradas simples se fossem exercidas por um grupo de pessoas especializadas, para quem sabe assim, se realizasse um melhor trabalho de averiguação dos repasses do governo.

Acredita-se que essa real situação possa ser até mesmo uma estratégia do próprio governo, pois sendo assim, a fiscalização não seria algo a ser temido pelos governantes. O que, a princípio, poderia ser esse um fator que pudesse prejudicar qualquer desvio de verba que se pretendesse realizar. E com a possibilidade de nomear pessoas que não possuíssem conhecimento sobre como fazer uma fiscalização desses repasses, todo esse processo de desvio não ficaria comprometido.

Essa falta de capacitação é um dos principais problemas, pois ela talvez seja a dificuldade mais relevante dentre tantas encontradas pelos conselheiros, mas apesar disso pode ser percebido que com o passar do tempo, tornou-se visível uma possível melhora na administração dos Conselhos. Devido à experiência adquirida pelos primeiros conselheiros, novos integrantes podem começar a entender como funciona esse processo de fiscalização, e assim, torná-la algo constante, que tenha um bom resultado e que modifique no sentido de contribuir positivamente para a sociedade de cada município.

⁶⁵ 2, Secretária. **Secretária AGO 2**: entrevista nº10 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

Porém, ainda assim, julga-se a partir desses fatos, que outro problema não menos importante quanto à capacitação, possa ser realmente tornar os cidadãos conscientes de toda essa mudança, e conseguir que eles se tornem não apenas meros membros representativos para exercer cargos de fiscalização nesses Conselhos, mas sim, completamente cientes sobre a sua participação nessas ações coletivas que se referem à administração dos municípios; fazer com que sejam pessoas preocupadas em buscar alternativas públicas de forma igualitária, para o bem de todo o município. Essas organizações revelam ainda não possuir muita clareza quanto ao seu papel político, não somente em relação à interlocução tanto com o poder político quanto com a própria sociedade que representam, mas também em relação a questionamentos dos métodos adotados pelos representantes sociais, assim como sobre as responsabilidades de atos e decisões do governo.

O processo de formação e caráter da representação assumida pelos Conselhos depende dos papéis citados anteriormente, pois é a partir de atividades que cabem tanto a esse órgão quanto a seus representantes que tais papéis podem ser definidos.

Tendo em vista que são os Conselhos que determinam as políticas de cada setor, o zelo em não acentuar o desmembramento, tido como característica do neoliberalismo. Assim, a articulação realizada por esses órgãos torna-se absoluta. Nesse aspecto, podemos diferenciar essa articulação em quatro categorias: primeiramente, entre os próprios Conselhos, não apenas para trocarem experiências em relação a criação de propostas, mas também para a criação de propostas e ainda analisar as relações existentes em ações.

Em segundo, o grau de articulação seria estabelecido entre os próprios conselheiros, sobretudo entre os que representam a sociedade civil. Com isso, eles serviriam na formação de consensos sobre os posicionamentos decididos nos Conselhos, pois poderiam reforçar argumentos e pactos. E assim muitos encontros têm sido feitos em níveis municipais, estaduais e nacionais. Seria muito importante a conscientização de que esses Conselhos são centros de poder, nos quais posições são adequadas na busca pela supremacia.

Em outro nível de articulação conselhistas, poderia ser com entidades representadas, sobretudo com bases sociais, estabelecendo pautas,

selecionando demandas, discutindo propostas, além de prestar contas e conhecimentos.

Para finalizar, existiria a possibilidade de articulação entre Conselhos e sociedade como um todo, com ações conjuntas tanto de expressão quanto de mobilização, que seriam capazes de tornar públicas decisões. Outra boa estratégia seria contatar entidades que não possuíssem representação em Conselhos. A não omissão da articulação entre os partidos serviria não apenas para torna-los mais sensíveis em relação a algumas temáticas, mas também na obtenção de apoio para políticas.

Um Conselho necessita de atividades que possuam um caráter mais definitivo, tais como: definição de planos de trabalho e cronogramas de reunião; produção de diagnósticos e identificação de problemas; conhecimento de estruturas burocráticas e de mecanismos legalizados que favoreçam esse setor; cadastro de entidades governamentais e não governamentais; discussão e análise de leis orçamentárias e criações de proposições; acompanhamentos de ações governamentais por meio não somente de relatórios, mas também de visitas e entrevistas com os dirigentes e pessoas que utilizem desse serviço.

Para que se consiga desempenhar tamanha função, os Conselhos precisam possuir uma infraestrutura e apoio administrativo. Porém a realidade é outra e a maioria desses órgãos não possuem esses elementos e para se fazer uma ideia da falta dessa falta, em 1993, apenas 55% dos Conselhos Municipais de Saúde se reuniam com frequência e só 26% dispunham de Secretaria Executiva (CARVALHO, 1995). Entretanto, é possível que essa situação tenha se modificado, pois acredita-se que os conselheiros tenham começado a se articularem para reverter esse caso, isso, considerando que seja uma nova prática conselhistas num nível mais abrangente que no estado do Piauí, ou pelo menos nos três municípios que serviram de base para essa pesquisa.

Ainda assim, para que as funções dos Conselhos sejam de fato efetivadas, e principalmente, para que o seu papel seja desempenhado da melhor maneira, na tentativa de reverter a cultura política, é preciso que o Conselho ganhe respeito e se torne reconhecido pela sociedade como um órgão de defesa de seu interesse, que seja visado pelo Poder Público como órgão da sociedade civil servindo de base para referendar iniciativas do

governo, que cumpra a exigência mínima legal no repasse de recursos oriundos da federação.

Para que isso seja algo que realmente aconteça, o Conselho não deve delimitar suas atividades, ações e reuniões a exercícios burocráticos. Deve ser adotada uma medida transparente diante a comunidade, diferentemente da posição do governo. E esse processo pode ser viabilizado por meio de divulgação das suas ações e, principalmente, com a presença dos setores que representa, identificando problemas, propondo soluções, acompanhando o controle do poder popular.

Como pôde ser percebido, por meio das citações das entrevistas realizadas pelos conselheiros das cidades pesquisadas, as dificuldades encontradas para executar as atividades dos Conselhos não são restritamente de natureza política, mas também de natureza funcional. Pois os membros que fazem parte desses grupos, além de não possuírem um nível de escolaridade mais elevado, que poderia ajudar a torna-los mais esclarecidos diante qualquer tipo de assunto, são designados para desenvolver funções que nunca tinham tido qualquer tipo de contato e não receberam o mínimo de qualificação para a execução de seus novos papéis.

Mesmo com a estratégia de descentralização do poder dos últimos governos, tida como determinação da constituição, essa prática conselhistas se mostra desorganizada e contraditória, pois a medida que os critérios para o funcionamento desses Conselhos foram estabelecidos, como não houve um preparo específico para seus componentes, não possível estabelecer o que, a princípio, se justificava a criação desses órgãos, que seria a fiscalização de recursos repassados pelo governo para que seu destino fosse cumprido, entretanto sem um conhecimento prévio, até mesmo da criação dessas entidades, da maneira que os governantes municipais repassavam as informações ela foram aceitas, pois não existe possibilidade em se fiscalizar alguém ou alguma coisa sem ter noção de como esse processo dever ser feito, além disso, as pessoas a que se destinam essa função, muitas vezes são meros representantes dos políticos, estando ali apenas para confirmar o repasse, pois não entram em confronto com as decisões tomadas, uma vez que eles fazem parte do mesmo grupo de poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

Por se tratar de um tema que em si carrega importantes elementos da prática política, não é fácil tecer considerações, de caráter conclusivo sobre a ação dos conselheiros representantes da sociedade civil no controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, em municípios recém-emancipados, visto que a ação política é, sobretudo, ação de acomodação de forças que, por mecanismos nem sempre transparentes, possibilitam o exercício do poder.

No Brasil, pela pouca tradição democrática, muitas experiências advindas da democracia “patinam em labirintos” de uma cultura da conveniência, clientelista, patrimonialista, conservadora e de elites atrasadas. O resultado desse quadro é, sem dúvida, algo dito como às avessas, ou seja, um arranjo, uma improvisação, que propicia resultado imediato, com formas absolutamente provisórios. Por essas circunstâncias, a prática conselhistas sofre de uma enorme instabilidade que a fragiliza e isto está intrinsecamente ligado à prática corporativa do Estado que possibilitou, por força da ação política de grupos populares, a criação dos conselhos, entretanto restringiu sua ação por falta ou insuficiência dos instrumentos de controle.

Considerando a reflexão apontada, o enfrentamento desta cultura passa pelo fortalecimento da democracia participativa; pela consolidação dos instrumentos de controle das políticas públicas sociais; pela ampliação da capacidade dos movimentos sociais estarem mais atuantes, na ocupação qualitativa dos espaços institucionais e de suas capacidades propositivas.

Outro aspecto que, sem dúvida, se relaciona com o que anteriormente foi apontado é o crescimento da consciência da população, buscando tornar-se uma sociedade civil virtuosa, que toma para si o governo dos rumos da sua história. Claro que quando se fala de ação política em grupos restritos, como os pequenos municípios citados nesta pesquisa, e que retrata a maioria da organização populacional do Brasil, muito ainda tem que ser enfrentado e não se pode deixar de reconhecer a importância que têm as próprias ações do Estado, mesmo tímidas, para que possibilitem algum tipo de superação do

estágio primitivo da gestão pública a que os governos locais submetem suas populações.

A leitura possibilitada pelos dados trabalhados nesta pesquisa mostra que, para inverter a tendência de controle do exercício político, a prática conselhistas deve estar envolta em: um processo de afirmação do novo espaço de representação política em nível local; um processo de escolha de conselheiros, que seja condicionado a um bom debate dentro de cada segmento a respeito dos critérios e condições para ser um representante; que sejam definidos os instrumentos de controle social, dando, de fato, poderes de decisão aos conselhos nas áreas da gestão pública em que atuam; que os entes federados do estado possibilitem informações regulares sobre a gestão das políticas.

Outro aspecto, de cunho estrutural, diz respeito à redefinição da democracia que exige como afirma Dgnino, uma nova cidadania capaz de,

articular a multiplicidade de dimensões que, nas sociedades contemporâneas, integram na busca de uma vida melhor. Dessa capacidade de articular os múltiplos campos onde se trava hoje no Brasil a luta pela construção da democracia e pelo seu aprofundamento, depende o futuro da nova cidadania enquanto estratégia política (DGNINO, 1994, p.115).

Ao ser considerado o fato de haver necessidade em estabelecer vínculos em várias dimensões sociais, leva-se em conta uma maneira distinta de exercer as atividades pretendidas pelos Conselhos, pois devido a sua atual situação essa possibilidade torna-se quase inacreditável conseguir estabelecer uma articulação capaz de democratizar a estratégia pretendida de acordo com a constituição em vigor.

Para tanto, é imprescindível considerar a capacitação dos representantes, principalmente os da sociedade civil, que ao assumirem a função de conselheiros, necessitam de um estabelecer contato mais direto com os setores governamentais, para desempenharem seus papéis de maneira mais adequada. A formação dos conselheiros deveria ser baseada em problemas enfrentados por eles, pois para um bom desempenho desses representantes seria fundamental que conhecessem o funcionamento do aparelho estatal, assim como seus mecanismos legais, para que possam ser utilizados na efetivação dos direitos conquistados.

Entretanto, mesmo levando em consideração tamanhas dificuldades na realização desse trajeto, além do despreparo dos responsáveis pela execução das tarefas atribuídas aos Conselhos, pode ser notado que mesmo com a falta de recursos, sejam materiais ou humanos, a prática conselhistas está sendo desenvolvida. Embora seja um processo lento e trabalhoso, é possível acreditar que se torne algo benéfico para a sociedade daqui a alguns anos.

REFERENCIAS

ABONG. **Nossa Opinião**. *A Abong e o controle social de políticas públicas*. Disponível em < <http://www.abong.org.br/novosite/publicacoes/informes>>.

Acesso em 14 jul. 2004.

ALVES, Rubem. Ciência, coisa boa. In: MARCELLINO, Nelson C. (org), **Introdução as Ciências Sociais**, Campinas, São Paulo: Papiros, 1988.

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação Como Política Pública**. 2. ed. Ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol. 56.

BAVA, Silvio Caccia. Os Conselhos como Instrumentos da Sociedade Civil. IN: CARVALHO, Maria do C.A.A; TEXEIRA, Ana Cláudia C.(orgs.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Pólis, 2000.

BAVA, Silvio Caccia; PAULICS, Veronika. Participação, representação e novas formas de diálogo público. IN: SPINK, Peter; _____. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Pólis, 2002.

BAVA, Silvio Caccia. Mobilização da sociedade e os impasses da participação nos Conselhos. In: SOUTO, Anna Luiza Sales; PAZ, Rosângela (orgs.). **Articulação entre os Conselhos Municipais**. São Paulo: Pólis, PUC-SP, mar. 2003.

BAVA, Silvio Caccia. Democracia e participação. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves (orgs.). **Os Sentidos da Democracia e da Participação**. São Paulo: Pólis, 2004.

BOAKARI, Francis Mussa; ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **A Educação no Piauí**. 1. ed. Brasília: UNICEF, MEC/Fundescola, Banco Mundial, UNDIME. Abril, 1999.

BOBBIO Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília, DF: Edlunb, 1993.

BOBBIO Norberto. **A Era dos Direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Lei Nº 9424/96, de 26 de dezembro de 1996.

BUFFA, Ester et al. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. Coleção Questões da nossa época, vol. 19.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil** (org.), São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**, São Paulo: Pólis, Nº 37, 2000.

DAGNINO, Evelina (org.) . **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. In: _____ **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil** São Paulo: Paz e Terra, Unicamp, 2002.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o Orçamento da Educação: Desvendando a caixa preta.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999. Coleção polêmicas do nosso tempo, vol. 64.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. **Política Social, Educação e Cidadania.** São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida.** São Paulo. Autores Associados: 1998.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia de Exclusão.** Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

_____. **Neoliberalismo. Qualidade Total e Educação.** 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995

_____. Neoliberalismo e Educação: *manual do usuário*. SILVA, Tomaz Tadeu da & GENTILI, Pablo.(org) In: **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo?** Brasília-DF: CNTE, 1996.

GOHN, Maria de Glória. **Os Conselhos de Educação e a Reforma do Estado**. PÓLIS, nº 37, 2000.

_____. **Conselhos Gestores e a Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da nossa época, vol. 84.

GRAMSCI, Antonio. In: MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1992.

Lagoa do Piauí, **Lei Nº 015/97**, de 30 de Junho de 1997.

Lagoinha do Piauí, **Lei Nº 18/97** de 23/03/1998.

LIMANA, Amir. **O Processo de Descentralização Política Administrativa no Brasil**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, (21), nº 45, agosto de 1999. ISSN 1138-9788.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Mudanças no Financiamento da Educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol.57.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONLEVADE, João. **O Fundef e Seus Pecados Capitais**. 2. ed. Brasília: Ideia, 1998.

OLIVEIRA, Arildo. *Controle Social: Perspectivas para a fiscalização popular da administração pública no Brasil*. In: **Perspectivas para o Controle Social e a Transparência da Administração pública: monografias vencedoras**. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Entre o Céu e a Terra: Mensurando a Utopia ?** São Paulo: Mimeo, 1998.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e Cultura Política no poder local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

Olho D'água do Piauí, **Lei Nº 012/97**, de 30 de Maio de 1997.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Democratizar a Democracia**: Os caminhos da democracia participativa, (org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 34. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol. 5.

SILVA, Camilla. GIL, I-Juca Pirama C. PIERRO, M Clara Di. Política Educacional no Brasil: Avaliando o Primeiro ano do FUNDEF. In: **Observatório da Cidadania**, n^o 03; Rio de Janeiro, 1999;.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, Unicamp, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global**: Limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TELES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: VALLA, Victor Vicente. **Educação Saúde e Cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol.49.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1994.

APÊNDICE A – Transcrição de entrevista a membro do Conselho do FUNDEF no município de Olho D'Água do Piauí.⁶⁶

- a) Grau de Instrução – Tenho o primeiro grau.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Quatro pessoas.
- c) Quantos homens? Dois homens Quantas mulheres? Duas mulheres.
- d) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Não sei direito não, acho que uns dois, do município, representante dos diretores, não sei...
- e) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Eu era representante dos funcionários.
- f) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Só um mesmo, do primeiro. Fui suplente do segundo.
- g) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? Alguma vez sua categoria se reuniu para dizer a forma que você deveria atuar no conselho? Não.
- h) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Algum dia a Senhora teve a iniciativa de se reunir com os funcionários para informar a eles o que se passava no conselho? Também Não.
- i) O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutidos** no Conselho do FUNDEF?
- j) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Não estou lembrada não.
- k) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96? Não

1, Servidora OD. **Servidora OD 1**: entrevista nº1 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

l) Como foi formado o conselho que você participa? Não lembro não, que faz tempo, eu não sei.

m) Você sabe o que é o FUNDEF? (X) Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) É um..., deixe eu ver ..., é um órgão, né? Que trabalha assim, para vê como esta funcionando os recursos que vem para os municípios, no caso da escola, da educação né? Eu acho que o FUNDEF é isso, é um órgão que trabalha para vigiar, não sei... mais ou menos assim, as coisas que vem, os recursos, para o município não é?.

n) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino (objetivo) do FUNDEF seja cumprido? Fiscalizar, né? Fiscalizar os recursos que vem para a escola, vê no que está sendo aplicado, se está sendo aplicado na escola mesmo, caso haja alguma irregularidade na escola, o conselheiro tem que...tem que... se houver alguma irregularidade no repasse que vem, o conselheiro tem que denunciar, tem que vê, tem que saber tudo direitinho para não ser desviado o dinheiro da escola para outras coisas. Eu acho que é isso.

o) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? (X) Sim () Não. Quais? Eu não tinha conhecimento do que era isso, aí eu achei dificuldade por causa disso. A gente ia para as reuniões, o presidente apresentava todas as coisas, tudo OK, tudo nos conformes, não achava que era nada irregular, estavam fazendo as coisas tudo direito.

p) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Não.

q) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Era para ser mensal, mas às vezes não era. E muitas vezes eu não poderia ir também, não ia todas as reuniões. Mas é para ser mensal, todos os meses.

r) O Conselho já passou algum período sem se reunir? (X) Sim () Não. Você lembra quanto tempo? Eu não tenho lembrança de quanto tempo, pois não participava de todas as reuniões, as vezes não dava certo para mim participar das reuniões.

s) O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas? Se existia não estou lembrada não, não estou lembrada agora.

t) O Conselho do FUNDEF utiliza alguma assessoria nos processos de tomada de decisão? Que eu lembro não.

u) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Aqui é utilizado para as coisas que é mais necessitado. Se reunia para discutir, ver o que era mais necessitando, pois é muitas coisas, mas a prioridade é para as coisas que tivesse mais necessidade.

v) Como é feita o acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEF? No dia de comprar o material, comprava e tinha o conselho que acompanhava a compra ia ver direitinho, como é que tinha feito, quanto tinha gastado, em que tinha gastado, quais materiais, mais ou menos assim. Sempre havia pessoas do Conselho acompanhando os processos de compras? Quase todas as vezes, acompanhavam pessoas do Conselho.

w) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?

x) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Não Sei.

y) Na sua avaliação como funciona o Conselho do FUNDEF no seu município? Parte funciona bem, outras vezes tem dificuldades; Quais as partes que funcionaram bem? Assim dos conselhos, chamavam os conselheiros para explicar como eram, para ver, para decidir alguma coisa que tinha nas escolas, essa parte aí funcionava bem.

z) Como foi sua eleição para participar do Conselho? Não, não foi assim, não foi tipo uma eleição né? Foi juntado o grupo e ai escolhido as pessoas, não foi tipo assim uma eleição. As pessoas todo mundo concordou, aí bota fulano, aí foi assim. Mas Houve uma reunião? Houve uma reunião Quantas pessoa participaram desta reunião? Não lembro. Eram muitas ou poucas pessoas? Mais ou menos, nem muitas, nem poucas pessoas.

APÊNDICE B – Transcrição de entrevista a membro do Conselho do FUNDEF no município de Olho D'Água do Piauí.⁶⁷

- a) Grau de Instrução? É o 2º grau.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Não lembro no momento.
- c) Quantos homens? __ Quantas mulheres? Acho que mais ou menos uns quinze.
- d) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? O conselho por completo, não é isso?
- e) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Eu sou suplente da representação da Igreja Católica.
- f) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Esse é o segundo.
- g) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? Por participarmos da igreja, aí escolheram agente por indicação do pessoal que trabalhava na Igreja.
- h) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Sim, o pessoal pergunta e aí a gente orienta a eles como que é a nossa participação no conselho. Aí através disso eles ficam sabendo, conhecendo o que acontece no conselho, como é aplicado, como não é. E tudo. E só quando as pessoas perguntam? É assim, quando acontece negocio de compra, essas coisas assim, aí a gente reúne eles e repassa para eles o conhecimento do que está acontecendo.
- i) Seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF? Não.

⁶⁷ 1, Sociedade Civil. **Sociedade Civil OD 1**: entrevista nº2 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

j) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Saber até sei, agora, lembrar, assim no momento não sei. Mas você na época conhecia a lei? Conhecia, conhecia.

l) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. Também, mas só que no momento para a gente lembrar, fica difícil.

m) Como foi formado o conselho que você participa? Não estou lembrado como.

n) Você sabe o que é o FUNDEF? (X) Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Para que serve o FUNDEF? É tipo... Investimento na área de educação.

o) Qual a responsabilidade (papal) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? Fiscalizar os recursos direitinho na hora das compras e tudo, e como deve ser aplicado.

p) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim (X) Não. Quais?

q) Conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Sim.

r) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? De três em três meses.

s) O Conselho já passou algum período sem se reunir? (X) Sim () Não. Você lembra quanto tempo? Agora mesmo esta com seis meses.

t) Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas? Sim.

u) Conselho do FUNDEF utiliza alguma assessoria nos processos de tomada de decisão? Acho que sim.

v) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Acho que para compra de merenda, pagamento de funcionário, reforma na escola. Existe reunião do Conselho para isso ou Não? Existe.

x) Como é feita o acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEF? Sempre na hora de fazer as compras, sempre há um dos conselheiros acompanhando, na hora da compra de todo material de escolar, material de construção, sempre tem alguém acompanhando pra...

z) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?

k) Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTOLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Como é que é? ... Controlar o recurso socialmente e tendo o acompanhamento também.

w) Na sua avaliação como funciona o Conselho do FUNDEF no seu município? Acho que ele foi correto... Sempre tenta fazer mais ou menos, cem por cento não tem como fazer, mas...Pelo menos, mais ou menos fazer correto, aplicar direitinho na área que deve ser aplicado.

y) Qual o ano que você participou? Eu participe do segundo conselho no período de Julho de 1999 a Julho de 2001.

APÊNDICE C – Transcrição de entrevista a membro do Conselho do FUNDEF no município de Olho D'Água do Piauí.⁶⁸

a) Grau de Instrução? Superior.

b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Quatro pessoas.

c) Quantos homens? Dois Quantas mulheres? Duas

d) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Uma

e) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? A Secretaria Municipal de Educação.

⁶⁸ 1, Secretária. **Secretária OD 1**: entrevista nº3 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado A/B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

f) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Como titular só no primeiro mandato de dois anos e no segundo foi como suplente, no qual eu não atuei assim efetivamente, eu só era suplente.

g) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? Geralmente se convocava reuniões com os conselheiros e via o que era melhores ideias para poder tomar uma decisão o melhor possível par ao município.

h) Qual a forma que a secretaria utilizou para dizer que você era o representante? Bem, na verdade foi por indicação da Secretária Municipal, ela me indicou, foi por indicação.

i) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Através de reuniões com a própria Secretária, verbalmente, não tenho nada escrito para ela, como tipo um relatório que realmente deveria ser, conversas informais após a reunião agente ia conversar o que tinha acontecido e os resultados.

j) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? É já li, eu não posso dizer assim que eu conheço ao pé da letra, porque já faz muito tempo e a gente se acomoda, há uma acomodação muito grande por nossa parte, e eu não sei te dizer se tu me perguntar alguma coisa assim eu vou me lembra de dizer, mas tenho conhecimento da lei, inclusive do regimento também e ta até em casa e eu não trouxe.

k) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. É eu também tive conhecimento na época que o...Inclusive eu participei de um encontro que era pro's secretários municipais relacionado ao...Federal, exatamente pra orientar, porque estava iniciando tudo, a secretária não podia ir na época, porque ela estava com um problema de saúde e pra mim foi teve um grande proveito, porque eu pude conhecer um pouco mais sobre tudo e como fazer todos os passos.

l) Como foi formado o conselho que você participa? Bem, como eu tinha dito no início, a minha parte foi por indicação, a Secretária me indicou, mas aí os outros, como os dos pais, os representantes de diretores, professores foi escolha dos pais, foram feita reunião com as pessoas.

m) Você sabe o que é o FUNDEF? (x) Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) É pelo menos o contexto, não sei te dizer cada sigla né? Só sei que é um recurso que vem para ajudar no salário dos professores.

n) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino (objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? A principal tarefa é acompanhar como realmente esses recursos estão empregados, essa é a principal função do conselheiro.

o) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim (x) Não.() Quais? Como é... tudo no início, quando tá se iniciando num programa novo, existiram algumas dificuldades. Como tomar alguma decisões, como realmente empregar realmente o FUNDEF, então são algumas dúvidas que a parte de assessoria nos ajudou a resolver.

p) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Eu não to lembrando, assim ao pé da letra, qual seria o plano de trabalho, mas com certeza teria .

q) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Bem, na verdade, o correto seria mensalmente, mas isso nem sempre acontecia, justamente pelas acomodações. E principalmente tava iniciando, ai não tinha uma experiência, não se tinha uma fiscalização devida, então havia acomodação, passava mais de mês sem haver essa reunião.

r) O que é essa fiscalização que você fala, não havia fiscalização, o que é isso mesmo? O conselho não era fiscalizado, a Secretaria não era fiscalizada, o que é isso? A fiscalização que eu digo, é a fiscalização dos órgãos superiores, o Estadual e o Municipal que é encarregado dessa parte, de vir ao município e ver realmente se tá acontecendo, olhar o livro de atas. Não a fiscalização do município em si, e sim dos órgãos maiores competentes.

s) O Conselho já passou algum período sem se reunir? (x) Sim () Não. Você lembra quanto tempo? Ah, passava de dois a três meses sem se reunir.

t) O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas de trabalho? Na verdade, eu não sei te responde essa pergunta. O Conselho do FUNDEF utiliza alguma assessoria nos processos de tomada de decisão? Bem, o Município ele tem uma parte que cuida disso. Na assessoria da prefeitura é que tem realmente uma pessoa, que eu não tô me lembrando bem o nome, que cuida dessa parte financeira, senão me engano o nome dele é Fabiano, que ele nos orienta a respeito disso, tanto no Conselho da Educação, quanto no da Saúde. Ele é uma pessoa encarregada nessa parte no Município.

u) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Como a gente tem mais o conhecimento da parte de Educação, né? Que era destinado uma parte para o pagamento dos professores, outra parte para escola, para supervisão de secretaria, então era nessa linha.

v) Como é feito o acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEF? Bem, a pessoa que tava próxima da gente pra fazer esse acompanhamento era o tesoureiro, que ele tinha mais conhecimento pra fazer esse tipo de cálculo, de folha de pagamento e esse tipo de coisa, era através do tesoureiro. Do tesoureiro da prefeitura? Do tesoureiro da prefeitura, exatamente.

x) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denúncia? Que eu tenha conhecimento não.

y) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Bem, acompanhamento né? o nome já tá bem claro, né? Que deve acompanhar todos os passos desse programa. E controle social, o que é isso? Eu acredito, eu nem sei o correto, mas no meu entendimento o controle social é relacionado a sociedade, se aquilo está beneficiando a sociedade.

z) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? Não, minha opinião não funcionou como deveria, o anterior era o que estava iniciando, todos os membros não tinham tanta experiência assim não, e não havia tanta cobrança como tem hoje, que ainda bem que está tendo, que o Governo tá começando a ver essa parte, porque o mal de nós brasileiro é a acomodação, quando não se tá cobrando, se faz menos né? Então eu acho que não foi tão bom como poderia se. Como por exemplo, as reuniões não foram efetivas mensalmente como deveria ser, já é uma falha, e pra mim já é uma falha muito grande e até mesmo um acompanhamento muito maior que a gente deveria ter feito e não se fez. Sobre a representação de professores e de pais de alunos, como é que você acha que foi no Conselho a participação de pais de alunos e professores na época? Também não foi como deveria ser, porque pela consciência que eu tenho hoje mais ainda de Conselho é que deveria ser feitas muitas reuniões com os pais, para participar de problemas e verificar, não só os membros do conselho, mas também fazer esse trabalho com a comunidade em geral. Então, na época não houve tanto isso, como deveria ter sido feito, foi algumas vezes e não periodicamente como deveria ser feito. Eu acho que função dos pais e professores era de acompanhar junto com o Conselho, participar mais.

Na tua experiência de Conselho, você acredita que esses Conselhos são validos, você acredita que a existência deles faz sentido:? Tem. Se realmente caminhar como deveria ser, teria sentido sim, porque assim comunidade participa mais, sabe do que está acontecendo no seu município. Então se ele funciona não só no papel, ele tem sentido sim.

APÊNDICE D – Transcrição de entrevista a membro do Conselho do FUNDEF no município de Olho D'Água do Piauí.⁶⁹

- a) Grau de Instrução: Eu tô terminando o terceiro grau.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Participaram quatro pessoas, eu e mais três.
- c) Quantos homens? Hum Quantas mulheres? Três
- d) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Todos eram daqui. Mas quantos representavam a prefeitura? Duas.
- e) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? A parte da merenda escolar. Mas a senhora representava pais, professores, servidores? Professores.
- f) Há quantos mandatos você está no Conselho? Só um.
- g) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utilizou para decidir quem participa dos Conselhos? Reuniu-se os professores e foi feito por aclamação.
- i) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Eu participava das reuniões e repassava para os professores tudo que acontecia durante a reunião.
- j) O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF? È. Os professores se reuniram entre eles sem a minha participação e combinaram comigo que, deveria acontecer uma reunião pra eles terem conhecimento sobre (pausa)... que pra eles estavam atrasados alguns meses. E a gente se reuniu...e nessa reunião se formou uma comissão que ficaria responsável pra

⁶⁹ 1, Professora. **Professora OD 1**: entrevista nº4 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

levar pra câmara municipal, que é através dela que a gente obtém informações. Mas foi solucionado o problema de forma satisfatória. Esse problema foi solucionado no Conselho? Sim com ajuda do conselho, por iniciativa do conselho, eu ajudei orientando, tirando as dúvidas deles e foi satisfatória a resolução do problema.

l) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Não.

m) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96 Não. Conheço só por alto.

n) Como foi formado o conselho que você participou? Ai eu não participei não. Eu só sei informar sobre a parte que eu ia representar.

o) Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim (x) Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?)

p) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? É acompanhar o desenvolvimento do conselho e repassar para os membros e para a comunidade.

q) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim (x) Não.() Quais? Porque sempre tem algumas cobranças e algumas pessoas não querem participar, eles preferem ouvir da rua, conversa de um e de outro, mas na hora que a gente convoca um e outro para a reunião, não aparecem quase ninguém.

r) O conselho do FUNDEF possuía um plano de trabalho? Tinha.

s) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? A gente marcou bimestral, mas se houvesse necessidade marcava uma extraordinária.

u) O Conselho já passou algum período sem se reunir? () Sim (x) Não. Você lembra quanto tempo?

v) O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas de trabalho? Sim. Tem um técnico que orienta na prestação de contas, porque a gente mesmo não tem conhecimento, mas sempre tem um técnico que orienta. Mas é só nesse aspecto de prestação de contas que tem um técnico? Essa comissão, essas pessoas cada vez que a gente sentia dificuldade num assunto, essas pessoas nos ajudavam, se não soubesse na hora, ia pesquisar e passa informação, não limitando a gente, mas orientando no esclarecimento do que a gente devia fazer.

x) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? É feito por porcentagem, mas eu não sei direito, porque 60% vai para o pagamento de professores e os 40% são despesas com a educação. Mas como era, por exemplo, que o conselho interferia na divisão dos 40%? Não, porque sempre ficou muito claro que era pra manter as escolas, de fazer reformas, era usado também em transportes dos alunos, e manter a escola funcionando. Como se dava o acompanhamento dos recursos do FUNDEF pelo Conselho? É pela secretaria de Educação, porque eles tem todos os números, eu mesma, sou muito curiosa, e eu perguntava sempre.

z) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?

w) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? O Controle é primeiramente pelo recurso que entra no município destinado, tanto ao pagamento de funcionário, como na manutenção das escolas, e o acompanhamento é pra ver se está sendo aplicado realmente a quantidade no lugar certo.

y) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? Não só na minha época, mas agora o Conselho tem uma boa atuação, porque aqui no município de Olho D'água a Educação é vista com bons olhos.

APÊNDICE E – Transcrição de entrevista a membro do Conselho do FUNDEF no município de Olho D'Água do Piauí.⁷⁰

- a) Grau de Instrução: É estudei até a sexta série.
- b) Quantas pessoas tomavam parte do Conselho do FUNDEF? Em que ano? No ano de 1999 a 2001. Eu não tô me recordando bem não, mas eu fiz parte desse negocio mesmo.
- c) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? De quatro à cinco pessoas.
- d) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Eu não sei não, quem me indicou foi a professora Zélia. Agora eu queria saber em que ano era, foi esse ano ou foi ano passado. Não foi de 1999 a 2001. Não só que eu tô me recordando que esse negócio de FUNDEF foi do ano passado pra cá. Só esclarecendo melhor qual o seguimento que o senhor representava no FUNDEF? Era o segmento de pais de alunos.
- e) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Só um.
- f) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF. Falando com um filho, do filho do vizinho a gente entra em contato, pra saber o que tá acontecendo no FUNDEF. E como é que os pais falam com senhor pra levar alguma reclamação pro FUNDEF? Se tiver algo de errado ele vem e falam, se não tiver tá tudo bom e pronto.
- g) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Não completamente, não conheço, mas um pouquinho eu sei que a professora Zélia passou pra gente. Quem é a Professora Zélia? No nosso Município é a Secretária da Educação
- h) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96 ? Não.

⁷⁰ 1, Pais. **Pais OD 1**: entrevista nº5 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 01 lado B e 02 lado

- i) Como foi formado o conselho que você participa? Teve uma reunião e teve esse negócio do FUNDEF.
- j) Qual a responsabilidade (papéis) dos conselheiros para que o destino (objetivo) do FUNDEF seja cumprido? Ele está representando o Município e várias crianças que fazem parte do conselho, que fazem isso.
- l) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim Não (X). Quais?
- m) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho?
- n) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Aí varia, tem meses que eles marcam e assim vai levando.
- o) O Conselho já passou algum período sem se reunir? (x) Sim () Não. Você lembra quanto tempo? No máximo uns sessenta dias.
- p) O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas de trabalho? Possui sim, o pessoal que vem de Teresina. E essas pessoas são chamadas para falar sobre o que? São chamadas para falar sobre esse negócio do Conselho que tá representando nosso município, e cada qual trata sua matéria e pronto.
- q) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF?
- r) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denúncia?
- s) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Uma coisa que tem que acompanhar principalmente na diretoria dos conselhos e passar de um para outro, do jeito de uma associação.
- t) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? De um a dez, eu diria que o Conselho daqui a nota é de sete a oito, uma nota boa, não é cem por cento.

APÊNDICE F – Transcrição de entrevista a membro do Conselho do FUNDEF no município de Olho D'Água do Piauí.⁷¹

- a) Grau de Instrução: Até a sexta do primeiro grau.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Num tô bem lembrando não.
- c) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Não lembro.
- d) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Pais e alunos.
- e) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Dois anos. Um mandato.
- f) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? Me convocaram lá, e eu nem sabia pra que, ai perguntaram se eu aceitava entrar no conselho representando pais e alunos , também não tava muito informado sobre, mas eu aceitei assim mesmo. Quem lhe chamou lá? Foi a Diza, eu não sei nome dela não, mas é mais conhecida como Diza. A Diza é o que? Ela é funcionária da prefeitura.
- g) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Rapaz...Falando disso, nessa temporada eu não tive função nenhuma o pra fazer isso. Pra falar a verdade mesmo eu não me informei sobre nada não. Participei desse conselho mesmo só pra ocupar vaga, não exerci essa função que você tá perguntando.
- h) O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF? Não.
- i) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Não, não conheço.

⁷¹ 2, Pai OD. **Pai OD 2**: entrevista nº6 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

h) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96? Também não.

Como foi formado o conselho que você participa? Também não. Aceitei só por aceitar mesmo, participei de uma reunião lá em Teresina e foi só isso mesmo.

i) Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim (x) Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?)

j) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino (objetivo) do FUNDEF seja cumprido? Rapaz...eu acho que mais ou menos assim, fiscalizar verbas que entram no município.

l) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim (x) Não. Quais? Praticamente nem existia essa função. Era sopra ocupar o cargo mesmo.

m) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Eu não sei lhe informar, porque eu não recebi nenhuma informação sobre isso.

n) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Eu não sei, porque eu só participei de uma reunião. Se houve algumas, eu também não fui informado sobre isso.

o) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Rapaz o destino desse recurso... Eu não sei lhe informar não. E acompanhar, como era feito o acompanhamento? Não sei lhe informar.

q) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – (caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?)

s) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Controle, como ela falou é controle de verba, né? E acompanhamento o acompanhar do destino dessa verba.

u) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? Na minha opinião, eu acho que nem teve isso aí, esse

acompanhamentoO que você imagina que deva mudar nesses conselhos que eles realmente acontecessem? Rapaz... Eu não sei o que teria que mudar, mas eu sei que teria que mudar muita coisa. Eu não faço a mínima ideia do que deveria mudar.

APÊNDICE G – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoinha do Piauí.⁷²

- a) Grau de Instrução: Primário.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Sete.
- c) Quantos homens? Cinco Quantas mulheres? Duas.
- d) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Quatro.
- e) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Eu representava pais de alunos.
- f) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Dois mandatos.
- g) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? A minha indicação foi o seguinte, primeiro porque sou pai e estou atento com meus filhos, a gente tem que participar, só ser pai não adianta tem que participar e por isso eu fui convidado e estou presente. Mais houve assim uma reunião, um encontro dos pais que escolheram o senhor? Foi assim mesmo, houve um encontro e dos escolhido eu fui escolhido pelo próprio pessoal que me escolheram e como estou participando até hoje.
- h) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Nós que fazemos parte dessa comissão posso dizer assim comissão do FUNDEF, nós temos que aquilo que tá certo, quando tem alguma coisa que tá errada nós temos todo direito de reclamar, então a gente é escolhido, se tiver... Nunca teve nada de incorreto, mas se a gente achar que tem algo de errado, a gente tem que passar para o povo.

⁷² 4, Pai. **Pai AGO 4**: entrevista nº7 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado A. Entrevista

i) O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF? Isso sim. Sempre falam, mas até o momento... Mas se for preciso estamos presente pra discutir. Os pais já levaram algum tema pra ser discutido no conselho? Não, até o momento não.

j) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? É... Assim, a lei é criada e através dessa comissão a gente tem que agir conforme a lei pede. Então a gente vai agindo conforme a lei tá pedindo, não pode é ultrapassar.

l) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96/ A lei é como eu tava falando pra senhor, a gente que é pai de aluno quando tem alguma coisa errada, a gente sabe onde recorrer, ver o que tá certo e o que tá errado e fazer alguma alteração.

m) Como foi formado o conselho que você participa? Não.

n) Você sabe o que é o FUNDEF? (x) Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) É um fundo que vem para as escolas que representam aos alunos.

o) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino (objetivo) do FUNDEF seja cumprido? É de ver o que está certo e o que está errado, se estiver errado nós temos a nossa disposição de fazer a reclamação. De ver o que está certo ou errado em relação ao o que? Em relação aos recursos que vem pra escola.

p) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim (x) Não. Quais?

q) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Plano de trabalho sim.

r) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? O conselho aqui se reunia, às vezes, de 30 em 30 dias, 60 dias, dependendo da necessidade.

s) O Conselho já passou algum período sem se reunir? () Sim (x) Não.
Você lembra quanto tempo?

t) O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas de trabalho? Não.

Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Isso era feito através das comissões do prefeito, porque vem pra prefeitura, mas o prefeito tem que repassar pra prefeituras, tudo que tiver na lei ele tem que cumprir, porque nós como somos membros da comissão temos que falar. E lá no conselho do FUNDEF como ele fazia a divisão desses recursos? A divisão era o seguinte, o dinheiro do FUNDEF vem para o pagamento de professores, pra merenda. Então tudo é dividido, cada parcela tem o seu destino.

u) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?

v) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? É sobre isso ai que nós estamos falando, é um conselho que a gente acompanha pra ver como é que está, se está fazendo bem.

x) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? Eu acho que funciona bem, nunca houve um denúncia de nenhuma irregularidade. Pra mim está normal. O senhor acha que vale a pena acontecer o funcionamento desses conselhos? Eu acho que sim. Por quê? Porque senão tiver nenhuma fiscalização, não será aplicado direitinho. Mas aqui graças a Deus tá tudo indo certo é por isso que acho que isso tá certo. O senhor acha que essas organizações, essas associações de pais e alunos que o senhor representa, o senhor acha que eles tem condições de tá participando desses Conselhos? Eu acho que sim, porque nós estamos dentro, se nós pegar o papel e ler a gente sabe o que tá pedindo, se não tiver sendo corrigindo o que tá precisando e como tá no papel, nós temos direito de falar, porque nós somos livres , então é por isso que nós estamos na comissão.

APÊNDICE H – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoinha do Piauí.⁷³

- a) Grau de Instrução: Segundo grau completo.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Não lembro.
- c) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Era a Miralice, era ela né Leo? Leo, Josenira, acho que era eles ai.
- d) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Professores do ensino fundamental.
- e) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Um.
- f) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Através de comunicados.
- g) O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF? Não.
- h) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Acho que sim.
- i) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96? Não.
- j) Como foi formado o conselho que você participa? Lembro não.
- l) Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim (x) Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?)
- m) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? Não sei.

⁷³ 6, Professora. **Professora AGO 6**: entrevista nº8 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

n) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim () Não. () Quais? Primeiro porque é muito difícil a gente ficar fazendo...discutindo essas coisas, porque, às vezes, a gente se perde.

o) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Lembro não.

p) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? De dois em dois meses.

q) O Conselho já passou algum período sem se reunir? () Sim () Não. Você lembra quanto tempo?

r) O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas de trabalho? Não.

s) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Não sei, não lembro.

t) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim () Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denúncia?

u) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Não sei.

v) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? Acho que pelo que a menina falou, ele tá indo né?

APÊNDICE I – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoinha do Piauí.⁷⁴

- a) Grau de Instrução: Curso Pedagógico completo.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Oito
- c) Quantos homens? Quatro Quantas mulheres? Quatro
- d) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Dois
- e) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Pais de alunos.
- f) Há quantos mandatos você esta no Conselho? Dois mandatos.
- g) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? Através de reunião, eles me escolherem e acharam que eu era boa pra representar .
- h) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Através de reuniões nas escolas, quando a gente se encontra também. É muito importante a participação...E o FUNDEF também é importante para que a escola funcione bem e melhor.
- i) O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF? Não.
- j) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Não.
- l) Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96? Não.

⁷⁴ 2, Mãe. **Mãe AGO 2**: entrevista nº9 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

m) Você sabe o que é o FUNDEF? (x) Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) É um fundo onde é colocado o dinheiro, principalmente para o pagamento de professores.

n) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? É de fiscalizar, saber como é que está sendo esse pagamento, como esse dinheiro está sendo utilizado, né? É fiscalizar o dinheiro.

o) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? (x) Sim () Não. () Quais? É, dificuldade a gente encontra. É, pela primeira vez trabalhando. Como por exemplo... primeiro nessas cidades pequenas assim, por mais que agente queira fiscalizar sempre fica alguma coisa a desejar. Eu acho que isso.

p) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Não.

q) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Bimestral.

r) O Conselho já passou algum período sem se reunir? (x) Sim () Não. Você lembra quanto tempo? Às vezes acontecia, passava mais de dois meses sem reunir, mas a gente se reunia.

s) Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Primeiro ele era colocado num fundo reservado para o pagamento de professores. Só era para o pagamento de professores? Para os vigias, zeladores e merendeiras.

t) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denúncia?

u) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? É um Conselho que tem que ser acompanhado por pessoas, e a gente sempre tem que tá sabendo como tá se dando o acompanhamento das coisas e deve ter o controle.

v) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? eu acho que bom, é importante, porque é uma coisa seguro com as pessoas sabendo pra onde vai esse dinheiro.

APÊNDICE J – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoinha do Piauí.⁷⁵

- a) Grau de Instrução: Curso Superior. Licenciatura Plena em Geografia.
- b) Quantas pessoas tomaram parte do Conselho do FUNDEF? Oito
- c) Quantos homens? Três Quantas mulheres? Seis
- d) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Dois
- e) Há quantos mandatos você está no Conselho? Hum.
- f) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? A gente recebeu o ofício da Prefeitura, dizendo que nós estávamos indicados a participar do Conselho.
- g) Qual a forma ou instrumentos que a entidade ou categoria que você representa, utiliza para **DAR** conhecimento do que é discutido no Conselho do FUNDEF? Na época, a gente não tinha muita informação, tinha que criar o conselho, porque precisava. As coisas não funcionavam bem na Lei, funcionava no geral, mas na lei não funcionava bem. Agora alguma informação que a gente podia ter, encontrava alguém na rua ou mesmo na prefeitura e repassava conversando. Mesmo na Secretaria Municipal, era tudo informal, vocês não tinham reuniões pra conversar pra discutir o que havia acontecido no conselho? Não.
- h) O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF? É como eu falei, o Conselho não funcionava bem na época, mas a Secretária sempre sugeriu que ela acha importante que seja discutido no conselho. Num funcionava direitinho, mas funcionava no geral.

⁷⁵ 2, Secretária. **Secretária AGO 2**: entrevista nº10 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

i)Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? É 398.

j)Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96? Lei 9424 de 26/12/96

l)Como foi formado o conselho que você participa? Foi através de uma reunião, através de uma assembleia geral, no qual foi reunida a sociedade em geral, foram reunidas todas as entidades da sociedade.

m)Você sabe o que é o FUNDEF? (x) Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) É, Fundo de Desenvolvimento e Manutenção de Controle Social do Ensino Fundamental. Ele se destina ao pagamento de professores e manutenção da escola.

n)Qual a responsabilidade (papal) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? É exatamente controlar, fiscalizar como é que está sendo gasto os recursos do FUNDEF.

o)São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? (x) Sim () Não.() Quais? Porque ser Conselheiro do FUNDEF é uma responsabilidade muito grande. Era a primeira vez que eu participava, então era novidade, além de ser uma grande responsabilidade. O que você pode falar dessas dificuldades? Aqui no nosso município é exatamente conscientizar, é a gente ser consciente mesmo e tentar conscientizar a população. A grande dificuldade da gente é a gente repassar as informações, como diz a nossa secretária, nos somos uma cidade nova com um nível baixo de instrução que tem uma grande dificuldade no repasse dessas informações.

p)O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Não. Não conheço.

Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Normalmente era pra ser mensalmente, mas como eu disse, normalmente nós não tínhamos essas reuniões periodicamente.

q)O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas de trabalho? Não.

r)Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? O conselho não se posiciona, nós sabemos como deve ser feito, é 60% para pagamento de

professores e 40% para a manutenção de escolas e o que precisar. E o acompanhamento da aplicação dos recursos? Na época a gente não fez o acompanhamento legalmente. O legal seria gente pegar os balancetes e fiscalizar, mas isso não aconteceu com a gente, exatamente pela falta de conhecimento e informação.

s) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denúncia?

t) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? É exatamente acompanhar como estão sendo utilizados esses recursos. Se está sendo aplicado no seu destino certo. E controle social? Eu não tô sabendo explicar essa parte aí.

u) Na sua avaliação como da sua época funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? Olha no primeiro mandato as coisas não funcionaram direito porque a gente não tinha conhecimento, pra nós era novidade.

APÊNDICE K – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoinha do Piauí.⁷⁶

a) Grau de Instrução: Eu tenho Licenciatura plena em Língua Portuguesa.

b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Oito

c) Quantos homens? Dois. Quantas mulheres? Seis

d) Há quantos mandatos você está no Conselho? Por dois, dois mandato. Veja o seguinte: o regimento diz que de um ano, porque ele foi feito ainda estava

⁷⁶ 3, Secretário. **Secretário AGO 3**: entrevista nº11 [22/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 02 lado B e 03 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

dentro dos trâmites legais, porque a nova medida Conselho do estatuto, o regimento, ele manda que seja dois anos e pode ser renovado... Mais dois anos. Mas o nosso colaborador ali fica por dois anos. Um ano, se reeleito, por mais um ano.

e)Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utiliza para decidir quem participa dos Conselhos? Geralmente o que nós podemos repassar para a Prefeitura, é que do Governo Federal vêm muitas informações, através de revistas de... a gente fica sempre atento. Só que na época, nós do Conselho sempre ficamos atrasados nas coisas aqui... No dia-a-dia pra reunir a... Reunir o pessoal do Conselho fica difícil. Muitas pessoas têm ocupação, não pode vir todo mundo. Mas a gente tenta fazer esse trabalho que normalmente eu acredito que atual é... na data esteja mais normalizado. Das informações, do que vai aprendendo no dia-a-dia.

f)Alguma vez a secretária ou o próprio Prefeito sugeriu temas pra vocês estarem é... Discutindo no Conselho do FUNDEF? Eu não digo o prefeito em si. Porque o prefeito tem a Secretária de Educação que representa como deve representar. Ela sempre tem esse cuidado de repassar algo que seja importante pro município. E a gente enquanto é... em parceria com a Secretaria de Educação, a gente tenta fazer esse trabalho

g)O seguimento ou categoria que você participa já tirou alguma deliberação sobre temas/assuntos a **serem discutido** no Conselho do FUNDEF?

h)Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? É 18/98.

i)Você conhece a lei que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. 9424/96

j)Como foi formado o conselho que você participa? Geralmente o pessoal que faz parte desse conselho, ele foi... Eles receberam ofícios pra representar esse conselho, representando a Secretaria de Educação, representando os pais e outras entidades também pra formar esse conselho. Eles recebem ofício? Quem envia o ofício? Seria o... No caso o.. A administração geral da prefeitura que tenta é... Fazer esse trabalho de acordo com os trâmites legais que vêm

informar... Com as informações para que possa ter essa... Esse controle de representante do município, né? Das entidades.

l) Você sabe o que é o FUNDEF? (X) Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) Normalmente o FUNDEF se destina pra... Na educação... onde se destina sessenta por cento a pagamento de professores e profissionais da área escolar que atuem na escola, e quarenta por cento em outras atividades referentes também à escola também.

m) Qual a responsabilidade (papal) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? O conselheiro, é fiscalizar o.. os balancetes da conta do que se refere ao FUNDEF. Tanto o... referente ao dinheiro que vem como também a alguns programas que relacionam-se à escola, né?.

n) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? (X) Sim () Não. Quais? Aqui por a cidade ser recém emancipada, é... muitas... Ah... As pessoas que participam, como se sou professor, mas pra exercer uma função que a pessoa desconhece, fica difícil. E principalmente pra... catar as coisas e repassar pra sociedade, pra população. Que a informação fica... às vezes, fica fora daquela competência de cada um. Fica bem difícil.

o) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? O plano de trabalho em si o Conselho do FUNDEF ele não tem em si, mas eu acredito que em parceria com o plano de carreira como o de alguns profissionais, seja uma coisa, que seja em relação ao outro trabalhando pra sair.

p) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Normalmente como manda o regimento é um mês, digo, é mensal. Mas... Mas o... Devido, às vezes, até a pauta em algumas reuniões que seria sempre uma coisa repetitiva, a gente fazia de acordo com as atas como está assinado. De dois em dois meses e assim sucessivamente.

q) O Conselho já passou algum período sem se reunir? () Sim (X) Não. Você lembra quanto tempo?.

r)O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas? Na gestão em que eu participei não existia esse conselho técnico. As pessoas que participavam faziam essa parte aí. Mas eu acredito, com o andar dos trabalhos que... que poderão ser feitos esses trabalhos, né?

s)Dos recursos que chegam, 60% são destinados aos professores e os outros 40% são pra outras despesas em educação. O Conselho interfere na divisão destes 40% restantes? O Conselho eu acredito que ele não interfere pra dizer em que gastar, mas em termo de fiscalizar ele pode sim. Ele pode fazer e ter o seu aval ou não. Mas os 40% desse dinheiro dessas despesas pode ser comprado materiais escolares, mesas, cadeiras e etc. e etc.

t)Então o Conselho faz um acompanhamento da aplicação, é isso que o senhor está dizendo? Do meu último mandato pra gestão atual, começou a ser feito esse trabalho. De balanço, de fiscalização dos balancetes e tal. E quando preciso, chamar o... a Secretária, mas que faz parte do acompanhamento do dinheiro, que é a Secretária de Finanças do Município, né?

u)Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?

v)O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTOLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? O controle social e acompanhamento é que... as pessoas destinadas a trabalhar em relação ao acompanhamento do FUNDEF é fiscalizar sem dúvida nenhuma, o, o andamento dos trabalho e desses repasses feitos pelo FUNDEF.

x)Na sua avaliação como funciona o Conselho do FUNDEF no seu município? Atualmente eu acredito que está bem melhor do quando eu exerci, porque segundo informações que eu acredito que alguns passaram. Porque cada dia que se passa, vai se aperfeiçoando mais as pessoas vão mais conhecendo como trabalhar. Acredito que seja bem melhor atuar agora do que antes, né?

APÊNDICE L – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoinha do Piauí.⁷⁷

a) Grau de Instrução? Curso superior. Licenciatura plena em História.

b) Como foi , para a Prefeitura, a criação do Conselho do FUNDEF? Olha, nosso município ele foi criado em noventa e sete, então era interior mesmo, dependente de outras cidades e nós recebemos, quer dizer, passamos a cidade, mas não tínhamos nada, nada mesmo. Só... tudo era como interior, né? Então é como a gente diz sempre: nós assumimos um município que não tinha nenhuma caneta, nenhuma cadeira... Então é muito difícil pra gente montar uma cidade, e contando ainda com um agravante que por problemas políticos, então um grupo não aceitou a cidade... o município ser elevado à categoria de cidade. Então havia uma disputa interna: uns aceitando cidade e outro grupo tentando derrubar a cidade. Era como se a gente trabalhasse com uma espada apontada pra cabeça, de um dia dizer: é cidade, depois ali não, a Lagoinha deixou de ser cidade. Então é complicado também, de pessoas que não eram experientes no poder público, tem tudo isso. Nós contamos com outro agravante, além disso, a nossa população, mais de oitenta por cento tem... eu ponho os oitenta mas não tô bem precisa dos dados, mas o fundamental a maioria da população não tem nem o ensino fundamental e isso eu digo é de quarta série pra baixo. Pararam na segunda, na terceira, e outra, imagine numa cidade a gente trabalhar participação quando era uma... Pertencia... Era um interior que pertencia a outra cidade que tudo trazia pronto só as pessoas passam assim, nunca tiveram a opção de... como é, de... dar suas opiniões, de participar de tudo. Então que eram totalmente alheios à participação, era só dizer sim ou não. Então todas essas agravantes eu falo francamente, pra nós foi extremamente difícil montar uma máquina que nós tivemos cinco anos pra provar que realmente poderia ser cidade. E no início, nosso FUNDEF foi criando em noventa e oito, mas foi tipo assim, uma prensa. Uma lei

⁷⁷ 4, Secretário. **Secretário AGO 4**: entrevista nº12 [25/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

determinava que: criar ou não vem verba. E nós não podíamos trabalhar sem verba, então sinceramente foi extremamente difícil, nós criamos porque a lei determinava assim, mas não tínhamos tanta consciência do que era. A nossa preocupação inicial, de todo mundo, só que eu entendia de FUNDEF era isso: que os sessenta por cento tinha que ser aplicado com professor e os quarenta por cento com manutenção, vigia, zelador... Esses outros trabalhos. Então era só o que a gente tinha na cabeça do FUNDEF era isso, porque senão a lei pegava.

c)A Senhora vê algum tipo de contribuição que tenha dado o Conselho do FUNEF, acha que é válido? É válido. Quando funciona mesmo é válido. Como no nosso caso é válido. Eu considero até dois mil e um foi uma... um trabalho que a gente fez assim sem muitos conselheiros, sem muita consciência... Ninguém tinha esse trabalho, não houve um treinamento, né? Assim, nem com os próprios secretários, a gente chegou trazendo, mas era uma coisa bem diferente, não houve um trabalho mesmo assim, vamos conscientizar, então eu acho praticamente em três anos pra nós foi só esse problema que eu disse: controlar e mais um controle interno da própria prefeitura e meu com medo de ser pega pela lei. Mas os conselheiros mesmo não tinham essa mentalidade, não houve treinamento, a gente foi fazendo. Agora, de dois mil e dois pra cá realmente está funcionando, hoje eles têm uma consciência maior, já faz realmente o papel deles, né? Tão começando a fazer, que é fiscalizar de verdade, é acompanhar o senso, né? Pra saber quantos alunos tem, eles já estão disponibilizando os extratos bancários de tudo. E eu acho, eu sinceramente acho que a partir do momento que eles começarem a ter essa consciência de FUNDEF, do papel deles na sociedade e se as prefeituras estiverem abertas, os prefeitos pra dar condição aos conselheiros de trabalharem, de desempenhar o papel deles, eu acho que é de extrema importância sim. Com a conscientização e qualquer secretário, qualquer prefeito, eu acho que se realmente quiser levar a sério o bem público, ele tem que dar todo o apoio ao conselho do FUNDEF que é até uma parcela que tira a responsabilidade do secretário e do prefeito porque se eles acompanharem bem e se eles disserem como aplicar, a gente não vai ter problema pra estar sempre de acordo. Como no nosso caso aqui o EJA, o dinheiro que vem pro

recomeço que não vem do FUNDEF ele é administrado pelos próprios professores. O EJA aqui é assim, eles é quem diz onde vai gastar, não é um conselho, eles pertencem ao FUNDEF, mas eles é quem administram. Então eu acho de extrema importância, agora pra isso é preciso que haja uma conscientização, treinamentos, um trabalho... e a participação só é possível quando a população tem essa consciência. Então eu creio, aqui no nosso caso, de dois mil e dois pra cá ele vai funcionar, tá funcionando e não é só um negócio... eu vou pegar... Primeiro porque a lei também exigiu um parecer, né? Agora. Então eu acho que de agora em diante eles vão. Funciona e não é só um parecer, eu vou dar o meu aval. Geralmente aqui nesse de dois mil e dois que era pra aprovar o parecer eles chamam o Secretário de Administração que aqui nós não temos uma estrutura, uma assessoria. É tudo feito no grupo da administração e ele vai pra esclarecimento, claro que ainda precisa muito tempo, que tem muitos conselheiros que não entendem, daqueles... nós mesmo não entendemos daqueles balancetes, né? Que vem empenho, que vem isso, mas a gente tá buscando melhorar. E se tiver apoio pode ter a mais absoluta certeza que é ótimo o conselho... Todo tipo de conselho onde há participação.

APÊNDICE M – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoinha do Piauí.⁷⁸

a) Grau de Instrução? Primário.

b) Quantas pessoas participavam do Conselho do FUNDEF? Nós éramos oito membros. Entre titulares e suplentes? Sim

c) Quantas mulheres e quantos homens? Seis mulheres e Dois homens.

d) Quem o senhor representava? Representava os pais, né?

e) Por quantos mandatos o senhor ficou no conselho? Só um ano de mandato.

f) Como era sua comunicação com os pais dos alunos para informar sobre o que acontecia no conselho? A gente formava as reuniões. Não era sempre perto uma da outra. Aqui e acolá a gente se encontrava e se comunicava um ao outro. O senhor fala “reunião” com os pais? Com os pais.

g) Os pais sugeriam temas a serem discutidos no conselho? Não, nada.

h) O senhor conhece a lei que cria o FUNDEF aqui no município? Tem a nacional e tem a municipal, a 245/96... parece que é a 18/96, a do município.

i) Como foi formado o segundo mandato do conselho do FUNDEF? A gente entrava em palestra um com outro pra poder criar. E o povo também pouco entendia, muitos diziam assim: isso é besteira. E a gente sempre procurando se entrosar no meio, né? Pra poder encontrar um denominador comum.

j) O senhor sabe o que é FUNDEF? Chama-se Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

l) Qual o objetivo do FUNDEF? Ele é o seguinte: ele vem pra ajudar a desenvolver o município. Através principalmente do dinheiro que vem, né?

⁷⁸ 3, Pai. **Pai AGO 4**: entrevista nº13 [25/05/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

Para aplicação, né? Quando chega, pega 60% para os professores e 40% para para vigias e manutenções e despesas diversas.

m)Qual é a responsabilidade de um conselheiro do FUNDEF? Rapaz, a responsabilidade dele é muita. Se ele quiser mesmo seguir é muitas. E o que é esse “muitas”? Estou por fora, não sei.

n)Você encontrou alguma dificuldade pra ser conselheiro do FUNDEF? Tem por que o seguinte: enquanto você não encontra umas pessoas que tentam entender a gente encontra dificuldade. Principalmente num lugar como esse aqui, criado próximo, é uma cidade nova... é difícil.

o)O conselho possui um plano de trabalho? Plano não.

p)Qual a periodicidade das reuniões do conselho do FUNDEF? Rapaz é o seguinte, é... mês, às vezes, pode até ser antes ou até ser mais de mês.

q)O conselho já deixou de se reunir alguma vez? Não, sempre se reúne. Sempre que se recebe o convite, está lá, no ponto.

r)O conselho do FUNDEF possui uma Comissão Técnica? Aqui não.

s)Como é feita a divisão dos recursos do FUNDEF? É como eu lhe falei, né? O recurso vem que é pra pagar os professores, vigias e as manutenções e despesas diversas.

t)É feito um acompanhamento destes pagamentos? Sim. Como é feito? É o seguinte, eu não sei nem lhe informar porque tudo é através de recibos, né? Que se aplica, tem que mostrar o comprovante.

u)Já houve alguma denúncia de irregularidade sobre o uso do FUNDEF aqui no município? Não. Que eu saiba, não.

v)O conselho do FUNDEF é chamado de Conselho de Controle Social e Acompanhamento. O que o senhor entende por isso? Nada.

x)Na sua avaliação, como foi o desempenho do FUNDEF quando o senhor participava do conselho? Funcionava “mais ou menos”.

APÊNDICE N – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁷⁹

- a) Qual o grau de instrução da senhora?. Eu te... eu tenho o pedagógico.
- b) Quantas pessoas tomavam parte do Conselho FUNDEF , quando a senhora participou do Conselho? Ah! Isso aí não dá pra lembrar não. Não lembro não.
- c) A senhora lembra quantas pessoas representavam a Prefeitura? Não, também não.
- d) Qual era o segmento que a senhora representava? A senhora estava lá no Conselho representando quem? Os professores e diretores.
- e) Quantos mandatos a senhora participou do Conselho? Dois anos.
- f) Qual a forma que os professores e diretores do município de Lagoa escolheram a senhora? Como foi que escolheram a senhora para ser representante dos professores e diretores no Conselho? A escolha foi feita na... no grupo assim, que tava na reunião, né? Aí foi votação dos professores e diretores e pais de alunos também participam da reunião.
- g) Qual a forma que os professores e diretores utilizam para dar conhecimento do que é discutido no Conselho? Não, eles não comunica nada com a gente não. Sempre quando eles se encontram assim, aí eu não fico... eu mesmo não fico sabendo de nada. Quando vem é assim um papel pra gente assinar. Lá já tem resolvido tudo. Agente não sabe de nada.
- h) E a senhora, alguma vez, já procurou o grupo que lhe elegeu pra conversar sobre as coisas que acontecem no Conselho? Não.
- i) A senhora conhece a lei que cria o Conselho Municipal do FUNDEF? Não. Não conheço não.
- j) E a Lei Federal, a senhora conhece? Também não. É porque é tudo é complicado. A gente tá sempre em sala de aula. E quando tem alguma reunião não convida a gente. A gente não ... também não vai participar.

⁷⁹ 3, Professora. **Professora LP 3**: entrevista nº14 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- k) Dona Dos Anjos, como foi formado, aqui, o Conselho do Município de Lagoa? A senhora se lembra? Não. Não lembro não. Não lembro.
- l) A senhora sabe o que é o FUNDEF? Sim ou Não? Não.
- m) Qual a responsabilidade? O que um conselheiro do FUNDEF faz? Eu não sei também.
- n) A senhora teve alguma dificuldade, quando foi conselheira do FUNDEF? Tive sim. Porque a gente tem muita reunião que a gente não participa, quando a gente vai participar de alguma, escolhe a gente, mas só que tem muita coisa que a gente não entende.
- o) A senhora sabe se o Conselho do FUNDEF tinha plano de trabalho? Também não sei.
- p) E as reuniões, qual era periodicidade, quando a senhora participou, qual era a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? É de mês, é de mês em mês. E muitas vez, nem é de mês em mês. Difícil, assim, reunir os professores. Só a gente se reúne mais é assim em planejamento, de mês em mês, né? Tem o planejamento de aula. A gente se reúne... os professores.
- q) Ééé, a senhora sabe se o Conselho do FUNDEF, o Conselho do FUNDEF, ele possui uma comissão técnica? Um grupo de pessoas que esclarece, que ajuda os conselheiros a discutir as coisas? Não disso aí eu não sei não, mas deve ter. de tempo em tempos eles fazem reunião assim. Só que demora, né? Agora, uma como eu, a gente tem dificuldade de entender. A gente tem dific... primeiro lugar, quando tem muita reunião assim grande, a gente...não é todas que a gente participa. É difícil.
- r) A senhora sabe como é que no município é utilizado o recurso do FUNDEF? O que o recurso do FUNDEF, aqui no município, é usado em quê? Em materiais escolar. Isso aí eu sei, porque eu já tenho participado. Compra vários material escolar.
- s) A senhora, como conselheira, a senhora foi conselheira, no período de 2001, nomeada em 2001? Então, como é feito o acompanhamento da aplicação dos recursos? Os recursos vêm, eles chegam aqui no município? E como é que é feito o acompanhamento desse... da utilização desses recursos? Sempre quando a gente precisa de material, eu faço... a gente faz a nota, o professor ou o diretor, a gente leva pra Educação e eles

grampeiam, sempre, a notazinha. A gente traz o material pra creche. Sempre é assim.

- t) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF, aqui, no Município de Lagoa? Sim ou Não? Não.
- u) O Conselho do FUNDEF, o nome do Conselho é chamado Conselho de Controle Social e Acompanhamento. O que a senhora entende disso? Eu não sei.
- v) Na sua avaliação, como foi que funcionou o Conselho do FUNDEF, aqui, de Lagoa do Piauí, quando a senhora participou. Eu não lembro.

APÊNDICE O – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸⁰

- a) Qual é o seu grau de instrução? Ééé, do estudo? Fiz, só até a 6ª série.
- b) A senhora lembra quantas pessoas faziam parte do Conselho do FUNDEF, quando a senhora participava? Lembro não.
- d) Ééé, quantos representavam a Prefeitura? A senhora lembra, na época? Também não
- c) Ééé, qual é a categoria ou segmento que a senhora representava no Conselho do FUNDEF? Eram os servidores públicos.
- d) Qual foi a forma , não é? Que os servidores públicos utilizaram para escolher que a senhora era a representante deles? Eles... não foi assim totalmente uma escolha , né? Eles só chegaram e colocaram meu nome e disseram que eu ia fazer parte do FUNDEF.
- e) Eles quem? Os outros lá. Os dirigentes
- f) Ééé, qual a forma, Dona Antônia, que os servidores públicos municipais utilizam para que a senhora dê conhecimento do que é discutido no Conselho? Eu não tenho assim conhecimento, porque a gente nunca conversou, né? Sobre assim... essa... fazer parte não
- g) Quer dizer que a senhora nunca teve uma reunião com os... com os servidores aqui? Todos os colégios daqui do Município? Não. Tive não.
- h) A senhora conhece a Lei , aqui do Município, que o prefeito fez junto com a Câmara, que criou o Conselho do FUNDEF? Não.
- i) E a Lei Federal, a senhora conhece? Também não.
- j) A senhora sabe como foi formado o Conselho do FUNDEF aqui de Lagoa? Sei não.
- k) A senhora sabe o que o FUNDEF? () Sim ou () Não ? Não.
- l) Ééé, qual é a responsabilidade de um conselheiro do FUNDEF? Sei não.

⁸⁰ 2, Servidora. **Servidora LP 2:** entrevista nº15 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- m) A senhora encontra dificuldade para exercer o papel de conselheiro? Quando a senhora foi conselheira, a senhora teve alguma dificuldade? Eu tive, porque eu não sei, eu não entendo bem essas coisas assim...
- n) A senhora sabe se o Conselho tem plano de trabalho? Sei não.
- o) Ele tem comissão técnica? Comissão técnica é um grupo de pessoas que ajuda a esclarecer as dúvidas que os conselheiros têm e tudo? Tem, eles, os outros que fazem parte. Eles sempre se reúnem, conversam. Só que eu fico de fora assim. Eu nunca fiz parte assim junto com eles lá não. Quando eles traz é só as folhas pra gente assinar, que tiveram a reunião.
- p) A senhora sabe de quanto em quanto tempo o Conselho se reúne? Lembro não.
- q) A senhora sabe se o Conselho já passou algum tempo sem se reunir? Sei não.
- r) Ééé, o Conselho, como é que feita a destinação dos recursos do FUNDEF aqui pelo Conselho? Eles investem na educação, né? Comprando material escoar pra' s escolas.
- s) Ééé, e a senhora sabe como é que é o acompanhamento dessas despesas que são feitas? Sei não.
- t) A senhora sabe se já houve alguma denúncia de mau uso dos recursos do FUNDEF, aqui no Município de Lagoa? Não. Não houve não.
- u) O Conselho do FUNDEF é chamado de Conselho do Controle Social e Acompanhamento, o que é que a senhora entende por isso? Eu não entendo não.
- v) Qual é a avaliação que a senhora faz do funcionamento do FUNDEF aqui na Lagoa? Eu acho que vai bem, né? Tudo dá certo o que eles fazem. Nunca teve assim nenhum problema. Nunca ouvi falar tivesse algum problema, alguma dificuldade. Tá tudo no controle.

APÊNDICE P – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸¹

- a) Qual o seu grau de instrução? Eu tenho o curso de Licenciatura Plena em Educação Física, já concluído no ano de 2002.
- b) Quantas pessoas tomaram parte do Conselho do FUNDEF que o senhor participou. Eram, aproximadamente, umas doze pessoas.
- c) O senhor lembra quantos homens e quantas mulheres? Deixa eu pensar. Três homens e nove mulheres.
- d) Quantos representavam, no Conselho, a Prefeitura Municipal? Eram cinco.
- e) Qual a categoria, que o senhor, ou segmento que o senhor representava? Eu representava a Secretaria de Educação. Eu era Presidente do Conselho, mas era representante da Secretaria de Educação.
- f) Quantos mandatos o senhor permaneceu no Conselho? Três mandatos.
- g) Qual a forma que a Secretaria de Educação estabelecia para que o senhor transmitisse à Secretaria o que se passava no Conselho? Através de reuniões na própria secretaria e discutia que a gente tinha examinado no Conselho.
- h) E como foi a sua escolha pra participar como representante da Secretaria no Conselho? No caso, na época, foi por indicação da própria Secretaria, por eu ser uma pessoa que pudesse representar a Secretaria e eu fui indicado pela própria Secretária.
- i) Como o senhor, enquanto conselheiro, levava para a Secretaria as deliberações do Conselho? Todas as vez que a gente tinha as reuniões a gente discutia na própria Secretaria quais deliberações foram feitas no Conselho. Discutia de que forma tinha sido feita. O que se tinha discutido e tudo mais. Aí depois a gente repassava pra própria Secretária e pra equipe que fazia parte do quadro da Secretaria de Educação.

⁸¹ 5, Secretário. **Secretário LP 5**: entrevista nº16 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- j) O senhor conhece a Lei Municipal de criação do Conselho do FUNDEF de Lagoa? Eu conheço a Lei, agora não lembro a data de criação dela, mas eu conheço a Lei que instituiu o FUNDEF.
- k) E a Lei Federal, o senhor conhece? Também conheço um pouquinho. Porque como a gente trabalha na área de educação, a gente conhece essas leis e a LDB. Também, como a gente exerceu o cargo por muito tempo, a gente também recebeu um treinamento, participamos de encontros em Teresina, então a gente tem a noção da criação dessas leis.
- l) O senhor tem conhecimento de como foi formado o Conselho, aqui em Lagoa do Piauí? O Conselho não foi feito por eleições, né? Cada segmento indicava o seu representante, né? Segmento de pais de alunos, é de trabalhadores na educação, de entidades não governamentais, cada um fazia uma indicação e esse nome, como já havia sido feita uma, tipo uma votação interna, ele já vinha com um certo referendo, então, acatado no próprio Conselho esse representante.
- m) O senhor sabe o que Fundef? () Sim ou () Não? Sei.
- n) O que significa FUNDEF? Ele é um Fundo que foi criado pra auxiliar a Educação, principalmente a Educação do Ensino Fundamental. Então, ele tem como principal meta melhorar a qualidade da Educação Fundamental. É pra isso que ele foi fundado basicamente.
- o) Qual é a responsabilidade do papel de um conselheiro, do Conselho Municipal do FUNDEF? O principal papel dele é como se fosse um vereador. Ele, ele tem o dever de fiscalizar se o dinheiro tá sendo aplicado ou não, se ele tá sendo bem gasto ou não, pela Prefeitura, que é o Órgão Gestor do do FUNDEF. Ela recebe o repasse do governo federal e ela aplica na educação do Ensino Fundamental. Nós temos uma relação do que se pode e do que não se pode fazer com o dinheiro do FUNDEF. Então, o Conselho, ele faz essa fiscalização, pra saber se realmente a Prefeitura tá aplicando ou não, aonde deve ser aplicado.
- p) O senhor, como conselheiro e como presidente do Conselho, encontrou alguma dificuldade pra exercer o papel de conselheiro? Nós temos uma grande dificuldade, que é a questão de reuniões. Como esse Conselho, ele não tem vamos dizer assim, você não recebe salários, você não ganha a mais prestando o seu trabalho, tem que ser um trabalho voluntário, né?

Então, a maioria das pessoas não gosta muito de participar. Elas acham que não tem tanta importância. Então, tem muita dificuldade na consecução dos outros segmentos, né? Nós que trabalhamos com educação não. Nós sabemos da importância, mas as os outros segmentos, eles têm uma certa dificuldade. Eles se reúnem mais por obrigação, não por vontade própria de fiscalizar. Outra dificuldade que a gente tem é a troca de informação, o recebimento de informação por parte da Prefeitura, os balancetes os estratos de contas, que você tem que receber tudo isso. Então, você tem certa dificuldade. Quando você recebe, você recebe com certo atraso, mas... é sempre assim...

- q) O Conselho do FUNDEF possuía plano de trabalho? Não. na minha época não.
- r) Qual era a periodicidade reuniões do Conselho do FUNDEF? A gente procurava se reunir quase sempre, de dois em dois meses, mas as reuniões ficavam mais espaçadas por conta disso. Se você fosse fazer uma convocação, a maioria dos membros não participavam, não compareciam. Então, você tinha muita dificuldade. Geralmente era de dois em dois meses.
- s) O Conselho, aqui de Lagoa possuía Comissão Técnica ou Assessoria para o Conselho? Não, nenhuma. Nós não temos nem local pra ficar. A gente se reunia, geralmente, no colégio. A gente solicitava uma sala, se reunia naquele dia ali e pronto. Você não tinha um local pra você ficar nem nada.
- t) Como é feita a destinação, a distribuição aqui dos recursos do FUNDEF, aqui, no Município? Ela é feita de acordo com o que foi determinado por lei, 60% pra gasto com pessoal, 40% com o resto, né? Eee, e depois, na época em que a gente tava no Conselho, a gente tem muita dificuldade por conta de não entender muito de balancete, de prestação de conta. Então, ficava assim um pouco mais, mais superficial.
- u) Então, nesse caso, a pergunta seguinte seria o acompanhamento. Como é que se dava o acompanhamento dos gastos ou dos investimentos com os recursos do FUNDEF? Na verdade, os conselhos, como eles não têm o pessoal especializado na área do controle de gastos, fica mais difícil o controle. Você olha os balancetes, vê as prestações de contas, você observa os estratos de contas e tem idéia que tá sendo feito de maneira correta, né? É mais ou menos isso. Você não tem um aproveitamento maior

pra saber disso não. Na época, nós recebemos um rápido treinamento em Teresina, mas não é uma coisa que você fica permanentemente. Você é só um membro desse conselho e esse membro tem que disseminar essa informação com os outros. Quer, dizer, fica meio difícil.

- v) Já houve alguma denúncia de irregularidade na utilização dos recursos do FUNDEF, aqui de Lagoa? Já. Sempre acontece isso. Um gasto aqui outro acolá. Mas nunca foi comprovado isso. Algumas coisas que você acha que não deve ser gasto com isso, a quantidade que você tá gastando numa determinada coisa, você... tem já teve, já teve mas...
- w) Como o Conselho agiu diante dessa denúncia? Na minha época não houve fiscalização nenhuma, não aconteceu mais nada, não aconteceu mais nada. Ficou só na denúncia.
- x) Ééé, o Conselho do FUNDEF é denominado Conselho de Controle Social e Acompanhamento, o que é que o senhor entende por isso? Na... o controle social e acompanhamento é quando você tá vendo, se se existe além do trabalho da educação, tem algumas atividades sociais que você tem que ter por fora, né? Esse acompanhamento, na realidade ele não acontece. Nenhum conselho... qualquer conselho que você pegue, de pequenas cidades, que que digam que faz esse acompanhamento, ele não faz. Você não tem tempo. Você não tem disponibilidade. Você não não tem meios de fazer esse controle, esse acompanhamento também. Não existe isso.
- y) Quando o senhor fala de não ter meios, o que é ... o que são mesmo esse meios? Meios materiais, como carro, ééé, disponibilidade pra você ir de escola em escola, você ver os locais onde estão sendo aplicados os recursos. Nada disso você tem. Ninguém coloca a sua disposição isso.
- z) Na avaliação do senhor, como foi o funcionamento do FUNDEF, na época em que o senhor participou? De irregular pra precário

APÊNDICE Q – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸²

- a) Qual o seu grau de instrução? Eu estou cursando Licenciatura Plena em História, na UESPI, em Água Branca.
- b) Quantos representavam o governo municipal, a Prefeitura no Conselho do FUNDEF? Olha, como eu falei, eu não lembro. Mas eu sei que tem uma representante de cada, cada área. No caso, tem um representante da secretaria, tem um representante da escola, representante dos pais, mas assim, a quantidade exata, eu não lembro.
- c) Quando a senhora participou, qual era o segmento que a senhora representava? O segmento que eu representava era a parte dos pais.
- d) Quantos mandatos a senhora ééé ocupou no Conselho? Só um.
- e) Qual foi a forma que os pais de alunos, no caso, que é a categoria que você representa, utiliza para decidir quem participa do Conselho? Como foi que foi utilizado... que forma foi utilizada para escolher a senhora como representante? Foi através de votação, numa reunião que houve na escola, aí houve a eleição.
- f) Qual é a forma, qual é o instrumento que os pais de alunos utilizam para dar conhecimento do que é discutido no Conselho? A forma é através de reunião, que tem sempre mensalmente, aí a gente participa o que tá acontecendo para os pais.
- g) Alguma vez, os pais de alunos já disseram pra senhora TEMAS que fossem discutidos no Conselho? Não, não.
- h) A senhora conhece a lei municipal de criação do Conselho? Também não. E a lei federal, que cria os conselhos do FUNDEF, a senhora conhece? Não.
- i) A senhora sabe como foi formado, aqui em Lagoa do Piauí, o Conselho do FUNDEF? Também não.
- j) A senhora sabe o que é FUNDEF? () Sim ou (X) Não ? Não.

⁸² 3, Mãe. **Mãe LP 3**: entrevista nº17 [11/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- k) Sabe qual é o papel, a responsabilidade de um conselheiro do FUNDEF? O papel que, na escolha eles explicam, é fiscalizar as obras do FUNDEF, né?
- l) Quem que explica? As pessoas que.... as pessoas que mais integradas da parte da Secretaria mesmo.
- m) Então, na reunião dos pais, vêm as pessoas da Secretaria? Me explica melhor isso... é na reunião dos pais vêm as pessoas da Secretaria, que estão mais a par dessa situação e explicam melhor aí
- n) Encontrou alguma dificuldade pra exercer bem o papel de conselheiro? () Sim ou () Não? Sim.
- o) E quais foram as principais dificuldades. Olhe, na verdade a dificuldade que a gente tem é que a gente não tem muita informação, né? A gente é escolhido ali pra representar e a gente só participa na hora da reunião. Mas assim uma informação certa do que a gente tem que fazer, a gente não tem muito assim bem claro...
- p) O Conselho do FUNDEF, na época em que a senhora participou, possuía plano de trabalho? Se possuía, não lembro.
- q) Qual era a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Mensais. O Conselho passou algum tempo sem se reunir? Não, não. Sempre mensalmente.
- r) O Conselho do FUNDEF utiliza alguma Comissão Técnica ou Assessoria para ajudar os conselheiros a discutir, a decidir sobre as coisas? Só o pessoal da Secretaria. Mas eles são parte da Comissão Técnica ou eles são também conselheiros? São também conselheiros.
- s) Sabe como se dá a destinação dos recursos do FUNDEF? Não. bem certinho, claramente, não. E o que sabe sobre esse assunto? Eu só sei que eu sou representante dos pais e participo das reuniões assim. Eu só sei mesmo na hora da reunião.
- t) Como é feito o acompanhamento dos recursos? O acompanhamento do investimento dos recursos do FUNDEF? É somente através das pessoas que fazem parte da Secretaria.
- u) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF, aqui na Lagoa? () Sim (X) Não? Não.
- v) O Conselho do FUNDEF é chamado de Conselho de Controle Social e Acompanhamento. A senhora sabe o que significa isso? Também não. O

que entende sobre isso? Eu, praticamente nada. A gente não tem... como eu tô lhe falando, eu não tenho assim informação disso aí.

- w) Qual a avaliação que a senhora faz do Conselho, do funcionamento do Conselho, quando a senhora participou desse Conselho? A avaliação que eu faço é que, pelo menos eu esperava, né? Eu espero é que traga sempre assim melhorias, porque sempre falam que vai ajudar na escola, essas coisas assim... o objetivo que a gente pensa alcançar é esse.

APÊNDICE R – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸³

- a) Qual o seu grau de instrução? Eu sou formada em Pedagogia e tenho especialização em Educação Infantil.
- b) Na época em que a senhora tomou parte do Conselho, quantas pessoas faziam ... tomavam assento no Conselho? Cinco.
- c) Quantos homens e quantas mulheres? A senhora lembra? Só tinha mulheres
- d) Cinco mulheres, então? Eram cinco mulheres.
- e) Quantas pessoas, no Conselho, representavam o governo municipal? Só uma.
- f) Ééé, qual a categoria, o segmento que a senhora representava? A própria Secretaria de Educação.
- g) Quantos mandatos a senhora participou do Conselho? Só um mandato.
- h) Qual era a forma que a Secretaria de Educação utilizava para decidir quem participava do Conselho? Na época, foi quando a gente, praticamente, começou a administração, né? Aqui em Lagoa do Piauí, teve eleição pra Prefeito, não tinha antes, antes não era emancipado, foi feita uma reunião, né? Aí foi convidado, pais de alunos, que eu me lembro, né? Professores, aí foi o pessoal da secretaria, todos os segmentos que têm no Conselho foram. Lá eles votaram... eles perguntaram, eles mesmos indicaram, né? Aí só foi anotado o nome e tal, para poder ser colocado na lei.
- i) Assim, aqui na Secretaria, deve ter algum instrumento, né? Que é utilizado para as pessoas tomarem conhecimento. As pessoas daqui da Secretaria, tomarem conhecimento do que passa no Conselho. Quais são esses instrumentos? A senhora pode me dizer? É, na época, eu falo da época que eu estava, a gente tinha acesso aos demonstrativos, né? Que vinham do financeiro, aí só depois que vinham esses demonstrativos, geralmente,

⁸³ 6, Secretária. **Secretária LP 6**: entrevista nº18 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 03 lado B e 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

demoravam muito, porque ia pra Contadora, depois é que ela mandava o demonstrativo, aí a gente se reunia pra analisar, explicar e ver os gastos, né? Que tinham sido feitos. Mas geralmente, a gente passava o quê? Dee... vamos dizer, o primeiro semestre, quando a gente ia receber já era metade do ano, né? Porque a contadora demorava muito pra mandar esses demonstrativos pra gente.

- j) Professora, na época, era representante da Secretaria Municipal, existia, dentro da Secretaria, existia assim uma forma, das pessoas que faziam parte da Secretaria, Secretário, os colaboradores do secretário, tinha uma forma da senhora conversar com ele, discutir o que acontecia no Conselho? Assim, na época, ééé, pelo que eu me lembro, ele não se preocupava assim muito com o Conselho, eu acho, assim, que nesse período, eu acho que se formava porque tinha que se formar, porque senão ele ia ter prejuízo em alguma coisa, porque era obrigatório, né? As... eu me lembro, os outros representantes cobravam muito nas reuniões, pra gente, mais informações, mas até que esse período, a gente... nós participamos, ainda de duas capacitações, em Teresina. Foi muito importante. Lá a gente teve acesso assim o que que se gasta? O que se pagava ao professor? O que que não era? O que que podia? O que que não podia? E assim a gente ficava observando as próprias ações, né? Porque, como eu lhe falei, esses demonstrativos demoravam muito a chegar em nossas mãos. Mas os outros representantes, das outras entidades, sempre cobravam. Eu, como presidente, sempre cobrava. Pra a gente ficar atento, observando. E sempre vinha procurar informação.
- k) Professora, a senhora conhece a Lei Municipal que cria o FUNDEF, aqui no Município? A lei? Se eu conheço? Se eu já li? Não. a lei eu sei que existe, mas nunca cheguei a ler. Que eu lembre não.
- l) Você conhece a lei federal cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. Essa eu conheço.
- m) Como foi formado o conselho que você participa? Foi mandada uma convocação pra todo mundo mobilizar os representantes de cada entidade, aí foi feita uma reunião, na época foi na escola estadual Francisco Luís de Moraes, aí foi feita a votação, cada entidade escolheu seu representante para participar do conselho.

- n) Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?) Vamos lá, ele preza pelo desenvolvimento e a manutenção do ensino fundamental. Onde nós temos 60% pra ser gasto com professores, né? E o restante pra ser gasto com capacitação, manutenção e essas outras coisas.
- o) Qual a responsabilidade (papal) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? Primeiro ele tem que, porque... ele tem aprovar (não) ele analisa na reunião e ver todos os gastos e tem que aprovar ou não. Ver se tem restrições ou não nos gastos feitos naquele período, né? Em cada prefeitura, em cada município. A responsabilidade é muito grande, porque até mesmo, porque você tem que ler muito, tem que tá atento o que não pode o que não pode ser feito com o FUNDEF. Porque, às vezes, em cidade pequena acontece muito isso, né? A pessoa ser ligada a um determinado grupo, às vezes, você assina documentos sem ler aquele documento, sem saber o que está assinando. Tem muito disso. Isso acontecia no conselho do FUNDEF? Não tô dizendo que acontecia, né? Eu tô citando exemplo, quem é conselheiro tem que ter cuidado de ler toda a documentação antes de assinar. Porque se você é conselheiro, você tem que cumprir com sua responsabilidade é porque é a questão de você é... fazer tipo uma fiscalização nos gastos com a educação no município.
- p) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim () Não. Quais? Várias. A questão... e é porque eu era funcionária aqui da Secretaria. A questão de nós não termos acesso imediato às informações em relação às prestações de contas. Como eu lhe falei demorava muito a chegar em nossas mãos, essa foi a pior dificuldade, mas assim, nós tivemos capacitações, a gente se reunia pra fazer leituras pra entender mais alguma coisa porque era o primeiro, o primeiro que estava tendo no município e a gente era o quê? Leigo, né? Nunca tinha participado.
- q) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Que eu lembre não. A gente faz as reuniões somente pra ver essa questão do que estava sendo gasto, o que não estava sendo gasto. Às vezes, também, os outros

conselheiros reivindicavam através da nossa pessoa é... pra fazer assim alguma ação algum ca... eles viam ah... em determinado local, em determinada escola tá faltando isso, será que não tem verba pra isso? Eles questionavam isso também.

- r) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? O nosso era trimestral.
- s) O conselho passou algum tempo sem se reunir? Passou. Justamente porque a gente chamava, às vezes, não vinha todo mundo, justamente por está questão de nós não termos essas informações que a maioria dos conselheiros queria.
- t) O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas? Não. As informações que nós tivemos foi só as que nós... as das capacitações que nós fizemos.
- u) Alguma vez o conselho se reuniu pra dizer em que deveriam ser usados os recursos? Não.
- v) Como é feito o acompanhamento da utilização desses recursos? O acompanhamento era assim... a gente via, né? Pagamento de professor, escolas sendo pintada, chegando carteiras, tudo isso a gente estava atento. Agora a gente só tinha mesmo assim quando a gente estava com o demonstrativo, que vem explicando tudo, que a gente tinha mesmo uma visão de tudo o que estava sendo feito. Mas fora isso, só o que a gente via por aí.
- w) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não.
– caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?
- x) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTOLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? O controle social e acompanhamento é assim, porque não é só a questão do recurso, porque o conselho tá ligado mais à educação, né? E a educação envolve quem? Envolve toda a comunidade e então tem todo esse acompanhamento social também.
- y) Na sua avaliação como funciona o Conselho do FUNDEF no seu município? Na época, né? Eu sinceramente falando eu acho que não foi... não vou dizer que foi cem por cento que não existe nada perfeito, mas ficou além das nossas expectativas. Porque como era o primeiro e a gente tava assim

naquela euforia, mas por todo o processo a gente passou por muitos entraves e tal, falta de informação. Mas o que deu pra fazer a gente fez, mas falta muita coisa.

APÊNDICE S – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸⁴

- a. Grau de Instrução? Estou fazendo o curso superior, superior incompleto.
- b. Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Cinco.
- c. Quantos homens? Dois Quantas mulheres? Três
- d. Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF? Municipal... ..são dois.
- e. Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Os diretores
- f. Quantos mandatos a senhora esteve à frente do conselho? Dois
- g. Qual a forma que os servidores utilizam para dar conhecimento do que é discutido no conselho? Havia reuniões. A gente se reunia e planejava. Planejava sua ação no conselho? Sim. E como eram essas reuniões, o que vocês discutiam nessas reuniões? Eu fazia reunião para tirar posição pra defender o FUNDEF. Nessas reuniões, como a senhora fazia depois pra informar os outros diretores sobre o que se passava lá no FUNDEF? Porque a senhora levava a posição dos diretores para o conselho, aí tinha a reunião do conselho, nessa reunião do conselho, como a senhora voltava a informação para os diretores? Eu passava a reunião com um (trecho inaudível) .
- h. Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Conheço.
- i. Você conhece a lei federal que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. Sim

⁸⁴ 4, Professora. **Professora LP 4:** entrevista nº19 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- j. Como foi formado o conselho que você participa? Foi formado por um presidente, né? Teve presidente, teve vice-presidente, teve associações, pais de alunos, alunos... Mas assim, o primeiro conselho, como as pessoas foram escolhidas? Foi por votação. Outros professores votaram naquele, pra que fosse presidente, pra pais de alunos....
- k. Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim () Não - Caso você responda Sim, o que é o FUNDEF? Fundação Nacional de Direitos da Escola, de Dinheiro na Escola.
- l. Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? É de repassar o dinheiro pra escola, né? Pra comprar o material para os próprios alunos, né?. Comprar o material pra eles.
- m. São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim () Não. Quais?
- n. O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Sim.
- o. Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Todo... reuniam todos os conselheiros, de dois em dois meses.
- p. O conselho passou algum tempo sem se reunir? Passou só um período.
- q. O Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas? Sim.
- r. Alguma vez o conselho utilizou assessoria para ajudar aos conselheiros a esclarecer dúvidas pra tomar decisões? Não.
- s. Como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Eram feitas reuniões.
- t. Como é feito o acompanhamento da utilização desses recursos? Era feita uma tabela de custo, eram feitas três tipos de tabelas pra saber qual era avaliada a menos, aí comprava aquele material e quando passava... aquela tabela era feita só com aquele dinheiro que chegava.

- u. Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não.
– caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?
- v. O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Quer dizer que a gente tem que acompanhar o... tudo o que se passa com o FUNDEF..
- w. Na sua avaliação como funciona o Conselho do FUNDEF no seu município?
Foi através de eleições.

APÊNDICE T – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸⁵

- a) Grau de Instrução? Cursando o curso normal superior na UESPI.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Não lembro exatamente.
- c) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF?. Também não lembro.
- d) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? A Educação.
- e) Por quantos mandatos o senhor permaneceu no conselho? Só um mesmo.
- f) Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utilizou para dar conhecimento do que é discutido no conselho? A gente se reunia quando era pra... fazer alguma reunião sobre a escola é.. quando... quando era pra... juntar os professores, né? Da escola, então a gente sempre se reunia.
- g) Como eram as reuniões do conselho do FUNDEF? Olha, professora, fica difícil pra mim por eu participar de diversos conselhos. Eu lembro das reuniões, mas como é coisa que você não está mais recente, você guarda aquilo adormece a memória... eu lembro que a gente participava algumas vezes pra debater alguma questão, no que diz respeito à escola, à educação... mas o que a gente falava assim eu não lembro.
- h) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Não.
- i) Você conhece a lei federal que cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. Sim.

⁸⁵ 4, Mãe. **Mãe LP 4**: entrevista nº20 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- j) Como foi formado o conselho que você participa? Pra começar, alguém que não lembro, me disse que meu nome estava escalado pra participar do conselho, quer dizer, eu não tive nem assim uma opção de dizer não. Meu nome já estava escalado e pronto.
- k) Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim () Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? –É o Fundo de Desenvolvimento Escolar. O próprio nome já está dizendo, né? É pra desenvolver o desenvolvimento da escola.
- l) Qual a responsabilidade (papal) dos conselheiros para que o destino(objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? Não.
- m) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim () Não. Quais? Geralmente quando a gente ia discutir tinha aquela pessoa... e quando alguém ia concordar ou discordar não ficava muito difícil.
- n) Conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Não lembro.
- o) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Mensal.
- p) O conselho passava algum tempo sem se reunir? Passava algum tempo sem se reunir.
- q) Conselho do FUNDEF possui comissões técnicas? Às vezes, vinha alguma pessoa de Teresina pra saber como estava o andamento do desenvolvimento..
- r) O conselho alguma vez indicou como deveria ser dividido o dinheiro? É... geralmente quando... no final do ano, um membro do conselho lá falava que o dinheiro tinha feito isso e aquilo, gastando tanto com as a prestação de contas... Mas não lembro se o conselho indicou como dividir os recursos.
- s) Como é feito o acompanhamento da utilização desses recursos? Através da prestação de contas.

- t) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (x) Não.
– caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?
- u) Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTOLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Que o conselho é pra acompanhar as verbas que vem do FUNDEF e de certa forma saber a prestação de contas, saber com o que foi gasto, com o que não foi, o que foi feito, quem foi beneficiado. O conselho que a senhora participou fez isso? Às vezes. Como era essa às vezes? Assim quando é no final do ano, a pessoa lá do conselho dizia as prestações de contas do que tinha feito e o que não tinha feito.
- v) Na sua avaliação como funciona o Conselho do FUNDEF no seu município? Razoável. Porque não vi nenhuma irregularidade, apesar de fazer muito tempo que eu participei. Tá muito tempo aí fica até difícil de lembrar das coisas recentemente, mas sempre todo ano tinha aquele prestação de contas.

APÊNDICE U – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸⁶

- a) Grau de Instrução? Ensino médio incompleto.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Eu não lembro.
- c) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF?. Uns cinco.
- d) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Eu assinava a ficha pra completar alguma coisa.
- e) Por quantos mandatos o senhor permaneceu no conselho? Particpei de várias reuniões.
- f) Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Não.
- g) Você conhece a lei federal cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. Também não.
- h) Como foi criado o conselho? Não lembro.
- i) Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim (x) Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? –
- j) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino (objetivo) do FUNDEF seja cumprido? Não, não faço a menor idéia.
- k) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim (x) Não. Quais? A gente só ia lá e assinava o papel... não tinha nada demais.

⁸⁶ 3, Servidora. **Servidora LP 3**: entrevista nº21 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado A. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- l) conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Se tinha mas eu não participei não.
- m) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Lembro não.
- n) O Conselho se reunia pra decidir como seria aplicado o dinheiro do FUNDEF? Sim. Como era essa reunião? Não lembro, só sei que havia sim.
- o) Como é feito o acompanhamento da utilização desses recursos? Sempre quando eles usavam o dinheiro eles explicavam depois em que e com o que usavam.
- p) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (x) Não.
– caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denuncia?
- q) Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTOLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que entende por isso? Entendo nada disso aí.
- r) Na sua avaliação como funciona o Conselho do FUNDEF no seu município? As reuniões eram boas, sempre a gente participava. Eram boas sim.

APÊNDICE V – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Municipal do FUNDEF no município de Lagoa do Piauí.⁸⁷

- a) Grau de Instrução? Quinto ano primário.
- b) Quantas pessoas tomam parte do Conselho do FUNDEF? Não me lembro.
- c) Quantos representam o governo municipal no Conselho do FUNDEF?...Da prefeitura... não me lembro quem era não..
- d) Qual a categoria ou seguimento que você representa no Conselho do FUNDEF? Só mesmo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- e) Por quantos mandatos o senhor permaneceu no conselho? Só um.
- Qual a forma que a entidade ou categoria que você representa utilizou para dar conhecimento do que é discutido no conselho? Você falava que participava de várias reuniões do conselho...Sim, participava de muitas reuniões, não todas por que não dava certo mesmo, eu tava viajando pra Teresina ou não dava certo eu tava trabalhando aqui mesmo,né? Muitas vezes eu deixava de participar, né? Mas só que esse lá da Lagoa do Piauí, não foi muito dos piores, o FUNDEF lá não foi muito desses derrotados, viu? Foi umas coisas que eu achei que... Eu achava que tava funcionando bem, né? Apesar de eu não tá sabendo de muitas coisas de dentro de lá, né?
- f)O senhor levou alguma vez alguma coisa do FUNDEF para o sindicato discutir? Não, não, não.
- g)Você conhece o decreto ou a Lei que institui o FUNDEF em seu município? Conheço não
- h)Você conhece a lei federal cria o FUNDEF – Lei 9424 de 26/12/96. Também não.

⁸⁷ 2, Sociedade Civil. **Sociedade Civil LP 2**: entrevista nº22 [23/06/2004]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro

- i) Como foi formado o conselho que você participa? Não sei.
- j) Você sabe o que é o FUNDEF? () Sim (x) Não - Caso você responda Sim, para que o FUNDEF se destina? – (Qual o objetivo?)
- l) Qual a responsabilidade (papel) dos conselheiros para que o destino (objetivo) do FUNDEF sejam cumprido? Não até porque eles podem ter explicado, mas eu não fiquei com isso gravado, eu não sei.
- m) O conselho do FUNDEF possui um plano de trabalho? Possuía. Lá só se pensava em trabalhar.
- n) São encontradas dificuldades para bem exercer o papel de conselheiro? () Sim (x) Não. Quais? Nenhuma dificuldade
- o) Qual a periodicidade das reuniões do Conselho do FUNDEF? Parece que era uma vez por mês que tinha que se reunir, mas às vezes não dava porque era muitas coisas... Muitas vezes num... Olha, Representante de Pais e Alunos eu até quero botar uma coisa aqui, adiantar um pouco, que reunião é uma coisa difícil de se fazer. Eu trabalhei em sindicato e precisava fazer reunião de mês em mês, era coisa difícil. Que a gente reunia só a diretoria, às vezes nem tudo... Andava era longe do meio, viu? E é coisa... E às vez a pessoa até se aborrece e diz não vou fazer mais tal reunião e precisa reunião mais. Reunião em todos os assuntos do mundo é ruim de se trabalhar, de se fazer.
- p) Alguma vez o conselho se reuniu pra dizer em que deveriam ser usados os recursos? Não. Não, tem uma parte da merenda né? Eu só sei de dinheiro que vem pra merenda, se vem outro dinheiro eu não sei.
- q) O conselho passou algum tempo sem se reunir? Passou. Justamente porque a gente chamava às vezes não vinha todo mundo, justamente por esta questão de nós não termos essas informações que a maioria dos conselheiros queria.
- r) Como é feito o acompanhamento da utilização desses recursos? Não. Certamente não. acompanhava no papel, não acompanhava de ver não.

s) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF no município que você é conselheiro? () Sim (X) Não. – caso seja sim, como o Conselho do FUNDEF agiu frente a denúncia?

t) O Conselho do FUNDEF é denominado CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO, o que você entende por isso? Eu entendo que tem que ser acompanhado mesmo, só que não foi acompanhado de minha parte, os outros conselheiro podem ter acompanhado, mas eu não acompanhei.

u) Na sua avaliação como funcionou o Conselho do FUNDEF no seu município? Era bom. A gente discutia muitas coisas, agora discutia assim, a gente discutia, mas não sabia se acontecia. Inclusive eu nunca acompanhei, eu não sabia se a verba que vinha pra isso aí, era gasto ou não era. Não tenho conhecimento disso aí.

APÊNDICE X – Transcrição de entrevista a membro do Conselho Estadual do FUNDEF no Piauí.⁸⁸

- a) Socorro, seu nome completo? Maria do Socorro Rodrigues.
- b) Qual o segmento que você representa no Conselho Municipal do FUNDEF?
O SINTE, Sindicato dos Trabalhadores em Educação.
- c) Qual o período? 2002.
- d) Quantos mandatos você estava no Conselho do FUNDEF, como suplente?
Meio mandato. Só, é... o Manoel Rodrigues, ele fazia parte da suplência, ele não poder tá acompanhando as reuniões, aí então eu substituí o Manoel Rodrigues lá do SINTE.
- e) Como você ingressou, como foi a discussão dentro da categoria dos trabalhadores em educação para seu ingresso no Conselho? Isso aconteceu na reunião da Executiva, né? Aí depois, é claro, foi informado na reunião do Conselho, porque eu sou representação de todos os diretores nas regionais e nós discutimos e nós achamos que, no momento, a pessoa que deveria estar representando junto com a Rejane Barros, que era titular e aí, foi nessa discussão que eu comecei a participar das reuniões do Conselho.
- f) Ao seu ver, qual é a função de um conselheiro do FUNDEF? Em primeiro lugar, a função dele é estar atento à todas as informações, e a própria Secretaria de Educação de estar repassando tanto nos gastos como também na prestação de contas do FUNDEF, dos recursos do FUNDEF, né? E sobretudo, estar observando até que ponto eles estão gastando de forma correta, porque às vezes, mesmo que não seja por intenção própria, ele tem um certo desvio na função.

⁸⁸ 5, Professora. Professora 5: entrevista nº23 [22/05/2003]. Entrevistadora: Laura Emília de Carvalho Meireles. Teresina: UFPI – Mestrado em Educação, 2004, cassete sonoro 04 lado B. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: O Controle Social do FUNDEF em Municípios Recém-Emancipados do Piauí.

- g) Você sabe qual a importância do segmento dos trabalhadores em educação no Conselho? Sim, é importante, porque os recursos do FUNDEF e de Valorização do Ensino Fundamental, perpassa também pela valorização dos trabalhadores da educação e nele tá inserido e pra que possa inclusive estar reforçando a criação de um plano de criação de carreira, porque tem uma boa parte dos recursos que é aplicado exatamente nos salários desses profissionais.
- h) A sua categoria, ela tem algum mecanismo, algum espaço que serve de orientação para os conselheiros tomarem posições no Conselho? Sim, as próprias reuniões dos sindicatos, né? Tanto na executiva, na direção e até mesmo chegando, muitas vezes, dependendo do assunto, chega até no Conselho Estadual. E a gente discute aqueles pontos mais polêmicos, que às vezes, muitas vezes a gente tem dúvidas, na... dentro da reunião, então a gente leva e lá se discute e a melhor solução a gente implementa dentro do Conselho.
- i) E como a categoria é informada sobre as deliberações do Conselho? É, geralmente, através de relatórios, que a gente manda às Regionais para serem divulgadas, mas também usamos nossos informativos do Sindicato, nós usávamos, na época, mas acredito que continua sendo usado, como também, pelo nosso programa que temos no rádio, né? Revista da Educação, a Voz da Educação.
- j) Socorro, agora eu queria falar de um aspecto mais do trabalho mesmo do conselheiro no Conselho, né? Tu poderia assim descrever como são as reuniões do Conselho do FUNDEF, quando você participou? Sim. A gente chega, geralmente, não tem quórum, mas quando tem ela tem uma pauta pré-estabelecida de uma reunião anterior, é feita também a leitura de uma ATA, assinada e pós a discussão da pauta. E geralmente quando tem um tema polêmico, dúvidas, muitas vezes se buscou pessoas de fora pra dar respostas nas reuniões posteriores.
- k) Você diz que geralmente não dá quórum, como é, como é que o Conselho pode deliberar, como o FUNDEF funciona na rede estadual se não tem

quórum no Conselho? Talvez eu tenha me expressado mal, no geral, é uma constante, mas ele, muitas vezes, quando não tem quórum, a gente fica adiando uma reunião. Outra dificuldade também que nós tivemos aqui na Secretaria da... na Secretaria de Educação, além da questão da falta de quórum, era a própria convocação. Demorava muito. Muitas vezes precisou estar provocando é que houvesse essas reuniões, pra gente tá discutindo, principalmente com relação à prestação de contas.

- l) Por falar nisso, o Conselho do FUNDEF, um Conselho que é denominado de Acompanhamento e Controle Social, na tua ideia, teu pensamento, o que Controle Social? É a partir do momento de representações da sociedade civil organizada, né? Em a participação e pode estar contribuindo tanto nas deliberações como também nas proposições pra otimização desses recursos, o próprio controle, né? Muitas vezes a gente tem observado quando o recurso não é bem aplicado, a partir dessas instituições, se tem seguido, pelo menos, tem barrado algumas ações que não são bem vistas pelos critérios, o próprio regimento do FUNDEF.

- m) O conselheiro do FUNDEF, ele possui, no exercício do seu trabalho de conselheiro, você identifica algum instrumento de apoio, pra que esse conselheiro possa efetivamente fazer esse controle social? Não, tivemos duas grandes dificuldades, primeiro pela própria falta de capacitação dos conselheiros, ou do... o próprio Conselho deveria tá criando espaço de capacitação, para uma melhor intervenção dos conselheiros no momento das reuniões. Outra dificuldade era a própria informação da própria Secretaria, que dificultava, né? Tinha segmentos de dentro da Secretaria de Educação que dificultavam as informações e ficava muito difícil da gente ficar fazendo o controle, porque o controle é feito quando ele tem transparência na aplicação dos recursos. E senti muita dificuldade, mesmo a prestação de contas, fizemos muitas pesquisas, tinha uma... tem uma linguagem difícil, precisa tá sempre buscando recursos pra poder compreender, ou dentro da própria Secretaria ou fo... muitas vezes nós procuramos pessoas da própria Universidade pra tá nos subsidiando em algumas.... em assuntos que a gente não compreendia bem.

n) Quer dizer isso, isso já tá adiantando um pouco. Eu já ia perguntar se o Conselho utiliza assessoria no processo de tomada de decisão? Além desse caso dos assessores da Universidade Federal, se isso era uma constante ou se era esporadicamente, chamar pessoas pra ajudar o Conselho a refletir sobre um tema? Refletir sobre um assunto? A compreender melhor, por exemplo, a questão dos lançamentos, essas coisas? Não. a gente não tinha muito esse contato com esse tipo de assessoria, mesmo porque as pessoas que chegavam até o Conselho eram pra dar explicação de alguma coisa que a gente não entendia, mas não como assessoria específica, mas para nos qualificar na intervenção, pra compreender melhor o processo, mas pra estar subsidiando, compreender certas coisas que a gente presenciou, era vivenciado dentro do próprio Conselho. Como já foi chamado gente do Banco do Brasil, a própria representante da Secretaria de Fazenda, Secretaria de Administração, da própria Educação. Quando a gente ia buscar na Universidade, já partiu mais por nossa conta, enquanto representação do SINTE, o que a gente não entendia, então a gente buscava junto a um monte de pessoas lá da Universidade, mas isso não era uma iniciativa institucional do Conselho, mas do conselheiro. Teve algumas iniciativas do Conselho, né? Isso através de solicitação dos conselheiros, mas sem nenhuma programação, sem nenhuma... sem planejamento que realmente desse suporte. Foi planejada uma ação pra dar essas capacitações, mas no momento em que eu estive nunca foi realizada.

o) Agora, falando mais um pouco dos recursos mesmo do FUNDEF, como, como é feita a destinação dos recursos do FUNDEF? Você lembra, como, na época o recurso era destinado? Bem, a gente vai pela lógica principal. Que dos 25% da educação, não estou falando dos 25% da Universidade Federal não, mas aqui da educação mesmo, básica, 15% eram retirados para o FUNDEF, né? Então, desses 15%, 60% é para a valorização profissional e os 40% que restaram era para dar suporte à educação infantil, o ensino... e não tinha nada para o ... não, perdão, era pra questão dos profissionais, dos outros profissionais que trabalhavam no ensino fundamental.

- p) Na repartição dos recursos, alguma vez o Conselho priorizou, indicou a priorização de investimento do Estado com esse recurso? Se o conselho alguma vez deliberou sobre como gastar esses recursos? Não senti nem um momento, diretamente nesse... prioridade, tanto que a prioridade que conhecido pelo sindicato que a gente mais... lutando mais pela questão da capacitação dos profissionais como a valorização salarial, né? Que nunca foi definido, exatamente porque o Estado perdia recursos pra ele. Então, ele não tinha a mesma capacidade de tá valorizando os salários dos profissionais, enquanto nos outros municípios vinha acontecendo, né? Então, nesse momento, não tinha. A não ser através dessa política do Sindicato tá puxando essa questão de tá valorizando o profissional, tanto que a Secretaria de Educação nunca separou. Nós questionamos muitas vezes, qual eram os profissionais que realmente faziam parte do Ensino Fundamental? Nunca tivemos essa resposta, até hoje, como ainda não temos. Isso dificultava esse controle. Normalmente, os recursos do FUNDEF davam pra dar maior valorização, maior visibilidade, no salário dos professores e professoras.
- q) Já houve alguma denúncia de irregularidade na aplicação dos recursos do FUNDEF destinado à Rede Estadual? Houve sim, por exemplo, às vezes, muitas vezes o recurso era utilizado pra construção de escolas, que a escola estava irregular, terreno irregular, era mais cômodo, a gente receber algumas denúncias nesse sentido. Nós chamamos de desvios, porque às vezes FUNDEF era aplicado, mas no futuro no futuro não era beneficiado, porque a escola, geralmente, ocupava terrenos alheios, terminava a escola já pertencer a propriedade particular.
- r) E nesses casos de denúncias, como se dava a ação do Conselho? Ah, isso eu não sei, geralmente elas vinham por cartas, o Conselho discutia, algumas vezes foi pedido que se fizesse visita in loco, verificar, também a gente pedia a presença de engenheiro e outras pessoas da própria Secretaria de Administração pra tá dando respostas pra essas denúncias que vinham acontecendo, mas a gente nunca constatou de fato, se realmente era verdadeira, porque foi o tempo que a gente saiu e eu não sei

qual foi o resultado final, principalmente dessas escolas que eram construídas em terrenos de particulares.

- s) O Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado eles são órgãos corresponsáveis de fazer fiscalização dos recursos do FUNDEF. Houve algum tipo de colaboração ou de apoio desses órgãos no Conselho Estadual para exercer esse controle social? No período que eu estive eu não senti muita presença, mas a gente já procurou uma vez, enquanto Sindicato, pra tá orientando, denunciando, às vezes, denunciando, pedindo qual era a forma mais correta pra nossa intervenção, mas nós não tivemos nenhuma participação efetiva do... da Procuradoria no Conselho, como orientador, como ... dando subsídio pra gente ser uma ação mais qualificada dentro do Conselho.
- t) Agora vamos falar um pouco da ação política dos conselhos. Desde a Constituição de 88, está previsto a criação dos conselhos. Esses conselhos eles são entes políticos que ajudam na gestão do estado. Você como participante do Conselho do FUNDEF, avalia que de fato o Conselho está ajudando, contribuindo na gestão? Eu não vi um reflexo muito forte nessa questão não. Mesmo porque a maioria dos seus representantes, não representava de fato a sociedade. Geralmente, por exemplo, eles eram institucionais, governamentais que estavam presentes ou então aliados bem próximos. Dificulta muito o controle, né? Isso diminui bastante a intervenção da sociedade mais organizada, uma ONG, nós tivemos dificuldade da participação de uma ONG, colocamos o CEPAC, mas tivemos dificuldade, mas a gente conseguiu manter pelo menos como ouvinte. Então, ainda é muito fechado, precisa Ter mais abertura, Ter mais participação, mais democracia, principalmente na hora de dar... de decidir. Não existe essa igualdade, essa paridade nas decisões. O Executivo tá sempre na frente, ainda.
- u) É, fala-se que desde 88, com essa mesma constituição começou a criar um novo tipo de representação política, porque nós temos os vereadores, temos os deputados, os governadores, senadores, mas hoje nós temos também os conselheiros e eles têm como um de seus papéis estar

trabalhando na gestão de uma área, de uma política pública. Você vê, é, essa participação da sociedade civil como uma força política que tá realmente se formando? Ainda vejo muito tímida, mesmo por causa do primeiro momento que foi criado os conselhos. Os com... a partir da Constituição de 1988, a sociedade não estava preparada, não entendia bem o processo, não teve a oportunidade de conhecer como seria feita a gestão a partir dos conselhos, então ela foi um pouco de imposição, não é? Hoje nas próprias escolas que têm um conselho de escola, conselho da merenda, então geralmente as pessoas, infelizmente, porque não conhecer o seu papel enquanto conselheiro, não conhecer os objetivos do Conselho, enfim, elas são manipuladas pelo gestor. As pessoas... é só por indicação, é muito mais por indicação, do que por representação propriamente dita. Então, ainda tá muito tímida, é claro que é um processo. Eu acredito que possa mudar essa cara e a sociedade comece eu acredito que nós, enquanto governo, hoje, que compõe o governo hoje, pode estar construindo um novo pensar na questão da participação social dentro dos conselhos, ou outras formas de você tá contribuindo com a gestão.

- v) E como conselheira, você já citou duas coisas importantes, a primeira é a representação do governo que é bastante grande dentro dos conselhos que dificultam a ação maior dos conselheiros. Uma outra coisa é a própria capacitação. Além desses dois aspectos você citaria outros aspectos que dificultam o conselheiro exercer bem o seu papel? Olha, a capacitação, pra mim, ainda é coisa mais forte, porque você só tem alguma intervenção se você conhece os fatos, sua capacidade de conhecer o que está fazendo. É a questão da consciência política do cidadão e isso ela perpassa pela formação, né? Pela sua formação política e isso só acontece se você tem um espaço onde você pode tá discutindo, é capacitação mesmo, dando informação, subsidiando as pessoas pra eles poder saber qual é o seu papel pra melhor intervenção. No momento o mais forte, pra nós, é esse mesmo, porque nessas instituições, a questão do Conselho, a gente trabalha muito com contabilidade, tem muito essa questão da contabilidade pra você tá controlando, pra você tá fiscalizando a questão do recurso. Então, são poucas as pessoas que têm esse conhecimento de contabilidade, de de

de... são poucas as pessoas que entendem até questão de... inclusive, agora, estão até implementando, junto à Secretaria de Fazenda, a questão de Educação Fiscal. Isso vai facilitar muito, você vai compreender a questão da tributação. Então, a são elementos ééé que estar se fiscalizando, mas a gente não compreende bem. Então, é preciso que haja capacitação nesse sentido tanto político, como também técnico.

- w) Você é representante no Conselho do FUNDEF uma das principais categorias de trabalhadores no Estado do Piauí, por isso já feito, os trabalhadores na Educação são a segunda maior categoria. Você sentiu essa força política, quando estava no Conselho? Nem tanto. Nós continuamos com aquela cultura que ainda não temos a compreensão da nossa participação. Isso acontece não só com a questão dos trabalhadores da Educação. Acontece nos vários segmentos que nós temos hoje. É, inclusive, é o Conselho, ele teve mais visibilidade, a partir do momento em que a Rejane estava, eu comecei, mas a Rejane sempre gostava de está lá informando de várias formas a nossa intervenção junto aos conselhos, vendo os problemas que... mas não se tinha assim apoio da categoria, como peça fundamental na intervenção, no controle social do FUNDEF.
- x) A professora Laura está defendendo sua dissertação, por sinal, muito louvável, agora eu quero lhe dizer Laura, é que nós temos uma perspectiva muito boa, que no próximo ano, com fé em Deus, não vai ter só um Conselho do FUNDEF, mas do FUNDEB, né? Quem sabe... Um Fundo que garanta uma educação básica de boa qualidade, pra todos os cidadãos e cidadãs aqui do Piauí e do Brasil. E que você tenha uma boa tese. Eu espero Ter contribuído pelo menos um pouquinho, né? A minha experiência foi muito pequena dentro do Conselho, estava muito mais como aprendiz, do quem como interventor né? Mas onde a gente for caminhando a gente vai construindo um pouquinho.

ANEXO A – Lei nº 015/1997 que cria o Conselho Municipal do FUNDEF em Lagoa do Piauí.

Processo TC-M Nº **5053** PH. **40**

Lei nº 015/97 de 30 de junho de 1997.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE
ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL E DE
VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO PIAUÍ, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal de Lagoa do Piauí (PI) aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º - O Conselho será constituído de 05 (cinco) membros, sendo:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- b) 01 (um) representante dos professores e diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
- c) 01 (um) representante de pais e alunos;
- d) 01 (um) representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental;
- e) 01 (um) representante do Conselho de Alimentação Escolar.

§ 1º - Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

§ 3º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art. 3º - Compete ao Conselho:

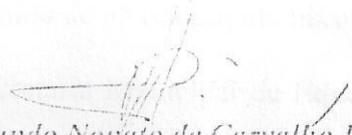
- I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II- supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;
- III- examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

Art. 4º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Prefeito.

Art. 5º - O Conselho terá autonomia em suas decisões.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa do Piauí (PI), em 30 de junho de 1997.


Raimundo Nonato de Carvalho Lima
Prefeito Municipal

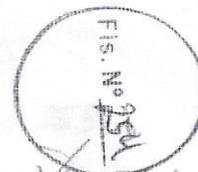
Sancionada e Numerada no Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa do Piauí, aos 30 de Junho de 1997.


LUIZ ALBERTO FERREIRA
Chefe de Gabinete

ANEXO B – Lei nº 018/1998 que cria o Conselho Municipal do FUNDEF em Lagoinha do Piauí.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOINHA DO PIAUÍ

C.G.C. n.º 01.612.587/0001-52
 Avenida Principal, s/n - CEP - 64-466-000
 Lagoinha do Piauí - PI



Pres. Municipal Nº **5671** 01 **443**

Lei nº 018/98 de 23 de março de 1998

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

O Prefeito Municipal de Lagoinha do Piauí, no uso de suas atribuições legais

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º - O Conselho será constituído de 04 (quatro) membros, sendo:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
- c) um representante de pais e alunos; e
- d) um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental.

1º - Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

2º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

3º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOINHA DO PIAUÍ

C.G.C. n.º 01.612.587/0001-52
 Avenida Principal, s/n - CEP - 64-466-000
 Lagoinha do Piauí - PI

Fis. Nº 255

56710 444

Art. 3º - Compete ao Conselho:

- I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II - supervisionar a realização do Censo Educacional anual;
- III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Art. 4º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinárias, através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Prefeito.

Art. 5º - O Conselho terá autonomia em suas decisões.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor retroativo em 01 de janeiro de 1998.

Lagoinha do Piauí (PI), 23 de março de 1998.

Moisanil Alves de Sousa

Moisanil Alves de Sousa
 Prefeito Municipal

Antonio Moraes Sobral Neto
 Antonio Moraes Sobral Neto
 Chefe de Gabinete

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei no Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoinha do Piauí, aos vinte e três dias do mês de março de mil, novecentos e noventa e oito.

Antonio Moraes Sobral Neto
 Antonio Moraes Sobral Neto
 Chefe de Gabinete

ANEXO C – Lei nº 012/1997 que cria o Conselho Municipal do FUNDEF em Olho D'Água do Piauí

4893

LEI MUNICIPAL N.º 12 197

APROVADO

Em, 30 / 05 / 1997

Câmara Municipal de Olho D'Água do Piauí
Secretário

APROVADO

Em, 30 / 05 / 1997

Câmara Municipal de Olho D'Água do Piauí
Presidente

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.

O Prefeito Municipal de Olho D'Água do Piauí, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º- O Conselho será constituído por 4 (quatro) membros, sendo:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
- c) um representante de pais e alunos; e
- d) um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental.

Art. 3º- Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao prefeito que os designará para exercer suas funções.

Art. 4º- O mandato do Conselho será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Art. 5º- As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art. 6º- Compete ao Conselho:

- I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II- supervisionar a realização do Censo Educaional Anual,
- III- examinar os recursos contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos á conta do Fundo.

PREF. MUNIC. OLHO D'ÁGUA DO PIAUI-PI

Antonio Francisco dos Santos
Prefeito Municipal

Antonio Real da Silva
Presidente

4893

LEI MUNICIPAL N^o 12 197**APROVADO**

Em, 30 / 05 / 1997

Câmara Municipal de Olho D'água do Piauí
Secretário**APROVADO**

Em, 30 / 05 / 1997

Câmara Municipal de Olho D'água do Piauí
Presidente

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.

O Prefeito Municipal de Olho D'Água do Piauí, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1^o- Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
- Art. 2^o- O Conselho será constituído por 4 (quatro) membros, sendo:
- um representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
 - um representante de pais e alunos; e
 - um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental.
- Art. 3^o- Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao prefeito que os designará para exercer suas funções.
- Art. 4^o- O mandato do Conselho será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.
- Art. 5^o- As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.
- Art. 6^o- Compete ao Conselho:
- acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
 - supervisionar a realização do Censo Educaional Anual,
 - examinar os recursos contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos á conta do Fundo.

PREF. MUNIC. OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ-PI.

Antonio Francisco dos Santos
Prefeito MunicipalAntonio Real da Silva
Presidente